

UNIVERSIDADE DE COIMBRA: UMA ANÁLISE REGIONAL

1.º Prémio Economia Regional • 1996

Paulo Ferreira
Zhu Feng

Estudos Sectoriais

10

Comissão de Coordenação da Região Centro

ISSN 0872-0312
Dep. Legal 128935/98

FICHA TÉCNICA

Título: UNIVERSIDADE DE COIMBRA: UMA ANÁLISE REGIONAL

Autores: Paulo Ferreira
Zhu Feng

Série: Estudos Sectoriais n.º 10

Responsável pela edição: Dr.ª Lina Coelho

Capa: Vítor Duarte

Edição e Distribuição:

CCRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9 Fax: (039) 701657

Nota de Apresentação

O estudo que aqui se publica é um trabalho de investigação feito por estudantes de economia no decurso da sua formação curricular e que mereceu um dos prémios de economia regional do ano de 1997, instituídos conjuntamente pela Comissão de Coordenação da Região Centro, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra e pelo Banco Espírito Santo.

O que me dá gosto sublinhar na escolha deste tema é o facto de o empenho e a curiosidade dos autores se terem dirigido para a análise económica de uma instituição e, sobretudo, de uma instituição produtora de conhecimentos, como é a Universidade de Coimbra. Com efeito, o significado económico de um país ou de qualquer território é produto de um conjunto muito amplo de recursos – recursos materiais e institucionais, actividades fornecedoras de bens públicos e de bens apropriados individualmente – e é claro que um factor estratégico assinalável é o que gera saberes e o que afirma capacidade institucional.

Contudo, o estudo não descuida também a circunstância de, para além das especificidades de uma universidade enquanto realidade organizacional, ela ser um gerador de efeitos económicos "gerais" – emprego, negócio, actividade pública urbana, etc. Estes efeitos são relevantes em Coimbra e isso é marcante da condição económica da cidade.

Finalmente, uma palavra para assinalar como a problemática das universidades – enquanto centros de saber e enquanto "actividades" – é essencial na Região Centro e no seu desenvolvimento urbano e territorial. Não, evidentemente, que as universidades da Região Centro sejam universidades regionais (elas são, por definição, nacionais). O que acontece é que as três universidades existentes são elementos extremamente importantes para a estruturação da região e dos territórios diferenciados que a compõem. Elas têm uma distribuição espacial excelente e são um factor dinamizador de cidades importantes e dos sistemas urbanos que elas integram. Quero dizer, portanto, que a Universidade de Coimbra, a de Aveiro e a da Beira Interior são recursos estratégicos da Região Centro – quer para organizar internamente este espaço de características não-metropolitanas que, como se sabe, é essencial para articular o país de forma coerente e activa, quer para o projectar externamente de um modo qualificado.

É devida uma saudação de felicitações aos dois autores deste trabalho – pelas razões que expus, ela é muito justificada e faço-a com todo o empenho.

Coimbra, Novembro de 1998.

O Presidente,



(Prof. Doutor José Joaquim Dinis Reis)

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| I. A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 5 |
| I.A. A EMERGÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O SEU DESEMPENHO MEDIÉVAL | 5 |
| I.B. DA UNIVERSIDADE NACIONAL À UNIVERSIDADE REGIONAL..... | 8 |
| I.C. A FUNÇÃO UNIVERSITÁRIA IMPULSORA DE ACTIVIDADES SÓCIO- -CULTURAIS | 17 |
| I.D. MEDIR O IMPACTO ECONÓMICO DA UNIVERSIDADE..... | 28 |
| II. O IMPACTO PELOS GASTOS | 31 |
| II.A. A METODOLOGIA DO ESTUDO DO IMPACTO PELOS GASTOS | 31 |
| i) <i>Modelo do Multiplicador Keynesiano</i> | 31 |
| ii) <i>Modelo de Base Económica de Exportação</i> | 32 |
| iii) <i>Modelo de Input-Output Regional</i> | 34 |
| iv) <i>Modelo Económico Regional</i> | 35 |
| v) <i>Modelo Contabilístico do Impacto pelas Despesas</i> | 36 |
| II.B. A ANÁLISE DE FONTES DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE..... | 38 |
| II.C. A ANÁLISE DE GASTOS PELA UNIVERSIDADE..... | 42 |
| II.D. OS GRUPOS FUNCIONAIS E OS SEUS GASTOS..... | 52 |
| i) <i>Estudantes Matriculados na UC</i> | 52 |
| ii) <i>Docentes e Funcionários da UC</i> | 56 |
| (a) O Complexo Universitário de Empregos | 56 |
| (b) A Dimensão e Distribuição da Massa Salarial..... | 59 |
| iii) <i>Turistas e Visitantes da UC</i> | 61 |
| II.E. <i>O IMPACTO UNIVERSITÁRIO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA LOCAL</i> | 62 |

| | |
|--|------------|
| III. O IMPACTO PELA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS | 73 |
| III.A. A METODOLOGIA DO ESTUDO DO IMPACTO PELA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS..... | 73 |
| (a) Teoria do Capital Humano..... | 74 |
| (b) Teoria dos Factores de Localização | 75 |
| (c) Teoria Neoclássica do Crescimento Económico Regional | 77 |
| (d) Modelo Regional de Crescimento Endógeno | 78 |
| III.B. UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO IMPACTO UNIVERSITÁRIO PELO CONHECIMENTO | 81 |
| i) <i>Ensino Universitário ou Transmissão de Conhecimentos</i> | 82 |
| ii) <i>Actividades I&D</i> | 83 |
| iii) <i>Serviços à Comunidade Concelhia</i> | 90 |
| | |
| IV. CONCLUSÃO: A POLÍTICA ECONÓMICA REGIONAL E O FUTURO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES | 93 |
| i) <i>Política do Ensino Superior e a UC</i> | 95 |
| ii) <i>Política Económica Regional e a UC</i> | 97 |
| iii) <i>Política de Investigação Científica e Tecnológica e a UC</i> | 98 |
| iv) <i>Regionalização do Controlo Universitário e Supervisão Aberta das Contas da UC</i> ... | 99 |
| | |
| ANEXO..... | 107 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 115 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO I-1 DESPESAS COM EDUCAÇÃO COMO PERCENTAGEM DO PIB NOS PAÍSES COMUNITÁRIOS, DE 1970 A 1989 | 12 |
| GRÁFICO I-2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO | 13 |
| GRÁFICO I-3 NÚMERO TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DESDE O ANO LECTIVO 1911/1912 ATÉ 1995/1996 | 21 |
| GRÁFICO I-4 TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS ALUNOS INSCRITOS NA U.C. (1911-1995)..... | 21 |
| GRÁFICO II-1 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS A PAGAR DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1993 (EM PERCENTAGEM)..... | 43 |
| GRÁFICO II-2 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS A PAGAR DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1994 (EM PERCENTAGEM)..... | 43 |
| GRÁFICO II-3 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS A PAGAR DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1995 (EM PERCENTAGEM)..... | 44 |
| GRÁFICO II-4 ESTRUTURA DAS DESPESAS DA UC, POR FACULDADES E REITORIA E RESPECTIVO VALOR TOTAL, EM 1993 | 45 |
| GRÁFICO II-5 ESTRUTURA DAS DESPESAS (EM PERCENTAGEM DO TOTAL) DE CADA FACULDADE E DA REITORIA DA UC, EM 1993 | 48 |
| GRÁFICO II-6 EVOLUÇÃO DO TOTAL DAS DESPESAS DA UC, NOS PERÍODOS 1984-1989 E 1993-1995..... | 48 |
| GRÁFICO II-7 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA UC, DESAGREGADO EM DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS CORRENTES E DESPESAS DE CAPITAL, POR FACULDADE E REITORIA, NO PERÍODO 1984-1989. | 50 |
| GRÁFICO II-8 NÚMERO DE EFECTIVOS POR CATEGORIA E RESPECTIVO ENCARGO ANUAL SUPORTADO PELA UC..... | 61 |
| GRÁFICO II-9 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PESSOAS AO SERVIÇO EM SOCIEDADES, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EM 31/12/1993 | 69 |

| | |
|--|----|
| GRÁFICO II-10 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE SOCIEDADES SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EM 31/12/1994..... | 70 |
| GRÁFICO III-1 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, POR DISTRITOS, EM 1992 | 84 |
| GRÁFICO III-2 DESPESAS EM I&D NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA POR DISTRITOS, EM 1992 | 85 |
| GRÁFICO III-3 DESPESAS EM I&D NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA POR DISTRITOS, EM PERCENTAGEM | 85 |
| GRÁFICO III-4 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A CATEGORIA DE ACTIVIDADE, POR DISTRITOS, EM 1992 | 86 |
| GRÁFICO III-5 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, POR DISTRITOS (1992) | 87 |
| GRÁFICO III-6 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O OBJECTIVO SÓCIO-ECONÓMICO, POR DISTRITOS, EM 1992 | 88 |
| GRÁFICO III-7 RECURSOS HUMANOS EM ACTIVIDADES DE I&D, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, POR DISTRITOS (1992) | 89 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|-------|
| QUADRO I-1 DENSIDADE POPULACIONAL EM 1992..... | 19 |
| QUADRO I-2 ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O SEXO E GRUPOS ETÁRIOS, EM 31/12/1994 | 20 |
| QUADRO I-3 COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ALUNOS DA UC E OUTROS AGREGADOS POPULACIONAIS (1991-1994) | 22 |
| QUADRO I-4 TAXA DE ANALFABETISMO EM 1991..... | 24 |
| QUADRO I-5 POPULAÇÃO QUE CONCLUIU OU FREQUENTOU QUALQUER NÍVEL DE ENSINO, DESAGREGADA POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO EM 1991 | 24 |
| QUADRO I-6 E QUADRO I-7 ÍNDICE DE PODER DE COMPRA CONCELHIO E FACTOR DINAMISMO RELATIVO..... | 26 |
| QUADRO I-8 INDICADORES DE SAÚDE..... | 27 |
| QUADRO II-1 FONTES DE FINANCIAMENTO DA UC SEGUNDO OS MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (1993-1995) | 40 |
| QUADRO II-2 RESULTADOS RESUMIDOS DO INQUÉRITO AOS ALUNOS DA UC, REALIZADO DE ABRIL A JULHO DE 1996..... | ANEXO |
| QUADRO II-3 REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ALUNOS DA UC, EM 1993, SEGUNDO A NATURALIDADE E A RESIDÊNCIA | 54 |
| QUADRO II-4 EFECTIVOS DA UC EM JULHO DE 1996 | 57 |
| QUADRO II-5 DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DOCENTE DA UC POR FACULDADE EM 1993/94 | 58 |
| QUADRO II-6 NÚMERO DE VÁRIOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS EM COIMBRA | 63 |
| QUADRO II-7 PERCENTAGEM DE CRÉDITO À HABITAÇÃO NO TOTAL DO CRÉDITO CONCEDIDO, EM 1994..... | 65 |
| QUADRO II-8 DADOS DO SECTOR BANCÁRIO EM COIMBRA, EM 1994..... | 65 |
| QUADRO IV-1 RÁCIOS ALUNO / DOCENTE POR FACULDADE, NO ANO LECTIVO 1993 - 1994..... | 96 |

ANEXO

| | |
|--|------------|
| TABELA 1 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1993 | 107 |
| TABELA 2 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1994 | 109 |
| TABELA 3 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1995 | 111 |
| QUADRO II-2 RESULTADOS RESUMIDOS DO INQUÉRITO AOS ALUNOS DA UC, REALIZADO DE ABRIL A JULHO DE 1996..... | 113 |

INTRODUÇÃO

Nas condições de vida moderna, pensar os caminhos da educação e em particular os do ensino superior, é um imperativo que se coloca a professores, alunos e responsáveis pelos sistemas educativos.

Vítor Crespo, 1993

Ao longo deste século e especialmente depois da segunda Guerra Mundial, testemunhámos um fabuloso crescimento económico ao longo dos “trinta anos gloriosos”, acompanhado de uma acentuada expansão do ensino superior em todos os países da Europa Ocidental. Apesar desta tentativa de tornar o ensino superior um bem acessível a uma parte mais vasta da população ser menos sentida em Portugal devido a diversas razões, é perfeitamente notório o progresso educativo em termos de alargamento da capacidade educativa do ensino superior e de melhoria na eficiência do funcionamento do próprio sistema.

É de notar, em particular, o acelerado ritmo de produção de pesquisas científicas e tecnológicas no pós-guerra. Este é o resultado de uma procura acentuada, por parte de empresas e consumidores, para obter máquinas e equipamentos de maior precisão e bens de consumo de melhor qualidade. Por outro lado, em parte devido a este grande esforço em investigação e desenvolvimento, há ao mesmo tempo uma maior procura de pessoal altamente qualificado no mercado de trabalho. Esta pressão da procura de pessoal altamente qualificado repercute-se também naturalmente sobre o sistema educativo português e, particularmente, sobre o sector do ensino superior. É neste contexto que consideramos pertinente uma análise algo detalhada das funções económicas da Universidade de Coimbra (UC), uma Universidade que continua a ocupar um lugar proeminente no panorama universitário português.

A literatura sobre a universidade em Portugal é relativamente escassa, tendo em consideração a grande importância que esta assume na provisão de recursos humanos de alta qualidade e na produção de conhecimentos científicos. O estudo do ex-ministro da Educação Professor Vítor Crespo (1993) é muito detalhado e bastante rico em informação, mas a sua análise é descritiva, baseando-se em documentos legais e abordando essencialmente os aspectos académicos e institucionais da evolução do sistema do ensino superior durante o século XX. Também de referir o trabalho de Sérgio Claudino (1995) que se enquadra na área da geografia humana, recolhendo um conjunto interessante de dados em relação à situação actual e à evolução recente da universidade em Portugal. Todavia, não foi possível encontrar quaisquer trabalhos que estudassem o sector universitário português numa perspectiva económica e muito menos que analisassem individualmente cada universidade num “setting” essencialmente regional ou mesmo local. Dada a grande importância que algumas universidades assumem nas economias locais de que fazem parte, como é o caso das Universidades de Coimbra ou de Aveiro, é incompreensível esta atitude de “ignorância” por parte da comunidade científica. Foi neste contexto que decidimos assumir a difícil tarefa de estudar o impacto económico da Universidade de Coimbra na sua circunvizinhança.

A concretização deste trabalho deparou grandes dificuldades essencialmente relacionadas com a recolha e tratamento de dados estatísticos sobre o funcionamento da Universidade de Coimbra, sobre o comportamento socio-económico dos grupos funcionais constituintes da Universidade e sobre a *performance* de alguns sectores importantes da economia envolvente que são susceptíveis de ser influenciados pela Universidade. Uma outra dificuldade assenta na indisponibilidade de uma estrutura teórica e de uma metodologia coerente, sistemática e uniforme para os estudos do impacto económico de uma instituição universitária na economia local. Apesar dos nossos esforços, nem todas as dificuldades foram ultrapassadas e isto naturalmente limita o alcance teórico e prático do presente trabalho. Estas dificuldades serão evidenciadas no decorrer da exposição. A metodologia e os instrumentos analíticos adequados serão expostos em ocasiões oportunas.

O trabalho começa com uma pequena digressão: na Secção I fazemos uma retrospectiva aos já longos séculos de vida da Universidade de Coimbra, sem perder a linha de evolução de todo o sistema do ensino superior português, para melhor patentear a razão que nos levou a fazer este trabalho e o seu significado num mundo em constante mutação. Definimos de seguida a área geográfica relevante ao nosso estudo e analisamos os impactos sócio-culturais da Universidade no concelho de Coimbra. A Secção II analisa o impacto económico da Universidade de Coimbra através das suas despesas e dos gastos de docentes e funcionários, de estudantes e de visitantes à Universidade. O impacto económico da universidade, no distrito de Coimbra, pelo exercício da função fulcral de produção de conhecimentos será estudado na Secção III. Concluímos o trabalho com algumas recomendações políticas que pensamos úteis e pertinentes.

Agradecemos a vários organismos da Universidade de Coimbra como sejam a Administração dos Serviços Centrais da UC, o Gabinete de Estudos e Estatística e a Faculdade de Economia da UC por nos terem facultado os dados estatísticos que lhes dizem respeito. Estamos também gratos ao ex-Administrador da UC, Dr. Armando Pereira e à responsável da Secção de Contabilidade da Administração da UC, Margarida Bornes. Agradecemos ainda as preciosas ajudas do Dr. João Paulo Barbosa de Melo no esclarecimento teórico e orientação prática do nosso estudo. Sem estes apoios e ajudas teria sido impossível a realização de um estudo desta índole.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

I.A. A EMERGÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O SEU DESEMPENHO MEDIEVAL

A universidade é um fenómeno medieval, de pura invenção europeia, que tem a sua génese nas antigas escolas filosóficas da Grécia onde se tornou distinto o exercício da liberdade de pensamento, herdado pelas universidades medievais. Inicialmente pertença da Igreja Católica, o Papa exercia uma influência vital na vida universitária e detinha o direito de garantir a *licentia ubique docendi* (i.e., a licença para ensinar em todo o lado). As primeiras universidades reconhecidas gozavam de privilégios não negligenciáveis e tratamentos muito específicos.⁽¹⁾

Em relação às primeiras *universitas scholarum et magistrorum* (i.e., conjuntos de mestres e discípulos) reconhecidas pela Igreja, entre as quais se contavam a Universidade de Paris (1215), de Toulouse (1229), de Bolonha, de Palença (1214) e de Salamanca (1230), o aparecimento da Universidade de Coimbra é tardio. Isto explica-se, por um lado, pela existência de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaca como centros de cultura; por outro lado, pelo facto de muitos portugueses terem ido estudar para o estrangeiro. Neste contexto, o pedido que algumas ricas comunidades eclesiásticas portuguesas dirigiram ao Papa para que autorizasse a criação de um Estudo Geral em Lisboa levou com ele um forte cunho regional e até, em certa medida, financeiro, dado que uma das suas justificações mais fortes foi precisamente a da economia nas despesas e redução de perigos oriundos da frequência dos estudos em outros países, além da facilitação da formação regional de pessoal para a Igreja. O Papa Nicolau IV deferiu este pedido e, em 1290, foi criado oficialmente o *studium generale* (i.e., o estudo geral) em Lisboa, pelo diploma régio do rei D. Dinis.

(1) Estes privilégios incluíam, por exemplo, a garantia papal, formalizada na Carta *Parens Scientiarum* de 1231, de que os estudantes universitários estavam isentos da jurisdição laica, e ainda a isenção municipal de impostos pelo consumo alcoólico dos estudantes.

A criação da Universidade não curou a deficiência crónica do ensino superior em Portugal. A emigração cultural continuou mesmo depois de ao país se ter proporcionado o *Estudo Geral*. Possuindo uma estrutura corporativa⁽²⁾, a Universidade de Lisboa-Coimbra diferenciava-se de outras universidades europeias pela sua orientação nacional ou mesmo regional. Enquanto que em Paris ou Bolonha se concentravam os sábios e estudiosos de toda a Europa, o *Estudo Geral* servia à burguesia e ao clero “local” para preparação indispensável ao desempenho de funções burocráticas e religiosas. A opção pela sede em Lisboa foi efémera, em parte porque a comunidade local não apreciou a presença “jovial e ruidosa” dos estudantes e, em 1308, a Universidade foi transferida para Coimbra. Também aqui surgiram problemas, nomeadamente com os proprietários a recusarem alugar casas aos estudantes, pelo que, até 1537, ano em que a Universidade se transferiu definitivamente para Coimbra, a sede da Universidade foi bastante instável⁽³⁾.

A localização definitiva da Universidade em Coimbra tornou-se motivo de orgulho da comunidade local, apesar da Universidade nem sempre ter sido um factor catalisador de progressos, como durante os largos anos de denúncia e censura intelectual que se seguiram a 1531, ano em que D. João III pediu ao Papa licença para a organização da Inquisição em Portugal, a qual foi concedida em 1536. A partir daí, Coimbra transformou-se num verdadeiro centro da Inquisição na Península Ibérica, facto que chegou a ser notado por Voltaire no seu famoso *Candide ou l’Optimisme*. A contra-reforma que se fez sentir em Portugal estrangulou todo o espírito inovador que

(2) A Universidade só começou a gozar do estatuto de corporação, com autonomia e privilégios especiais, em 1309, por carta régia.

(3) Em 1338, a Universidade foi transferida pelo rei D. Afonso IV para Lisboa; em 1354, voltou de novo para Coimbra. Em 1377, o rei D. Fernando, considerando o ambiente metropolitano de Lisboa mais acolhedor e assim propício à contratação de ilustres mestres estrangeiros, tomou a decisão de sediar a Universidade em Lisboa. A alternância da Universidade entre Coimbra e Lisboa seria constante. D. João III, por fim, optou por fazer sair a universidade de Lisboa para outro local. Sabendo disto, a vereação de Coimbra solicitou que, “não havendo de estar (os Estudos Gerais) em Lisboa, e fazendo-se neles alguma mudança, fosse para (a) cidade onde primeiro estiveram.”

sobreviveu desde a criação do Colégio das Artes em 1548. A Universidade de Coimbra entrou numa longa “crise cultural” em que prevaleceu o espírito de intolerância.

Durante todo o século XVII evidenciou-se o atraso educativo, científico e económico de Portugal em relação às grandes potências da Europa, nomeadamente a Inglaterra, a França e a Holanda. As primeiras iniciativas de uma reforma profunda da Universidade de Coimbra começaram com D. José e o seu *entourage* estrangeirado⁽⁴⁾, que preocupado com o atraso português o explicava pela falta de cultura e pelas deficiências no sistema do ensino superior. O principal representante da renovação pedagógica foi Luís António Verney, o qual defendeu uma nova filosofia e novos métodos de estudo e investigação no seu livro *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). Mas, infelizmente, a política oficial de ensino ainda não era sensível a estas severas críticas e discordâncias. Só com a ascensão do Marquês de Pombal ao poder se efectuaram reformas educativas de maior profundidade.

(4) Os estrangeirados eram aqueles portugueses que, devido aos serviços em missões diplomáticas ou ao refúgio dos perigos da Inquisição portuguesa, se fixavam no estrangeiro e defendiam a adopção de ideias, métodos e práticas estrangeiras. Entre os estrangeirados mais famosos contavam-se Cunha Brochado, Cavaleiro de Oliveira, D. Luís de Cunha, António Ribeiro Sanches, Luís António Verney e o Marquês de Pombal.

I.B. DE UNIVERSIDADE NACIONAL A UNIVERSIDADE REGIONAL

Sebastião José de Carvalho e Melo, personagem histórica polémica, é considerado o maior reformador de toda a história portuguesa. Formado em Direito por Coimbra, passou largos anos nas cortes austríaca e inglesa. Recomendado ao rei por D. Luís de Cunha e mal aceite pela velha nobreza, este “estrangeirado” subiu ao poder em 1750, com o rei D. José, e depressa dominou os ministérios. Exerceu uma cruzada contra a alta nobreza e contra a Companhia de Jesus a qual mantinha uma imensa influência na política e dominava a instrução secundária e mesmo primária. Expulsou os Jesuítas do país e dos domínios ultramarinos, confiscando os seus bens e, finalmente, em 1773, conseguiu assegurar a extinção de Companhia de Jesus por ordem do Papa Clemente XIV. Nestas circunstâncias as reformas educativas tornaram-se uma tarefa urgente. Numa época de monarquia absoluta e de centralização de poderes, o Governo chamou a si o efectivo controlo de todo o sistema do ensino, da formação mais rudimentar até à instrução universitária. Criou-se assim um ensino secundário destinado à preparação para o ensino superior, ou universidade, onde se ministrava a instrução “que faz figurar os homens nos Estados”.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra começou com a promulgação de novos estatutos da Universidade em 1772. Foi através de uma atitude progressiva e de uma vontade inabalável que o Marquês de Pombal e o Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos levaram a cabo as mudanças audaciosas e, porventura, radicais. Foram criadas as Faculdades de Matemática e de Filosofia onde se incluíram cursos de ciências naturais, de física experimental e de química, em que “a preocupação racionalista e experimentalista dominou os métodos”. Quanto à Faculdade de Medicina, foi enfatizado o ensino prático e o contacto dos estudantes com os doentes do hospital público integrado na Universidade. Criaram-se ainda laboratórios de física, o jardim botânico, o observatório astronómico e a imprensa universitária. Todavia, a reforma pombalina foi incompleta e nem sempre eficaz em termos de resultados, tendo em conta as fortes resistências por parte das autoridades académicas. Já no reinado de D. Maria I, fizeram-se de novo sentir as reivindicações dos reaccionários na política do ensino superior.

Assim, durante muito tempo e até ao período liberal, pouco mudou na Universidade. Evidenciou-se, no entanto, a escassez de estabelecimentos de nível superior capazes de produzir pessoal de qualificação adequada às exigências do desenvolvimento do país. Foram então criadas as novas escolas médio-superiores em Lisboa e Porto. O liberalismo respeitou o grande privilégio da velha Universidade, embora criasse as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, o Curso Superior de Letras de Lisboa, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto. Tal levou a que, no nosso entendimento, o âmbito nacional da Universidade de Coimbra ficasse cada vez mais reduzido, à medida que a necessidade de satisfazer a procura de trabalhadores qualificados dos grandes centros urbanos ganhava terreno.

O liberalismo foi complacente com o ensino superior e actuou essencialmente nos ensinamentos de base e secundário. Mesmo o famoso movimento da Geração de 70, iniciado em Coimbra, foi extremamente pobre em relação às necessárias inovações universitárias e a Questão Coimbrã não foi mais do que uma polémica literária. Só com o advento da República é que se levaram a cabo algumas mudanças fundamentais no sistema do ensino superior.

A proclamação da República arrastou consigo uma “verdadeira revolução no ensino superior”, materializada na publicação do Decreto de 19 de Abril de 1911, diploma fundamental das bases da nova Constituição Universitária. Foram criadas com este diploma duas novas universidades: a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto, com um grande número de faculdades ou escolas viradas para uma preparação de diplomados adequada às necessidades de desenvolvimento industrial e comercial do país.

Na Constituição Universitária de 1911 consagraram-se os objectivos universitários de “fazer progredir a ciência”, “iniciar um ensino de estudantes nos métodos de descoberta e investigação científica”, “ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações” e “promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação”. O diploma que viria a aprovar o novo Estatuto Universitário, publicado em 1918, conferiu uma grande autonomia pedagógica

e administrativa às universidades⁽⁵⁾. Todavia, as universidades eram muito marcadas pelo seu carácter nacional, financiadas pelo Estado, ainda que devessem ter o “concurso das regiões interessadas”. Em 1911 ainda foi garantida a participação do presidente do município e do governador civil do distrito respectivos, mas esta participação local foi anulada em 1918 devido ao facto da presença de autoridades locais não agradar ao círculo académico.

O facto de a República incluir no Senado, como membros, um representante dos antigos graduados, os protectores da universidade e os representantes da autoridade local, demonstra “a vontade de envolver a universidade nas preocupações, necessidades e interesses da região em que estava implantada”. Esta preocupação regional foi, sem dúvida, um dos elementos mais inovadores do novo sistema do ensino superior, em conjunto com a democratização dos órgãos de governo universitário⁽⁶⁾. Mas, por outro lado, verificou-se uma tentativa centralizadora do controlo das universidades, reflectida nas alterações significativas do estatuto do Reitor. No período medieval, era a universidade quem escolhia o seu Reitor, que a representava perante o poder central. Mas a partir de 1911, “o reitor é nomeado pelo governo”, e foi ele que passou a representar o Governo perante as universidades. Esta prática ainda se acentuou mais durante o Estado Novo.

A efémera existência da Primeira República não permitiu uma reestruturação profunda e duradoura do sistema educativo, apesar de todas as modificações e ideais republicanos por ela introduzidos. Esta tarefa recaiu sobre o novo regime político implantado pelo movimento de 28 de Maio de 1926 e resumiu-se ao novo Estatuto de Instrução Universitária, de Agosto de 1930, do Ministro Cordeiro Ramos. O novo documento legal regulamentador do ensino universitário retirou às Universidades, faculdades e escolas a autonomia anteriormente concedida, ficando estas “inteiramente dependentes das decisões e da vontade do Governo”, reforçando assim a centralização

(5) “É confiado às universidades o seu próprio governo económico e científico”.

(6) Em termos de democratização, a Constituição Universitária tentou alargar o acesso ao ensino superior a um maior número de alunos de todos os estratos sociais, embora fosse uma tentativa de pouco sucesso.

pela transferência dos poderes discricionários para o governo de Lisboa. Além disso, intensificava-se a centralização interna às universidades, com o reforço da competência do Senado e a extinção dos Conselhos Académicos e da Junta Administrativa. Em 1911 o Reitor era eleito pela universidade e nomeado pelo Governo; a partir de 1929 e até 1981, o Reitor passou a ser “livremente escolhido pelo Governo”, com uma área de recrutamento já alargada para fora da própria universidade. Os directores das faculdades passaram a ser nomeados pelo Governo, representando o Reitor perante a respectiva faculdade ou escola.

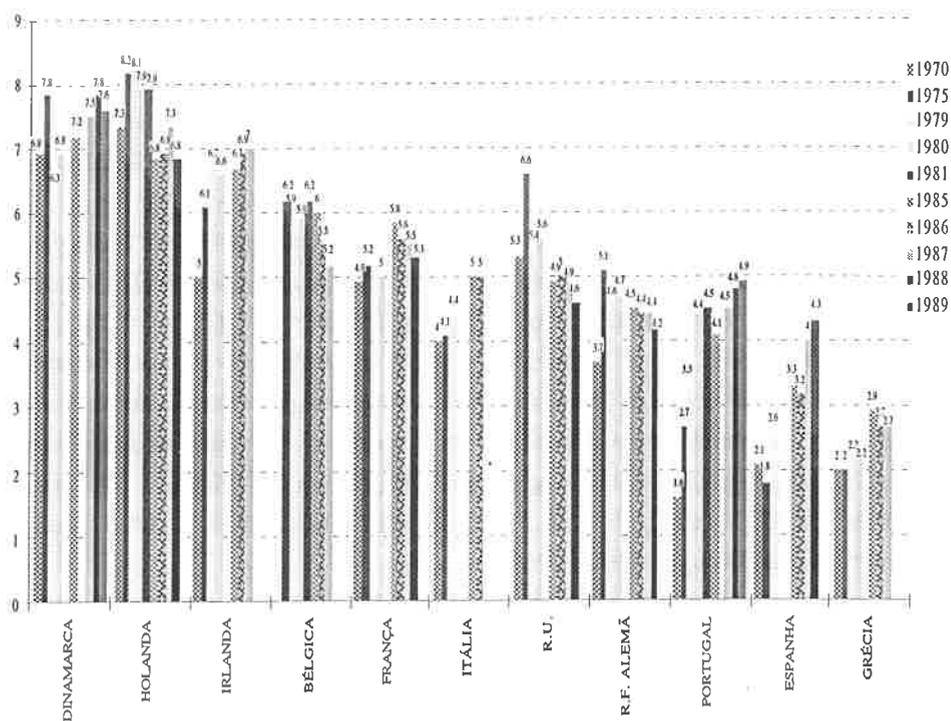
Verificou-se também uma redução na autonomia financeira das universidades: todas as fontes de rendimento, incluindo as propinas, passaram a ser arrecadadas pelo Estado. No tocante à autonomia académica e pedagógica, houve uma degradação significativa em termos da liberdade de expressão e crítica. Exigiu-se uma “estrita obediência ao pensamento oficial” por parte dos estudantes, funcionários e docentes, enquanto que “educar, investigar e formar as mentes exige a liberdade de pensar, reflectir e de exprimir”.

O Governo de António de Oliveira Salazar, catedrático de Finanças da Universidade de Coimbra, preocupado com a efectiva transformação da Universidade num aparelho útil ao regime, encontrou imensas dificuldades na UC, uma instituição de longa tradição, “ciosa da sua autonomia” e crítica da declaração de compromisso de lealdade exigida aos docentes. Desenvolveram-se focos anti-governamentais nos “meios académicos, designadamente estudantis” e a Associação Académica de Coimbra (A.A.C.), uma instituição escolar fundada em 1887, foi um dos principais difusores de ideias democráticas e sofreu imenso pelas suas lutas anti-salazaristas, culminadas nos movimentos académicos de 1962 e 1969.

Desde o início, o Estado Novo (1933-1974) reservou o ensino universitário para uma reduzida *elite* condutora dos destinos da Nação, desinteressou-se do alargamento do acesso à instrução universitária a uma maior parte da população, enquanto, pelo contrário, se verificavam os maiores esforços nos países avançados para transformar o ensino universitário num fenómeno de massas ou mesmo universal. Embora as universidades fossem definidas como “centros de alta cultura e de investigação científica”, esta última nunca constituiu grande preocupação. Durante

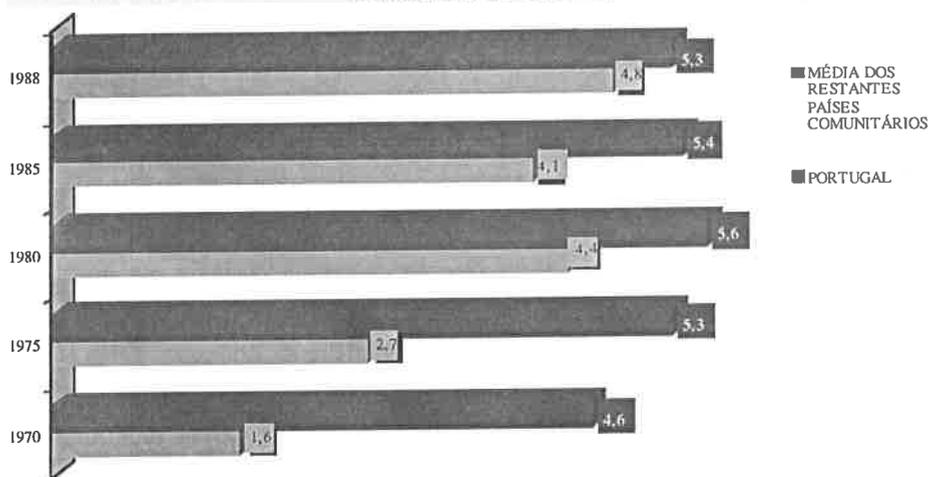
cerca de trinta anos, “pouco se fez em prol da Educação, exceptuando o ensino primário”, e a percentagem do orçamento educacional no produto interno era muito inferior àquelas que se observavam noutros países industrializados, como podemos ver nos próximos gráficos.

GRÁFICO 1-1 DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS PAÍSES COMUNITÁRIOS, DE 1970 A 1989 (EM PORCENTAGEM DO PIB)



Fonte: Vitor Crespo (1993)

GRÁFICO 1-2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E NO CONJUNTO DOS PAÍSES COMUNITÁRIOS, DE 1970 A 1989 (EM PERCENTAGEM DO PIB)



Fonte: Vitor Crespo (1993)

O período entre os anos 40 e finais dos anos 60 não foi propício a uma política inovadora no ensino superior, mas as necessidades regionais de um desenvolvimento económico e social equilibrado conduziram à criação de um “ensino politécnico no âmbito do ensino superior, fora do sistema universitário” e de novas faculdades e escolas junto das universidades já existentes⁽⁷⁾. Entretanto, foram criados estudos gerais superiores em Angola e Moçambique: a Universidade de Luanda e a Universidade de Lourenço Marques. Estas foram produtos da política educativa nacional e, em particular, da política colonial do país, possuindo estatutos especiais: eram reguladas e tuteladas simultaneamente pelos Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional e

(7) Foram criadas, em 1953, a Faculdade de Economia do Porto e em 1961, a Faculdade de Letras do Porto. A Escola Superior Colonial foi reorganizada no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e integrada na Universidade Técnica de Lisboa, em 1961. Também por transformação das respectivas Escolas Superiores, foram criadas, em 1968, as Faculdades de Farmácia em Coimbra e Lisboa.

“procuraram desenvolver-se em estreita sintonia com as necessidades locais, empenhando-se no serviço à comunidade”. Assim, estas duas universidades podem ser consideradas como as primeiras tentativas de *regionalização* do sistema do ensino superior.

No final dos anos 60, devido ao “controlo férreo de um regime autoritário e fechado à inovação”, o sector universitário português mergulhou numa profunda crise, reflectida essencialmente na incapacidade das universidades de satisfazer uma maior procura pelo ensino superior (ainda de carácter *elitista*) e de fomentar a investigação científica para promover o crescimento económico do país. A crise no meio universitário, que se estendeu por três décadas, foi de tal modo severa que ainda hoje sofremos as suas graves consequências.

Para dar resposta a esta profunda crise, o Ministro da Educação Veiga Simão (1970-1974) empenhou-se numa larga expansão e diversificação do ensino superior, procurando uma melhor distribuição dos estabelecimentos de ensino superior pelas diferentes regiões do país. No caso da Universidade de Coimbra, alargou o âmbito da Faculdade de Ciências e criou a Faculdade de Economia. Entretanto, em Julho de 1971, foi criada a primeira universidade não dependente do Estado Português: a Universidade Católica. Mas o verdadeiro plano de expansão e diversificação de carácter revolucionário veio materializar-se no decreto-lei N.º 402/73, segundo o qual “são criadas as Universidades Nova de Lisboa, de Aveiro e do Minho e o Instituto Universitário de Évora; são criados os Institutos Politécnicos da Covilhã, Faro, Leiria, Setúbal, Tomar e Vila Real; são criadas as Escolas Normais Superiores de Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu”. Foi um plano muito ambicioso, sem ter em conta as capacidades financeiras e educativas necessárias para assegurar um ensino superior de qualidade. Todavia, foi nesta sequência que, pela primeira vez, se evidenciou a grande necessidade de estudar o impacto económico das universidades em relação aos seus meios envolventes, uma vez que um número cada vez maior de instituições, a disputar a distribuição do orçamento educativo, passaram a estabelecer relações estreitas com as localidades acolhedoras.

Um outro diploma, fundamental pelo seu carácter reformador, é a Lei N.º 5/73, a qual introduziu formalmente o sistema dual do ensino superior em Portugal. Assim, de

acordo com ela, o sistema do ensino superior português passou a ser constituído por universidades, institutos politécnicos, escolas normais superiores e outros estabelecimentos equiparados. As universidades conferiam os graus de bacharel, licenciado e doutor. Os outros estabelecimentos de ensino superior conferiam o grau de bacharel. A criação das instituições para-universitárias visava preparar quadros técnicos mais procurados no mercado de trabalho e diversificar o capital humano de acordo com a procura, além de alcançar uma maior e mais equitativa dispersão geográfica dos estabelecimentos do ensino superior.

Mal estavam postas em prática as reformas pretendidas pelo Ministro Veiga Simão quando a Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe consigo novas orientações para o sistema educativo. Mergulhados na vitória sobre a ditadura e no idealismo socialista, os responsáveis políticos pela educação empenharam-se sobretudo em modificar as regras de gestão e do controlo das escolas e democratizar os órgãos de governo das universidades. Mas as suas respostas aos problemas educativos, há muito acumulados, foram muito demoradas, inadequadas e mesmo caóticas. A ideologia muitas vezes prevaleceu sobre a razão e a degradação do ensino superior foi maior do que seria de esperar. Foi graças à coragem do Ministro Sottomayor Cardia que se iniciou a tomada de medidas de normalização do ensino, em 1976. Foi criado o sistema de *numerus clausus* e relançadas as iniciativas da diversificação do ensino superior, depois de uma resistência inicial ao sistema de ensino superior dual, um fenómeno vulgar entre os países latinos europeus, como era o caso da Itália.

Foram introduzidos novos conceitos institucionais, tais como o ensino superior de curta duração e as universidades regionais. Assim se criaram, em 1976, de entre outras novas instituições universitárias, as Universidades do Algarve, dos Açores e da Madeira, com designações notoriamente regionais. A instalação das novas universidades de inspiração regional deu-se devido ao “desejo de afirmação regionalista através da existência de centros universitários” e às “dificuldades económicas das famílias em suportar os encargos de alojamento e alimentação dos filhos matriculados numa universidade distante”. Esta dinâmica continuou com a criação das Universidades da Beira Interior, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mais tarde, o Despacho N.º 28/79 veio autorizar, embora provisoriamente⁽⁸⁾, o funcionamento da Universidade Livre como “estabelecimento de ensino superior particular com a finalidade de ministrar o ensino de nível pós-secundário e cultivar a investigação e o progresso das ciências nela professadas”. O autêntico Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo só viria a aparecer em 1989, promulgando os princípios de “independência entre órgãos de natureza científica ou pedagógica e órgãos de natureza administrativa e financeira” e de “participação de docentes e alunos”. Entretanto, um grande número das instituições universitárias privadas obtiveram autorização governamental e entraram em regular funcionamento a partir de 1985, ano em que foram estabelecidos os requisitos necessários para a criação e funcionamento das instituições privadas.

Se entre 1974 e 1980 se viveu um período de transição e de irregularidades, a partir de 1983 passou a verificar-se uma estabilidade e progressividade na vida universitária e florescimento *quantitativo* do ensino superior particular e cooperativo. Com a promulgação do decreto-lei N.º 66/80 e a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, assistimos, por fim, ao consenso em estabelecer um sistema dual no ensino superior, à introdução do sistema de unidades de crédito que permitia “uma maior autonomia e flexibilidade pedagógicas”, à *departamentalização* das faculdades e escolas e a uma maior autonomia administrativa e financeira. Foi colocada maior ênfase na investigação científica, nos serviços externos e na estruturação dos cursos de mestrado e de doutoramento, aproximando finalmente a *performance* do sistema de ensino superior português ao desempenho médio europeu (embora a distância continue a ser muito grande).

Da existência única da Universidade de Coimbra na primeira década deste século até à multiplicação das instituições de ensino superior de formas variadas, decorreu uma gradual diminuição no âmbito geográfico da área de influência da velha Universidade. Por muitos séculos a única instituição universitária capaz de assegurar o ensino superior para a população nacional e mesmo para partes da população espanhola, a Universidade de Coimbra tem hoje em dia uma população estudantil geograficamente

(8) A lei de ratificação da Universidade Livre foi publicada em 31 de Julho de 1981.

mais concentrada na Região Centro, servindo com maior incidência os interesses locais e regionais. Numa época de severos cortes orçamentais para satisfazer os critérios de convergência de Maastricht e numa conjuntura de desemprego agravado, vale a pena estudar os impactos económicos da Universidade no seu meio envolvente imediato. Nesse sentido começaremos por abordar as funções sócio-culturais da Universidade de Coimbra, de forma sucinta.

I.C. A UNIVERSIDADE ENQUANTO ENTIDADE IMPULSORA DE ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

Numa perspectiva mais ou menos ampla, podemos afirmar que a Universidade de Coimbra, além dos seus impactos directos, imediatos ou de curto prazo sobre a economia local, tem também fortes implicações indirectas ou de longo prazo sobre o seu meio envolvente. Referimo-nos ao impacto através do conhecimento e à influência duradoura da Universidade sobre as condições de vida da comunidade local. Sendo o desenvolvimento económico regional um fenómeno de múltiplas facetas, não podemos deixar de abordar sucintamente o impacto universitário nas actividades sócio-culturais locais.

Porém, antes de efectuar qualquer trabalho de âmbito regional, é preciso definir com clareza e lucidez a área geográfica em estudo. A pergunta a colocar é: qual é a área geográfica de maior relevância para o estudo em causa? Sabemos que a magnitude do impacto económico da Universidade varia com a dimensão da área geográfica em análise e quanto maior esta, tanto mais fechada será a economia regional, tanto maiores os multiplicadores de despesa e tanto mais disperso será o impacto universitário pelo conhecimento. Por outro lado, quanto maior a área de estudo, maior o número de instituições universitárias alternativas presentes e maior diluição do impacto individualmente exercido pela UC, através do efeito de substituição.

Segundo a teoria dos lugares centrais de Christaller⁽⁹⁾, as regiões económicas não coincidem em geral com as zonas políticas ou administrativas delineadas por considerações alheias ao mundo económico. Dada a grande dificuldade em determinar uma zona económica de maior interesse para o nosso estudo e tendo em conta a disponibilidade de alguns dados estatísticos bastante desagregados, decidimos optar pelo concelho de Coimbra como área de estudo, embora nem sempre fosse possível manter a consistência e uniformidade desta escolha, na falta de estatísticas disponíveis.

O método mais correcto para medir e avaliar o impacto económico de uma instituição universitária consiste em comparar a situação actual da actividade económica com um cenário hipotético em que a instituição não está presente. Mas este método é de difícil aplicação porque, por um lado, têm de aceitar-se algumas hipóteses restritivas e às vezes irrealistas para poder calcular e especular sobre a actividade económica na ausência da universidade; por outro lado e no nosso estudo específico, está em causa uma universidade secular de longa tradição, cuja presença está tão marcada e cuja influência duradoura sobre a cidade é de tal forma enraizada que não nos é possível construir um cenário fictício verosímil. Não podemos esquecer que, tal como Oxford, Cambridge, Poitiers, Salamanca e outras cidades, Coimbra é conhecida internacionalmente como uma cidade universitária. Isto não significa que um estudo do impacto regional da Universidade de Coimbra seja impossível de fazer, mas sim que temos de encontrar outros métodos adequados à sua estimação. Os aspectos metodológicos serão tratados mais à frente.

A presença da Universidade no concelho de Coimbra tem fortes implicações nas actividades sócio-económicas locais. Além dos impactos, que se fazem sentir através das despesas efectuadas no concelho e das funções de ensino, investigação científica e serviços externos, temos que considerar os efeitos não económicos da Universidade sobre vários subsistemas regionais (*e.g.*, político, cultural e social). Estes últimos podem ser tratados como externalidades ou efeitos *spill-over* da actividade universitária. Dada a grande dificuldade em quantificar estes efeitos *spill-over*, o que podemos fazer é colocar a Universidade num *setting* espacial, comparando alguns dados

(9) Ver Lopes (1987), pp.218-228.

estatísticos disponíveis e indicadores explicativos do concelho de Coimbra com aqueles da Região Centro ou mesmo do Continente, para ter uma ideia de como a localização de uma universidade pode modificar as *performances* sócio-culturais da sua zona de acolhimento.

O primeiro subsistema a considerar é o político: a Universidade de Coimbra, ao longo de séculos, tem contribuído imenso para a evolução política do país e da própria região. Além de fornecer um número significativo de dirigentes políticos a todos os níveis do governo e da administração pública, a Universidade tem sido, muitas vezes, pioneira na introdução de novas ideias e promotora de novas estruturas políticas na região⁽¹⁰⁾. Ela contribui, assim, para aumentar a participação democrática dos cidadãos nas actividades políticas e melhorar a eficiência na respectiva organização. O concelho de Coimbra tem sido um dos mais frequentados pelos líderes partidários durante as eleições parlamentares, presidenciais e autárquicas, o que é consequência da presença de uma grande massa estudantil e do corpo docente, elementos sociais activos e politicamente conscientes. A Associação Académica de Coimbra, organização estudantil da Universidade, tem sido protagonista de movimentos anti-governamentais: liderou a luta pela democracia sob o regime salazarista e defendeu com sucesso os interesses estudantis perante terceiros na chamada “Guerra das Propinas”.

QUADRO I-1 DENSIDADE POPULACIONAL EM 1992

| | HAB/KM ² |
|--------------------|---------------------|
| CONTINENTE E ILHAS | 107.19 |
| REGIÃO CENTRO | 72.25 |
| AVEIRO | 322.99 |
| LEIRIA | 190.66 |
| BAIXO MONDEGO | 160.40 |
| COIMBRA | 442.04 |
| FIGUEIRA DA FOZ | 173.94 |

Fonte: INE, 1993

(10) Porém, também é verdade que, não raras vezes, a universidade foi a principal oposição conservadora às reformas políticas necessárias ao desenvolvimento nacional e regional.

A localização da Universidade no concelho de Coimbra modifica a estrutura demográfica concelhia. No Quadro I-1 constata-se que em 1992 a densidade populacional era de 442,04 habitantes por km², muito superior à média nacional (107,19), da Região Centro (72,25) ou do Baixo Mondego (160,40). Comparando Coimbra com outras cidades da Região Centro, tais como Aveiro ou Leiria, esta *superioridade* mantém-se.

QUADRO I-2 ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O SEXO E GRUPOS ETÁRIOS, EM 31/12/1994

| | 0-14 | 15-24 | 25-64 | 65 E MAIS | TOTAL |
|---------------|---------|---------|---------|-----------|----------|
| REGIÃO CENTRO | 291 580 | 270 890 | 851 500 | 299 730 | 1713 700 |
| BAIXO MONDEGO | 52 110 | 51 170 | 171 810 | 52 680 | 327 770 |
| COIMBRA | 22 630 | 21 950 | 75 050 | 19 260 | 138 890 |

Fonte: INE, 1995

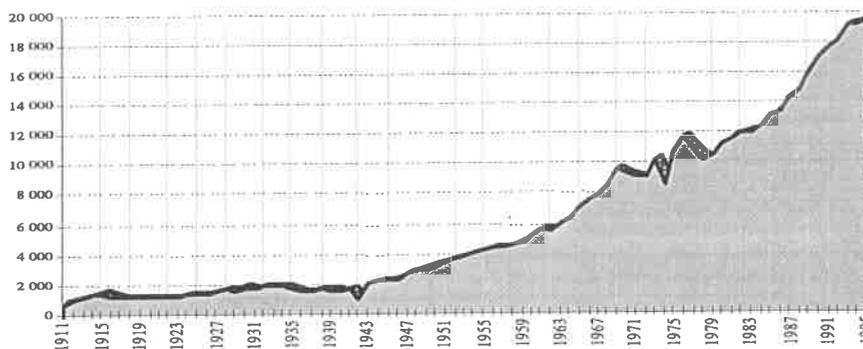
Em 1994 a população do concelho de Coimbra era de 138890 pessoas (ver Quadro I-2), sendo o total de estudantes do ensino superior público 23390 e a população estudantil da Universidade de Coimbra 19308 indivíduos. Adicionando a este último número o total de docentes da Universidade (1417)⁽¹¹⁾ no ano lectivo 1993/1994, podemos facilmente avaliar o peso da comunidade universitária na população concelhia (14,92%)⁽¹²⁾. A população estudantil cresceu, no período de 1911 a 1995, a uma taxa média anual de 4,7%, (ver Gráfico I-3 e Gráfico I-4) verificando-se os

(11) Não é incluído o número de funcionários da Universidade de Coimbra por se tratar de um agregado populacional com uma muito menor mobilidade em comparação com os estudantes e docentes. Na ausência da Universidade, é muito provável que os funcionários continuassem a residir e a trabalhar no concelho de Coimbra.

(12) O número que estamos a apresentar sobrestima a população estudantil dado que uma fracção não negligenciável dos alunos reside fora do concelho de Coimbra.

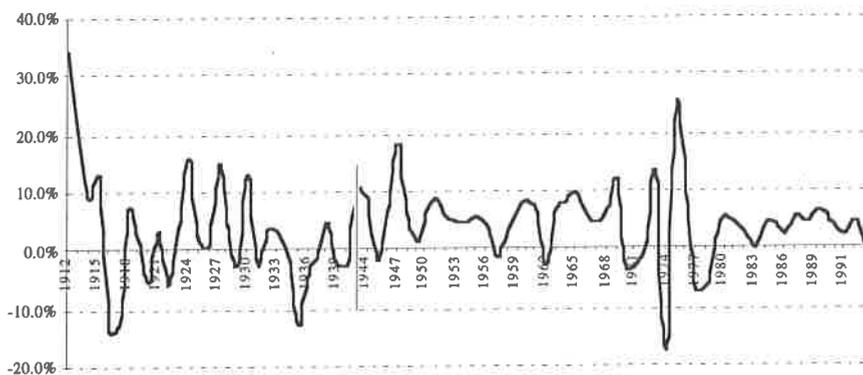
pontos de aceleração no pós-guerra e no período logo a seguir à Revolução do 25 de Abril.

GRÁFICO 1-3 NÚMERO TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DESDE O ANO LECTIVO 1911/1912 ATÉ 1995/1996



Fonte: Correia (1988) e Gabinete de Estudos e Estatística da U.C.

GRÁFICO 1-4 TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS ALUNOS INSCRITOS NA U.C. (1911-1995)*



*Exceptuando os anos 1942 (-39,4%) e 1943 (+93,7%)

No período 1911-1991, o rácio entre o número de alunos matriculados na Universidade de Coimbra e a população concelhia cresceu de 1,2% para 13,8% (ver Quadro I-3), muitíssimo acima do rácio entre o total de alunos no ensino universitário e a população nacional (0,02% e 0,99%, respectivamente), isto apesar de uma queda vertiginosa do peso da UC no ensino universitário português, de 59% em 1911 para 17,5% em 1991.

QUADRO I-3 COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ALUNOS DA UC E OUTROS AGREGADOS POPULACIONAIS (1991-1994)

| | 1911 ^(a) | 1940 ^(b) | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 1994 ^(c) |
|--|---------------------|---------------------|-------|-------|-------|-------|---------------------|
| % DE ALUNOS DA U.C. NA POP. DE COIMBRA | 1,2% | 1,9% | 5,0% | 8,5% | 8,1% | 12,3% | 13,8% |
| % DE ALUNOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO OFICIAL NA POP. PORTUGUESA | 0,02% | 0,11% | 0,22% | 0,51% | 0,67% | 0,99% | |
| % DE ALUNOS DA U.C. NO TOTAL DE ALUNOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO OFICIAL | 59,1% | 18,5% | 27,4% | 21,2% | 17,0% | 17,5% | 14,6% |
| % DE ALUNOS DA U.C. NO TOTAL DE ALUNOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO | | | | 19,2% | 16,1% | 13,9% | 11,1% |
| % DE ALUNOS DA U.C. NO TOTAL DE ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR | | | | 14,4% | 13,5% | 9,7% | 6,9% |

(a) População Presente

(b) Estimativa

(c) O valor de 1993/1994 tem por fonte o Departamento de Programação e Gestão Financeira (1996) ao contrário dos restantes que têm por base Crespo (1993), pelo que os valores não são directamente comparáveis devido a diferenças nos critérios escolhidos.

O vivo crescimento da população estudantil dinamiza o processo de urbanização do concelho de Coimbra e a grande mobilidade da população estudantil e docente promove movimentos inter-regionais de pessoas. Podemos pois concluir que o impacto demográfico da Universidade no concelho de Coimbra é notável.

A Universidade é também o principal responsável pela animação cultural da cidade. Possui o Teatro Académico de Gil Vicente, o Museu de Arte Sacra, o Museu Académico e um número elevado de auditórios. Organiza conferências, colóquios, seminários e encontros culturais de grande qualidade. Promove intercâmbios culturais e académicos com outras regiões e o estrangeiro. A Associação Académica possui 19 secções desportivas, dispõe de uma Rádio e vários grupos musicais de fama

internacional⁽¹³⁾. Divulga informações e promove actividades tão diversas como a cinematografia, o ambientalismo, a filatelia, o jornalismo e a astronomia. Dispõe de um estádio onde se praticam as mais diversas actividades desportivas. As 26 repúblicas e solares são um fenómeno cultural peculiar da Universidade. As ordens religiosas estão em plena actividade, participam na vida universitária e fornecem algumas centenas de lugares de alojamento para estudantes universitários⁽¹⁴⁾. Não é nenhum exagero concluirmos que a Universidade de Coimbra é a origem mais importante das actividades culturais do concelho.

O subsistema educativo do concelho é também fortemente afectado pela presença da Universidade. O acesso ao ensino superior de qualidade é um privilégio dos residentes do concelho. Segundo estudos do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério de Educação, a probabilidade de acesso ao ensino superior no distrito de Coimbra é da ordem dos 10 -11%, só ligeiramente inferior à de Lisboa e de Évora, os distritos com o melhor acesso no país (ver Quadro I-5). A formação e manutenção de um *stock* de professores de ensino básico e secundário ajuda a eliminar o analfabetismo (ver Quadro I-4) e a melhorar a qualidade do ensino⁽¹⁵⁾.

(13) Nomeadamente, a Orquestra Típica e Rancho, a Orquestra Pitagórica e a Estudantina Universitária de Coimbra.

(14) Há pelo menos dez lares em funcionamento no Concelho de Coimbra destinados a abrigar estudantes de sexo feminino, entre os quais citamos: o Lar da Divina Providência, de Nossa Senhora de Fátima, de Jesus Maria e José, de Santo António, das Irmãs Franciscanas e o Lar Teresiano.

(15) A título de exemplo: segundo valores provisórios do Anuário Estatístico da Região Centro de 1994 (INE 1994), o concelho de Coimbra possuía, nesta data, 13,7% dos Agentes de Ensino do 3º Ciclo e Secundário da Região Centro.

QUADRO I-4 TAXA DE ANALFABETISMO EM 1991

| | |
|--------------------|-------|
| CONTINENTE E ILHAS | 11% |
| REGIÃO CENTRO | 14% |
| BAIXO MONDEGO | 11.2% |
| COIMBRA | 7.1% |

Fonte: Censos 91

QUADRO I-5 POPULAÇÃO QUE CONCLUIU OU FREQUENTOU QUALQUER NÍVEL DE ENSINO

| | PRIMÁRIO | PREPARATÓRIO | SECUNDÁRIO | SUPERIOR |
|---------------|----------|--------------|------------|----------|
| REGIÃO CENTRO | 57.77% | 15.23% | 20.69% | 6.36% |
| BAIXO MONDEGO | 51.34% | 13.86% | 24.32% | 10.49% |
| COIMBRA | 41.83% | 12.22% | 28.52% | 17.43% |

Fonte: INE 1993

A Universidade também oferece oportunidades de formação contínua e cursos profissionais e induz a instalação de estabelecimentos de ensino específico: escolas de línguas⁽¹⁶⁾, de informática, etc. Assim, a presença da Universidade garante um largo leque de oportunidades educativas aos cidadãos do concelho.

No domínio social os impactos decorrem dos objectivos sociais do ensino universitário⁽¹⁷⁾ e influenciaram as condições gerais de vida. Vejamos alguns indicadores concelhios que dizem respeito à qualidade de vida da população local para

(16) As escolas de línguas mais conhecidas são: Alliance Française, British Council, Cambridge School, Goethe Institut e International House.

(17) Bowen classifica os objectivos do ensino superior em duas categorias, individuais e sociais. Os objectivos individuais dos estudantes e docentes passam pela aprendizagem cognitiva, o desenvolvimento psicológico e moral, a competência e capacidade prática, os ganhos económicos no futuro, a satisfação e gozo de estudos avançados e a realização individual. No tocante aos objectivos sociais temos a melhoria do bem estar social, a produção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos, a descoberta e apoio aos mais dotados e o progresso humano em geral. Ver Florax (1992).

perceber a influência subtil da Universidade. Realçamos que o bem-estar social em grande parte depende do rendimento ou do consumo das famílias, mas não dispomos de dados concelhios nestas variáveis. A dificuldade é parcialmente ultrapassada pela provisão de um “indicador *per capita*” do poder de compra — IPC — (ver Quadro I-6 e Quadro I-7)⁽¹⁸⁾.

Construído a partir de um conjunto de 15 variáveis significativas, o IPC pondera diversas facetas da vida concelhia e constitui um substituto fiel ao rendimento ou consumo per capita. Coimbra, conjuntamente com as zonas de Lisboa e Vale de Tejo, Grande Porto e Faro, constituem o grupo com o IPC superior a 130, enquanto que a média nacional é de 100. Não podemos ignorar o factor Universidade que ajuda a que o valor deste indicador para Coimbra supere os valores para a Região Centro (71,63) e o Baixo Mondego (88,12). A população concelhia goza de um elevado nível médio de rendimento no contexto nacional.

(18) Este indicador per capita do poder de compra é calculado com base na análise factorial, utilizando informação sobre 15 variáveis expressivas, como o consumo doméstico de electricidade *per capita*, o número de telefones *per capita*, a taxa de urbanização, o valor dos depósitos à ordem *per capita* e o número de pessoas empregadas no comércio a retalho. É uma análise multivariada que assenta na óptica de utilização do rendimento e na estruturação espacial. São extraídos dois factores principais: o IpC do poder de compra e o factor dinamismo relativo (ver Quadro I-6 e Quadro I-7) que traduz a dinâmica comercial e habitacional concelhia. O desempenho do concelho de Coimbra nos dois factores referidos aproxima-se da *performance* da zona de Lisboa e do Porto. Fonte: Lucas e Ramos, 1995.

QUADRO I-6 E QUADRO I-7 ÍNDICE DE PODER DE COMPRA CONCELHIO E
FACTOR DINAMISMO RELATIVO

| ÍNDICE DE PODER DE COMPRA CONCELHIO | |
|-------------------------------------|--------|
| LISBOA | 314,09 |
| PORTO | 257 |
| FARO | 169,8 |
| COIMBRA | 130,35 |
| LEIRIA | 105,5 |
| CONTINENTE | 102 |
| ALGARVE | 100,43 |
| BAIXO MONDEGO | 88,12 |
| REGIÃO CENTRO | 71,63 |

| FACTOR DINAMISMO RELATIVO | |
|---------------------------|---------|
| ALGARVE | 2,6843 |
| FARO | 0,0475 |
| REGIÃO CENTRO | -0,1557 |
| CONTINENTE | -0,2896 |
| BAIXO MONDEGO | -0,3174 |
| LEIRIA | -0,4757 |
| COIMBRA | -0,6527 |
| PORTO | -1,7645 |
| LISBOA | -2,3869 |

Fonte: Lucas e Ramos, 1995.

Há outros indicadores sociais cujo valor decorre da localização da Universidade no concelho de Coimbra. É o caso da cobertura médica e de serviços de saúde: devido à existência do Hospital da Universidade de Coimbra⁽¹⁹⁾, do Hospital dos Covões, do Hospital Pediátrico de Coimbra e do Hospital de Sobral Cid, o serviço hospitalar coimbrão tem um lugar destacado na Região Centro⁽²⁰⁾ e no País. A Faculdade de Medicina da UC fornece a maior parte dos médicos especialistas destes hospitais e prepara os futuros médicos garantindo a formação permanente de médicos devidamente qualificados.

No Quadro seguinte (Quadro I-8) vemos que, em 1994, o concelho de Coimbra possuía 18,51 médicos e 23,39 camas por mil habitantes, números de longe mais elevados do que as médias nacionais e da Região Centro. As boas condições sanitárias e um elevado nível de vida repercutem-se numa taxa média de mortalidade infantil baixa (7,15).

(19) Embora assim designado, o Hospital goza de autonomia financeira e administrativa. Porém, a Faculdade de Medicina e o Hospital cooperam de uma forma muito estreita e realizam projectos de investigação em comum.

(20) Existem em Coimbra 11 hospitais, dos quais 3 são particulares.

QUADRO I-8 INDICADORES DE SAÚDE

| | MÉDICOS POR 1000 HAB. | | CAMAS DE HOSPITAL POR 1000 HAB. | | TX. MEDIA DE MORTALIDADE INFANTIL | | MÉDICOS DA REGIÃO CENTRO EM COIMBRA (%) | |
|--------------------|-----------------------|-------|---------------------------------|-------|-----------------------------------|-----------|---|------|
| | 1992 | 1994 | 1992 | 1994 | 1988-1992 | 1990-1994 | 1992 | 1994 |
| CONTINENTE E ILHAS | 2.9 | 2.93 | 4.24 | 4.35 | 11.29 | 9.6 | | |
| REGIÃO CENTRO | 2.84 | 2.83 | 4.67 | 4.68 | 10.26 | 8.61 | | |
| BAIXO MONDEGO | 8.78 | 8.63 | 13.05 | 13.42 | 7.63 | 7.11 | | |
| COIMBRA | 18.87 | 18.51 | 22.57 | 23.39 | 8.18 | 7.15 | 54% | 53% |

Fonte: INE, 1993 e 1995

Estes indicadores dão-nos uma ideia aproximada da contribuição da UC para o bem-estar do concelho de Coimbra, mas não nos permitem aperceber cabalmente o peso universitário na vida Coimbrã. E é particularmente difícil estabelecer uma relação causal, estatisticamente satisfatória, que permita concluir da influência universitária no desempenho sócio-cultural do concelho. Florax (1992) apresentou um modelo de impacto multi-dimensional de tipo *input-output*, que, embora atractivo de um ponto de vista teórico, é difícil colocar em prática. Por isso ficamos pelos indicadores estatísticos apresentados. Contudo, o maior contributo da Universidade para o concelho de Coimbra é certamente económico, e é esse que nos vai ocupar daqui para a frente.

I.D. A AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÓMICO DA UNIVERSIDADE

Tendo definido a área geográfica de estudo e referido alguns dos principais impactos sócio-culturais da Universidade de Coimbra sobre o seu meio envolvente imediato, vamos agora procurar definir com alguma clareza a noção de impacto económico da Universidade e apresentar algumas questões teóricas sobre o tema.

O conceito de impacto económico da universidade no seu meio envolvente é ambíguo e nem sempre operacional para a realização de estudos empíricos. Surge com a regionalização e a descentralização das universidades, fenómeno “universal” nos países ocidentais desde os anos 60. A necessidade de estudar os efeitos económicos e sócio-culturais originados pela localização de uma instituição universitária enquadra-se na orientação da política económica regional. Todavia, apesar dos estudos realizados pelos economistas, desde os meados da década 60, o conceito permanece pobre e difícil de aplicar. Uma operacionalização do conceito de impacto económico é sugerida por Beck *et al.* (1995) que define o impacto como “*the difference between existing economic activity in a region given the presence of the institution and the level that would have been present if the institution did not exist*”. Assim, o impacto pode ser empiricamente medido pelas diferenças nos fluxos anuais de actividade económica ou pelo valor actual das diferenças nos fluxos anuais de actividade económica no futuro.

Têm sido feitas várias abordagens ao impacto económico regional de uma universidade, embora nem todas com o mesmo rigor teórico. A mais precisa e mais utilizada nos trabalhos recentes distingue o impacto pelos gastos e o impacto pelo conhecimento. O impacto pelos gastos ou pelas despesas de uma universidade é o somatório de todos os efeitos exercidos pelas despesas anuais da universidade, das faculdades e de outros órgãos universitários, dos docentes, dos estudantes e dos que visitam a universidade. O impacto pelo conhecimento refere-se aos efeitos da produção universitária de conhecimento sobre a economia regional. Enquanto que o impacto pelos gastos é resultado da actividade da universidade e dos seus grupos constituintes enquanto consumidores, o impacto pelo conhecimento é essencialmente qualitativo e reflecte-se no aumento de *stock* de capital humano, na aplicação comercial das descobertas científicas e na disponibilização de serviços de consultoria de alta qualidade

para a comunidade local. A universidade pode pois ser vista como uma entidade empresarial que utiliza *inputs* locais e não locais para satisfazer o seu processo produtivo de conhecimento.

Uma outra abordagem baseia-se na distinção entre o impacto de curto e de longo prazo, consistindo o impacto de curto prazo no impulso inicial das despesas universitárias e o de longo prazo no produto deste impulso inicial por um multiplicador regional⁽²¹⁾. Mas as despesas universitárias nem sempre são imediatas e de curta duração. Algumas, como o investimento em edifícios ou contratação de professores, podem ir para além de 5 ou 10 anos; por outro lado, a produção de conhecimentos pela universidade pode exercer um efeito imediato na economia local: é o caso de uma aplicação comercial imediata de uma ideia nova ou de um aumento repentino de vagas universitárias.

Há ainda alguns autores que separam o impacto directo do impacto indirecto da universidade. A produção de conhecimento, por exemplo, influencia a economia local indirectamente através das variações no *stock* local de capital. Contudo, esta abordagem não é adequada num contexto da análise de *input-output*, em que o impacto total pelas despesas é composto pelos efeitos de despesas iniciais e pelos efeitos indirectos de consumo induzido.

Uma última abordagem faz a distinção entre impactos pela procura e pela oferta. Mas as despesas devidas à presença da universidade não só fazem parte do consumo regional, como também modificam a estrutura de oferta dos fornecedores locais, enquanto que a produção e transmissão de conhecimentos pela universidade tanto pode elevar a produtividade das indústrias locais como modificar as preferências dos consumidores.

Assim, por todas as razões acima expostas, optámos pela abordagem convencional e vamos estudar os impactos económicos regionais duma universidade através das suas despesas iniciais e derivadas e da produção de conhecimentos. Não podemos, no entanto, esquecer que os impactos pelos gastos e pelo conhecimento são

(21) Sobre os multiplicadores regionais, Simões Lopes tem uma discussão interessante e esclarecedora. Ver Lopes (1987), pp. 108-123.

duas facetas de um mesmo processo dinâmico e que, numa perspectiva de médio e longo prazo, os dois são interdependentes e organicamente inseparáveis.

Adiantada que está a estrutura conceptual da análise económica dos impactos regionais de uma universidade no seu meio envolvente imediato, vamos, nas duas próximas secções, estudar os impactos da Universidade de Coimbra sobre o concelho de Coimbra, utilizando os instrumentos da análise regional.

II. O IMPACTO PELOS GASTOS

II.A. A METODOLOGIA DO ESTUDO DO IMPACTO PELOS GASTOS

A avaliação do impacto das despesas universitárias no seu meio envolvente pode ser feita por cinco vias diferentes mas interligadas entre si. Vamos começar por, expor sucessivamente os cinco métodos básicos do estudo do impacto pelos gastos, analisando as suas vantagens e desvantagens.

i) *Modelo do Multiplicador Keynesiano*

Numa economia regional de pequena dimensão é de esperar que os agentes económicos efectuem uma grande parte das suas transacções comerciais com os agentes situados noutras regiões e no estrangeiro. Nesta economia aberta com participação do governo local, podemos escrever a identidade keynesiana da seguinte forma:

$$Y = C + I + G + X - M \quad (\text{Eq. II-1})$$

onde Y é o rendimento ou a produção local, C é o consumo dos agentes locais, I é o investimento realizado na região, G é a soma das despesas das administrações públicas locais, X e M são as exportações e importações efectuadas com o exterior.

Utilizemos um modelo Keynesiano simplificado e suponhamos que o consumo e as importações locais são funções lineares directa e inversa do rendimento regional respectivamente, isto é, $C = a + bY$ e $M = h - gY$; depois de uma simples manipulação matemática, podemos obter o multiplicador Keynesiano regional:

$$k = 1 / (1 - b + g) \quad (\text{Eq. II-2})$$

onde b e g representam as propensões a consumir e importar e $(b - g)$ é a propensão a consumir localmente. Com os dados anuais disponíveis podemos calcular o multiplicador k e o impacto económico das despesas universitárias pode ser obtido através do produto do multiplicador k pelas despesas anuais totais.

O método do multiplicador Keynesiano regional tem o mérito de ser de fácil aplicação e de possuir um forte suporte teórico. Permite estudar os possíveis impactos

negativos da universidade devidos, por exemplo, à isenção de impostos concedida pelo Estado e à conseqüente concorrência *desleal* por parte dos serviços comerciais auxiliares da Universidade e das Faculdades⁽²²⁾. Todavia, o modelo keynesiano original é determinado pela procura, sendo os preços e salários rígidos ou fixados exogenamente e o lado da oferta ignorado, estando implícito que a oferta é prontamente ajustável às variações da procura.

ii) *Modelo da Base Económica de Exportação*

Segundo Lopes (1987), “numa perspectiva de gestão económica em que se pretenda o equilíbrio da balança comercial e de pagamentos e a formação de excedentes, a base económica da região virá então aferida pela sua capacidade de exportação; a teoria da base defende mesmo que o crescimento da região está na dependência da sua base económica de exportação”. Assim, no modelo de base económica é essencial a distinção entre o sector base de exportação com o output Y_b e o sector não básico com o output Y_n . Se existe uma relação linear entre os *outputs* do sector exportador Y_b e do sector não básico Y_n , ou seja, se $Y_n = sY_b$, então podemos escrever a produção local como:

$$Y = Y_n + Y_b = (1 + s) Y_b \quad (\text{Eq. II-3})$$

Desta equação podemos facilmente derivar o multiplicador de base da seguinte forma:

$$kb = 1 + s = Y / (Y - Y_n) = 1 / (1 - n) \quad (\text{Eq. II-4})$$

onde $n = Y_n / Y$ não é mais do que a propensão para a produção de bens destinados ao consumo local ou interno. Assim, se o sector universitário for considerado como um sector de base, o seu impacto sobre a economia local calcula-se de forma semelhante à do modelo Keynesiano.

Todavia, o modelo de base económica enferma de uma série de dificuldades teóricas e práticas. Em primeiro lugar, para decompor a produção local em básica e não

(22) Segundo os Estatutos da Universidade de Coimbra homologados pelo Despacho Normativo N°79/89, de 28 de Julho, “a Universidade e as Faculdades estão isentas, nos termos que a lei prescreve, de impostos, taxas, custas, emolumentos e selos”.

básica é necessária uma identificação inequívoca da base, a qual pode ser feita tratando o emprego, o rendimento/produção, as vendas ou mesmo a massa salarial como “unidade de medida” ou variável indicadora. Infelizmente, é quase certo que as diferentes escolhas de unidades de medida levam a classificações não uniformes dos sectores de base.

A própria decomposição é efectuada através da técnica do quociente de localização (QL) ou do método de requisitos mínimos (RM) ⁽²³⁾ no caso da disponibilidade de um elevado número de observações ou regiões. A ambos os métodos estão subjacentes hipóteses bastante restritivas: estrutura de consumo e produtividade invariantes, balança comercial equilibrada, distribuição de rendimento e funções de produção fixas e idênticas para todas as regiões e uma relação estável entre a produção e o consumo locais. Finalmente temos de salientar que o sector universitário é um sector específico, de difícil quantificação, dada a natureza essencialmente qualitativa da sua produção o que dificulta a classificação binária.

O modelo da base económica está intimamente ligado aos *export-led growth models* e às teorias das vantagens comparativas da literatura da economia internacional. Dispondo de um apoio teórico sólido, a sua maior fraqueza situa-se provavelmente na dificuldade da sua aplicação empírica.

(23) O **quociente de localização** recorre ao comportamento médio do conjunto das regiões como padrão, comparando a estrutura económica específica da região *i* com a estrutura média nacional, isto é:

$$QL_{ij} = (x_{ij}/x_i) / (x_j/x)$$

onde X_{ij} é uma variável indicadora para o sector *j* na região *i*. Se o valor de *QL* é maior que um, o sector *j* é básico ou exportador; se $QL < 1$, então, o sector *j* é não básico.

O **método de requisitos mínimos** faz a comparação da estrutura de base entre regiões através de observações feitas sobre as distribuições de frequência associadas a cada sector (x_{ij}/x_i com $i = 1, 2, \dots, n$). Assim, uma distribuição sectorial de frequência superior ao mínimo requerido revela a capacidade exportadora da região *i* neste sector *j*.

iii) *Modelo de Input-Output Regional*

A análise de *input-output* é um instrumento particularmente favorecido nos estudos regionais, em grande parte devido aos detalhes sectoriais que um quadro *input-output* pode apresentar. A análise baseia-se no equilíbrio contabilístico, em que a produção de cada sector ou se destina ao consumo final e às exportações ou se encaminha para outros sectores como *inputs* intermédios. Na sua forma matricial a tabela de *input-output* expressa-se como:

$$X = AX + D \quad (\text{Eq. II-5})$$

onde o vector X engloba as produções ou outputs sectoriais, A é uma matriz com coeficientes de *input* intermédio e D é o vector de procura final exógena. Uma variação na procura final autónoma DD vai desencadear uma série de variações nas produções sectoriais DX :

$$DX = (I - A)^{-1} DD \quad (\text{Eq. II-6})$$

Assim, a variação na produção é o produto do impulso inicial nas despesas autónomas pela matriz inversa de Leontief. Sabemos ainda que $A = CR + M$, onde CR e M são as matrizes de transacções comerciais intra-regionais e de importações inter-regionais, respectivamente. Então, num sistema regional completamente fechado em que $M = 0$, temos:

$$DX = (I - CR)^{-1} DD \quad (\text{Eq. II-7})$$

Qualquer alteração da procura vai originar três tipos de efeitos⁽²⁴⁾: um efeito directo, um efeito indirecto e ainda um outro induzido. O impacto regional das despesas universitárias pode ser obtido pela multiplicação do volume global de despesas pelos multiplicadores de tipo I ou de tipo II.

A análise *input-output* tem a vantagem de tomar em consideração os efeitos do consumo directo e do consumo induzido, põe em evidência as interdependências ou *feedbacks* inter-regionais e fornece multiplicadores regionais desagregados ao nível sectorial. Porém, a análise pressupõe uma função de produção linear e homogénea ignorando as economias de escala e de gama; os preços e salários relativos também são

(24) Ver Lopes (1987), pp. 119-120.

fixos *a priori*, como nos dois modelos anteriores; a falta de consideração do lado da oferta continua a ser notória; a análise de *input-output* é, por natureza, estática.

iv) *Modelo Econométrico Regional*

O método econométrico regional consiste na utilização das técnicas de regressão linear nos estudos económicos de âmbito regional. Num modelo múltiplo de uma só equação, podemos usar a produção ou rendimento regional ou o emprego regional como variável dependente ou explicada e relacioná-la com um grupo de variáveis com poder explicativo do comportamento da variável dependente. Se optarmos pela produção regional YR como variável dependente, entre as variáveis explicativas possíveis podem contar-se a taxa de juro de médio ou longo prazo JR , a taxa de inflação P , o investimento na região I , os gastos do governo autárquico GA e, naturalmente, as despesas universitárias DU . Dispomos assim de um modelo temporal de regressão linear, se se tratar de dados estatísticos temporais (*time-series*, com $t = 1, 2, \dots, T$) para a região acolhedora da universidade:

$$YR_t = a + bJR_t + yPt + lI_t + gGA_t + fDU_t + xt \quad (\text{Eq. II-8})$$

onde a, b, y, l, g e f são os parâmetros a estimar e xt é o residual para o período t .

Se estivermos a lidar com dados seccionais (*cross-section*, com $i = 1, 2, \dots, n$) para um conjunto de regiões, podemos empregar uma variável muda DUM em vez da variável DU , e estipulamos que $DUM_i = 1$ se a região i tiver um sector universitário e $DUM_i = 0$ se na região i não estiver presente nenhuma instituição universitária. Temos então:

$$YR_t = a^* + b^*JR_t + y^*Pt + l^*I_t + g^*GA_t + hDUM_t + nt \quad (\text{Eq. II-9})$$

O método econométrico consiste em estimar os coeficientes f de DU ou h de DUM e em testar a sua significância estatística. Os coeficientes de DU e DUM devem ter sinal positivo e ser estatisticamente diferentes de zero para as despesas universitárias terem um impacto positivo e não negligenciável sobre a produção regional.

Num modelo seccional, é de notar a dependência espacial entre as regiões e a natureza heterogénea das regiões, que constituem efeitos espaciais importantes. Podemos ainda juntar os dados temporais e seccionais (*pooled data*) e estimar um

modelo mais completo. Todavia, é importante aplicar uma série de testes e fazer modificações adequadas para garantir a qualidade do modelo final.

Na realidade, um modelo de equações simultâneas pode-se mostrar teoricamente mais robusto porque, se as despesas universitárias têm um impacto positivo sobre o rendimento regional, também é provável que o nível de rendimento regional influencie o orçamento universitário e as despesas diversificadas de uma universidade. Enquanto que num modelo de uma equação há uma relação implícita de causa-efeito, que vai das despesas universitárias ao rendimento regional, no modelo de equações simultâneas tanto o rendimento como as despesas são variáveis endógenas e uma relação bilateral de *feedback* prevalece.

O modelo econométrico é essencialmente uma abordagem empírica e pode não depender de qualquer teoria em particular. Necessita de uma boa preparação econométrica por parte dos investigadores. Até há pouco tempo a aplicação das técnicas econométricas nos estudos de economia regional era escassa, em boa parte por falta de dados estatísticos desagregados ao nível regional, local ou universitário.

v) *Modelo Contabilístico do Impacto pelas Despesas*

Num estudo pioneiro sobre o impacto económico das despesas universitárias Caffrey e Isaacs desenvolveram um modelo contabilístico com o “objectivo único de avaliar o impacto do sector universitário sobre o rendimento regional e o emprego regional”. É uma abordagem muito específica e bastante adoptada desde o início dos anos 70. Visa produzir um conjunto de indicadores com base nos *cash-flows* anuais e avaliar o peso económico do sector universitário na economia regional.

O método de Caffrey e Isaacs é de fácil aplicação e encaixa bem no mundo regional ou local em que os dados estatísticos são geralmente indisponíveis ou de difícil acesso. No entanto, o método é muito pobre nos seus fundamentos teóricos e assim os resultados dos estudos deste género nem sempre são articuláveis e dependem da interpretação específica e subjectiva de um dado investigador.

Apesar da fraqueza teórica do modelo contabilístico de Caffrey e Isaacs, adoptamos este modelo no nosso estudo por nos ser quase impossível recolher dados estatísticos fiáveis, uniformes e prontamente manipuláveis para um conjunto de

variáveis económicas em relação ao concelho de Coimbra e à Universidade de Coimbra (já para não falar de outras localidades e universidades). Embora sem uma estrutura teórica convincente, a abordagem simplificada permite um ajustamento mais flexível dos instrumentos aos objectivos do estudo.

Assim, seguimos o princípio de “deixar os factos falar por si” e procedemos ao nosso estudo do impacto pelos gastos da seguinte forma: em primeiro lugar, analisamos as fontes de financiamento da Universidade de Coimbra e prestamos uma particular atenção às fontes exteriores. A seguir estudamos os gastos da Universidade, das faculdades e dos órgãos a elas subordinados. Estudamos também os comportamentos de vários grupos funcionais constituintes do corpo universitário como consumidores locais. Em último lugar abordamos a influência das despesas universitárias sobre a actividade económica do concelho de Coimbra.

II.B. ANÁLISE DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

Das fontes de financiamento e de execução orçamental da Universidade de Coimbra, referenciamos particularmente os documentos processados pelos Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial da Administração da UC. São contas confidenciais⁽²⁵⁾, o que nos acresceu os esforços e o tempo necessário à sua obtenção. Depois de algum atraso, foram-nos concedidas as Contas Universitárias processadas para os anos civis de 1993, 1994 e 1995.

Para efeitos de computação das fontes de financiamento, tivemos que escolher entre o Mapa de Execução Orçamental das Receitas e o Mapa de Compromissos a Receber. Dado o facto de os valores nos dois documentos serem praticamente idênticos e de o Mapa de Execução Orçamental reflectir melhor a situação actual líquida dos recebimentos de fundos, decidimos optar por este último. Existem ambiguidades e

(25) Agradecemos o apoio do Prof. Doutor Jaime Ferreira, Presidente do Concelho Directivo da Faculdade de Economia da UC, que nos permitiu o acesso directo às Contas Universitárias, e a colaboração do Dr. Armando Pereira, Administrador da UC. Todavia, as contas que nos foram disponibilizadas correspondiam a um período de tempo inferior ao que pretendíamos, devido à relativamente recente informatização da contabilidade. Por outro lado e apesar da nossa insistência, não nos foram facultadas as Contas da FCTUC, a qual em 1993 adquiriu autonomia financeira face à Universidade. Este facto impediu-nos de obter documentação mais completa do financiamento e das despesas por todos os centros de custo da UC.

indefinições nalguns itens de cada rúbrica e os conceitos da contabilidade pública nem sempre são imediatamente perceptíveis nem, tão pouco, adequados à nossa análise. Todavia, conseguimos lidar com os problemas de interpretação e classificar as principais fontes de financiamento em seis categorias (ver Quadro II-1): Estado, Exterior, Taxas, Juros, Serviços ao Exterior e Fontes Privadas.

QUADRO II-1 FONTES DE FINANCIAMENTO DA UC SEGUNDO OS MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 1993, 1994 E 1995

Unidade: escudos

| ANO | 1993 | | 1994* | | 1995* | |
|-------------------------------|-----------------|------|----------------|------|----------------|-------|
| ESTADO | | | | | | |
| Orçamento Estado | 9 998 600 000 | 71% | 6 385 113 000 | 75% | 7 139 349 000 | 73% |
| Outras contribuições públicas | 3 434 883 281 | 24% | 361 733 399 | 4% | 494 177 522,5 | 5% |
| EXTERIOR (CEE E OUTROS) | 98492941,6 | 0,7% | 724 910 777 | 8,6% | 1 250 230 003 | 12,9% |
| TAXAS | 186 771 912,7 | 1,3% | 659 390 038,5 | 7,8% | 367 729 260,2 | 3,8% |
| JUROS E OUTROS | 289 459 752,0 | 2% | 183 481 102,1 | 2% | 273 151 603,7 | 3% |
| SERVIÇOS AO EXTERIOR | 111 306 160 | 0,8% | 115 666 306,1 | 1,4% | 140 708 809 | 1,4% |
| FONTES PRIVADAS | 23 806 094 | 0,2% | 48 128 164,9 | 0,6% | 50 799 747 | 0,5% |
| TOTAL | 14143 320 141,3 | 100% | 8478 422 787,6 | 100% | 9716 145 945,4 | 100% |

*Excepto F.C.T.U.C.

O facto de todos os valores terem diminuído de importância de 1993 para 1994, deve-se a que a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCTUC) adquiriu autonomia financeira em 1993. Assim, o total de recebimentos registados nas Contas da UC diminuiu mais de 40% de 1993 para 1994 o que permite entrever a grande importância da FCTUC no orçamento universitário.

A primeira categoria — o Estado — fornece a maioria do financiamento da Universidade. Aparece dividida em duas subcategorias: o Orçamento do Estado e Outras Contribuições Públicas. A fatia do Orçamento do Estado é muito significativa e bastante regular ao longo dos três anos (71~75%), no entanto, as Outras Contribuições Públicas diminuíram vertiginosamente de 24% em 1993 para 4% em 1994. Esta queda pode ser mais uma vez explicada pela saída da FCTUC da compilação das Contas Universitárias, dado que a maior parte das Outras Contribuições Públicas são específicas de determinados projectos e principalmente canalizadas para a área de

ciências e tecnologias. Uma outra fonte quasi-pública é o Exterior, onde se inclui a União Europeia que, curiosamente, aumentou o seu peso relativo de 0,7% para 12,9% no espaço de três anos, o que indicia que o financiamento comunitário é menos orientado para as ciências exactas e está a aumentar rapidamente a sua importância no financiamento da UC.

A Universidade cobra taxas pelos seus serviços “académicos” nomeadamente emissão de certidões, de diplomas e de outros documentos autenticados. As propinas de cursos de mestrados e de especialização representam uma porção não negligenciável na categoria Taxas. Quanto à prática de cobrança de propinas em relação aos cursos de licenciatura, embora fosse de valor mais significativo, está sujeita às vicissitudes da famosa “Lei das Propinas”, e não parece que possa vir a ter algum peso significativo no financiamento da UC num futuro próximo. A Universidade também recebe juros de instituições financeiras, principalmente por causa da manutenção das suas contas correntes de montantes avultados e de outras aplicações financeiras. Todavia, os Juros ocupam um lugar de pouco relevo (2~3%).

De notar os baixos pesos percentuais que as últimas duas categorias possuem na provisão dos fundos universitários: os Serviços ao Exterior fornecem cerca de 0,8~1,4% da fatia do bolo, enquanto as Fontes Privadas dificilmente ultrapassam meio ponto percentual da totalidade do financiamento universitário. Isto revela a grande deficiência na estrutura de financiamento da UC: uma debilidade provavelmente crónica em prover resultados de investigação úteis às comunidades não científicas, nomeadamente as comunidades industrial e comercial. Tendo em conta a grande dependência de muitas universidades americanas das fontes privadas, as contribuições dos particulares (empresas, associações e afins) para os fundos da UC são mínimas, revelando uma fraca iniciativa privada em apoiar a tradição Coimbrã no âmbito do ensino superior. As preocupações do próprio público em geral com formas de financiamento privadas do Ensino Superior são relativamente poucas.

Por fim, podemos concluir que as fontes de financiamento da Universidade de Coimbra são bastante concentradas, largamente dependentes do Orçamento do Estado e de outras contribuições diversas de natureza pública. Além de uma lacuna evidente na cobrança das propinas, não comparável ao padrão europeu, é ainda mais preocupante a

impotência da UC em servir, com espírito empresarial, os interesses das comunidades externas e o seu desinteresse em alargar as fontes privadas. Há, de facto, uma necessidade premente de diversificar e enriquecer as fontes de financiamento da UC.

II.C. A ANÁLISE DOS GASTOS DA UNIVERSIDADE

Para o propósito de estudar o impacto económico directo da Universidade de Coimbra no seu meio envolvente é sem dúvida muito importante a análise das despesas directas da Universidade. Nesta subsecção vamos estudar a repartição e a evolução mais recente (1984-1995) dessas despesas.

Segundo as Contas Universitárias, as despesas da UC são repartidas entre dez Centros de Custo, nomeadamente a Reitoria, a Biblioteca Geral, o Arquivo da Universidade, a Faculdade de Letras (FLUC), de Direito (FDUC), de Medicina (FMUC), de Ciências e Tecnologia (FCTUC), de Farmácia (FFUC), de Economia (FEUC) e de Psicologia e Ciências de Educação (FPUC). Como já referimos, em 1993 a FCTUC adquiriu o estatuto de autonomia financeira e deixou de integrar o orçamento da Universidade, dispondo de planos independentes de execução orçamental. A ausência dos valores das contas da FCTUC dificulta a nossa análise. Todavia, os dados disponíveis para o ano 1993 permitem-nos estimar a importância da FCTUC na distribuição do orçamento universitário e projectar, com algum grau de confiança, os valores de despesas da FCTUC para os anos 1994 e 1995. Esta “confiança” é devida ao facto de o orçamento de cada centro de custo ser resultado de uma combinação do sistema de orçamento *incremental* e das negociações anuais com a Reitoria. Assim, é provável que a afectação do orçamento entre diferentes Centros de Custo permaneça relativamente estável ao longo do tempo.

Resumimos as contas universitárias em relação aos anos 1993, 1994 e 1995 nos Gráficos II-1, II-2 e II-3.

GRÁFICO II-1 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1993 (%)

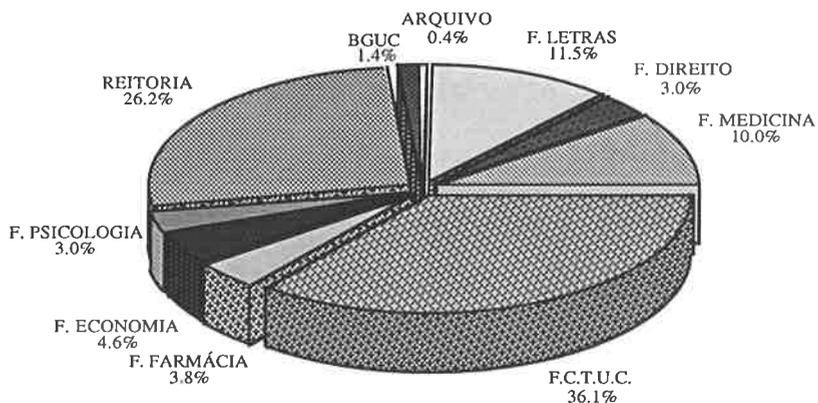


GRÁFICO II-2 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1994* (%)

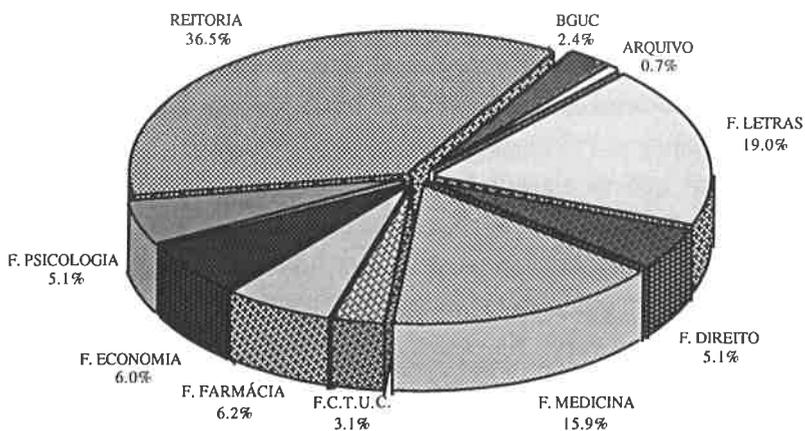
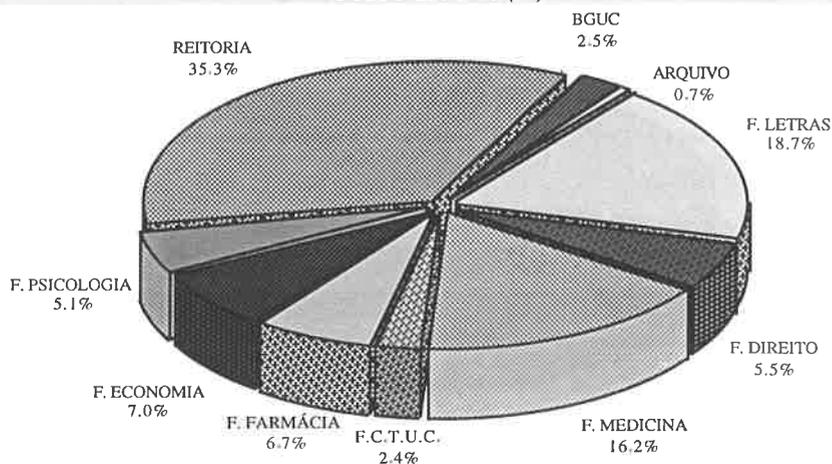


GRÁFICO II-3 DESAGREGAÇÃO DOS COMPROMISSOS DA UC, POR CENTROS DE CUSTO EM 1995 (%)

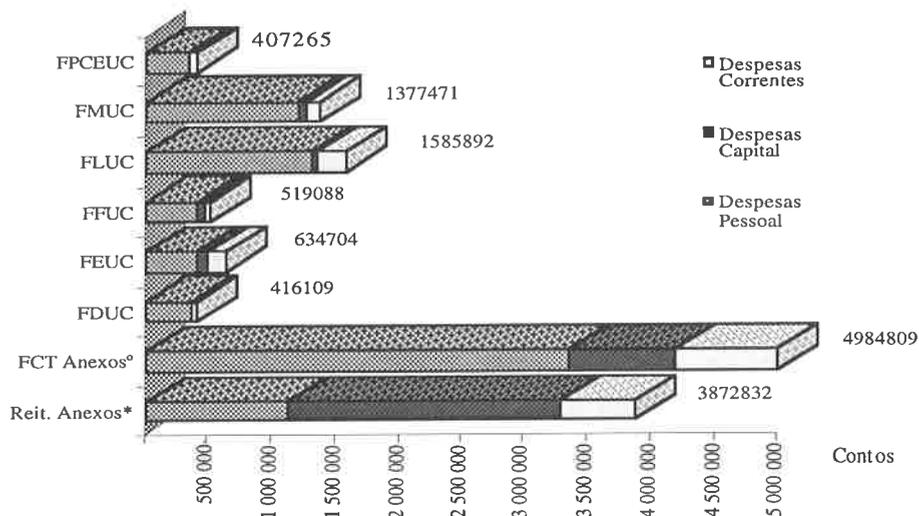


É fácil confirmar o peso da FCTUC na repartição de recursos universitários: esta faculdade, em 1993, por si só, absorveu 36,1% das despesas da UC, sendo de longe a mais contemplada no orçamento universitário. Em segundo lugar, ao contrário do que seria de esperar, situa-se a Reitoria que gastou 26,2% do total do financiamento⁽²⁶⁾. As outras seis faculdades dividem entre si, com alguma desigualdade, 35,9% dos gastos totais da UC, uma percentagem surpreendentemente inferior à da FCTUC⁽²⁷⁾. As Faculdades de Direito e de Psicologia gastaram, cada uma, apenas 3,0% do orçamento da UC, enquanto que as Faculdades de Letras e de Medicina dispenderam respectivamente 11,5% e 10,0% da totalidade dos gastos da UC. A Biblioteca Geral e o Arquivo em conjunto, não gastaram mais do que 1,8% do total. A distribuição das despesas por Centros de Custo pode ser observada no Gráfico II-4.

(26) Segundo a Divisão de Estudos da DGES (1991), entre 1984-1989, “a U. Coimbra apresenta as mais altas despesas da administração geral nas cinco universidades (U. Lisboa, U. Nova de Lisboa, U. Técnica de Lisboa, U. Porto e U. Coimbra) em que tais despesas são identificadas”.

(27) Nesta subsecção referimos só os dados relativos a 1993, dada a limitação dos dados sobre a FCTUC em 1994 e 1995.

GRÁFICO II-4 ESTRUTURA E VALOR DAS DESPESAS DA UC, POR FACULDADE E REITORIA, EM 1993



Vamos agora considerar a distribuição das despesas por três grandes grupos: DESPESAS COM PESSOAL, DESPESAS COM CAPITAL e DESPESAS CORRENTES (ver Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3 em anexo).

As DESPESAS COM PESSOAL compreendem as Remunerações Certas, os Abonos Variáveis ou Eventuais e as Contribuições para a Segurança Social. As Remunerações Certas constituem, de longe, a maior fatia, uma vez que representam 93,73% das Despesas com Pessoal. O Pessoal do Quadro é a categoria que ocupa o lugar cimeiro de entre as que recebem Remunerações Certas, o que revela uma certa estabilidade do emprego universitário⁽²⁸⁾.

(28) Os Contratados a Prazo e o Pessoal em regime de Tarefa/Avença correspondem a uma fracção mínima das Despesas com Pessoal. Assinale-se, no entanto, a relevância da categoria Pessoal Além dos Quadros, com valores totais muito próximos dos da categoria Pessoal dos Quadros.

Os Abonos Variáveis ou Eventuais (como os relativos a horas extraordinárias) e as Contribuições para a Segurança Social são um montante diminuto no total das Despesas com Pessoal. Estas absorveram, em 1993, a maior fatia do bolo em todos os Centros de Custo (65%~88%), com excepção da Reitoria (25%).

A Reitoria, por sua vez, utilizou uma grande parte (59%) dos seus gastos em DESPESAS DE CAPITAL. Tais gastos tendem a ser muito menos expressivos noutros Centros de Custo, variando entre 0,3% para a Faculdade de Direito e 17% para a Faculdade de Ciências e Tecnologia. Este valor elevado de despesas de capital na FCTUC e na Reitoria talvez possa ser imputada às obras no novo Pólo. De facto, as Obras em Curso constituíram 63% das Despesas de Capital nesse ano enquanto que, em 1994 (sem a FCTUC), se quedaram em cerca de 56%⁽²⁹⁾. Têm ainda especial relevo nas Despesas de Capital os gastos com Equipamento Básico (maquinaria e equipamento para laboratórios, por exemplo) e com Equipamento Administrativo (particularmente o Material de Informática)⁽³⁰⁾. Os Activos Financeiros, outra parcela das Despesas de Capital, são de reduzida importância, atingindo apenas 0,43% do total destas despesas.

Por último, as DESPESAS CORRENTES ocupam, em todos os Centros de Custo excepto a Reitoria, uma posição intermédia variando entre 9% e 24% das despesas totais de cada centro. Repartimos estas despesas em Compras, Fornecimentos e Serviços e Outros Custos e Perdas. As Compras da UC são bastante diversificadas, indo de louças e talheres até reagentes químicos. Há, no entanto, certos produtos que sobressaem na estrutura das Compras, como sejam o material de secretaria e os livros e revistas que constituem, só por si, 64% do total das Compras da UC, em 1993. Os reagentes e produtos similares e os utensílios de laboratório têm também uma relativa

(29) Em termos absolutos, o montante afecto a Obras em Curso, em 1993, foi de 2 027 830 935 escudos, em 1994 de 292 507 083 escudos e em 1995 de 1 321 451 138 escudos.

(30) Embora não nos tivesse sido possível conhecer a origem dos fornecedores da UC, sabemos que, em 1993, a quase totalidade (98,64%) do Equipamento Básico e do Equipamento Administrativo, por exemplo, foi adquirido em território nacional.

importância nas Compras⁽³¹⁾. Este tipo de Despesas Correntes foi, em 1993, de apenas 4% do total de compromissos a pagar da UC.

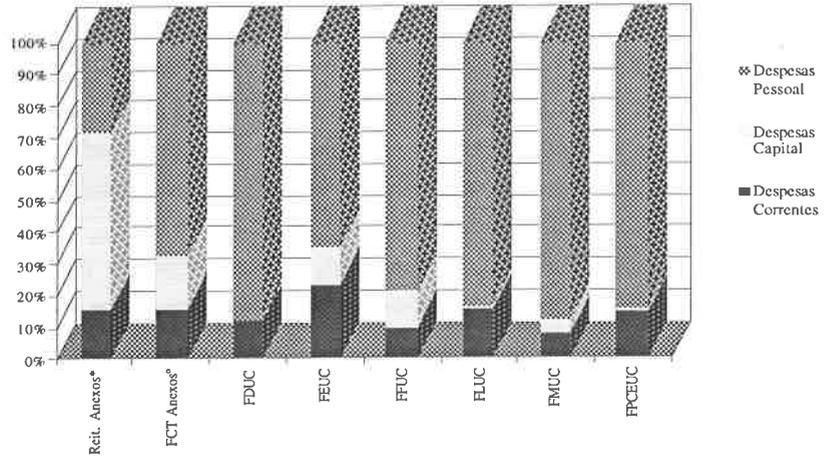
Os Fornecimentos e Serviços absorveram, por seu turno, 7% das despesas correntes da UC. A electricidade e a água constituíram mais de 70% dos Fornecimentos da FCTUC em 1993. A maior parte das despesas da UC com Serviços pode-se repartir, neste ano, em despesas com telefones, em despesas com conservação e reparação de instalações e em encargos suportados pelos trabalhos especializados prestados por empresas, sendo estes últimos os mais expressivos.

Das Despesas Correntes constam ainda os Outros Custos e Perdas. Neste *item* estão incluídos os Impostos, os Outros Custos Operacionais, os Custos e Perdas Financeiras e os Custos e Perdas Extraordinários. É uma categoria muito diversificada e assaz volátil, pela sua própria natureza.

A estrutura de despesas de cada faculdade e da Reitoria da UC é explicitada no Gráfico II-5.

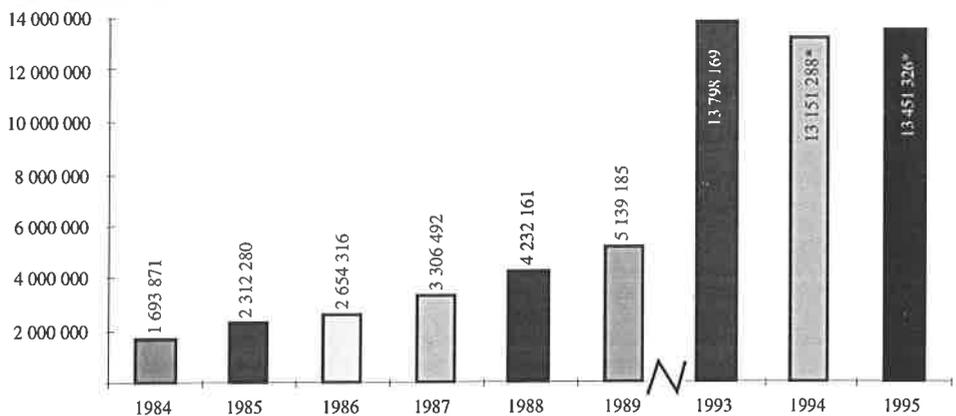
(31) Também neste caso, a maior parte das compras são efectuadas em território nacional.

GRÁFICO II-5 *ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CADA FACULDADE E DA REITORIA DA UC, EM 1993 (%)*



A evolução do total das despesas da UC para o período 1984-1995 e a desagregação destas despesas nos três grupos acima descritos, para esse mesmo período, pode ser observada no Gráfico II-6 e no Gráfico II-7.

GRÁFICO II-6 *EVOLUÇÃO DO TOTAL DAS DESPESAS DA UC, NOS PERÍODOS 1984-1989 E 1993-1995*



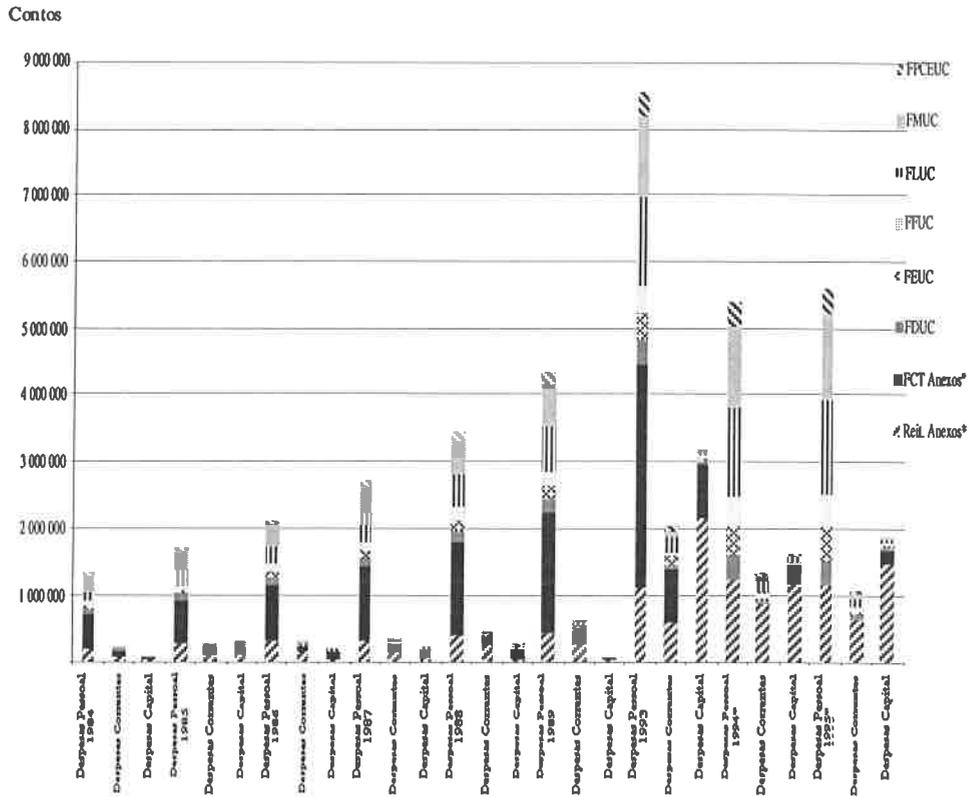
Fonte: M.E. (1991) e Orçamentos da U.C. (1993-1995)

Verificamos assim um crescimento sustentado das despesas da Universidade para a maior parte do período em consideração. Projectando as despesas totais da UC através de cálculos, considerando a hipótese de uma proporção fixa da FCTUC nos gastos da Universidade, obtemos um valor de 13 151 287 950 escudos e 13 451 325 510 escudos para os anos 1994 e 1995, valores inferiores ao total de 1993 (13 798 169 406 escudos).

Esta diminuição das despesas universitárias pode, por um lado, ser imputada ao erro da estimação ou ao erro da nossa hipótese. Por outro lado, pode ser o resultado de alguma anomalia ocorrida em 1993, como as obras com vista a ultimar o Pólo II e a transferência de despesas, anteriormente imputadas à Reitoria, para o âmbito da FCTUC⁽³²⁾. Todavia, de 1984 para 1993 as despesas totais da Universidade de Coimbra aumentaram a uma taxa anual de 26,25%, uma taxa impressionante mesmo tendo em conta a relativamente elevada taxa de inflação no decorrer dos anos 80.

(32) Note-se, em particular, que enquanto em 1993 o total das Despesas de Capital se fixava em 3 218 998 780 de escudos, em 1994, exceptuando portanto a FCTUC, este valor cifrava-se apenas em 1 643 633 310 escudos e, em 1995, em 1 908 070 518 escudos. Uma redução significativa (de 48,9%) de 1993 para 1994 que evidencia bem o nosso argumento. Sendo assim, a hipótese de proporção fixa enunciada pode não ser a mais adequada.

GRÁFICO II-7 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA UC, DESAGREGADO EM DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS CORRENTES E DESPESAS DE CAPITAL, POR FACULDADE E REITORIA, NO PERÍODO 1984-1989



Podemos então concluir que a UC, apenas pelas suas despesas, pode exercer um impacto enorme em termos monetários sobre a economia local. No entanto, muitas despesas da Universidade foram e continuam a ser efectuadas fora do concelho de Coimbra, reduzindo assim o verdadeiro impacto da UC na economia concelhia, disso é exemplo o fornecimento de bens de equipamento e de materiais de construção.

II.D. OS GRUPOS FUNCIONAIS E OS SEUS GASTOS

Consideramos nesta análise três grupos funcionais constituintes da Universidade de Coimbra. De facto, para além das despesas efectuadas, pela UC e pelas faculdades, o impacto económico pelos gastos exerce-se também através das despesas realizadas pelos estudantes, pelos docentes e funcionários e pelos turistas que visitam a Universidade.

i) Estudantes Matriculados na UC

Os estudantes universitários são um verdadeiro símbolo vivo da presença da Universidade no concelho de Coimbra: em cada cem residentes, mais de 14 são alunos matriculados na UC. Ora os estudantes marcam a sua presença também pela sua qualidade de consumidores de bens e serviços locais⁽³³⁾.

A nossa investigação dos comportamentos de consumo dos estudantes é dificultada pelo facto de não existir qualquer fonte fiável e recente que nos possa fornecer dados precisos sobre as despesas estudantis. Optámos, com algumas reservas, pelo método de inquérito directo, o qual nos pode fornecer informações detalhadas. Sabemos que os inquéritos sofrem de limitações várias, como a dificuldade de uma orientação apropriada e atempada dos investigadores (o que compromete a correcta compreensão pelos inquiridos das perguntas colocadas), a incapacidade dos respondentes para estimar as suas despesas com precisão, os inevitáveis erros de medida ou a impossibilidade de incluir os efeitos temporais ou espaciais no inquérito devido aos custos e ao tempo requeridos por um inquérito completo e fiável. No entanto, não foi possível recorrer a nenhum método alternativo.

O nosso trabalho contou com uma amostra de 200 alunos da UC, com preocupações de distribuição por faculdade, sexo e concelho de origem.

(33) Estamos a referir-nos não só aos bens localmente produzidos, mas também àqueles localmente comercializados.

Tendo em conta as recusas de resposta e as respostas inválidas ou incompletas, foi-nos possível apurar 154 inquéritos válidos. Tratando-se de um grupo bastante homogéneo e estável em termos etários e preferências de consumo, o número relativamente limitado de inquéritos pode não constituir o grande obstáculo à obtenção de uma estimativa precisa das despesas estudantis. Os resultados dos inquéritos estão resumidos no Quadro II-2 (ver Anexo).

Para efeitos da nossa análise considerámos três diferentes grupos de estudantes: o primeiro corresponde àqueles que vêm do exterior e iriam para outro lado se a UC não existisse; o segundo diz respeito aos alunos autóctones que sairiam de Coimbra se a UC não existisse; e o último engloba os alunos autóctones que de qualquer forma decidiriam fixar-se em Coimbra, com ou sem a presença da UC no concelho⁽³⁴⁾. Considerámos que só as despesas dos primeiros dois grupos podem exercer impacto significativo na economia regional.

A informação acerca das intenções de fixação dos alunos foi obtida através da colocação no inquérito da hipótese fictícia da ausência da UC. A vasta maioria (149) dos inquiridos respondeu que nessas circunstâncias procuraria estudar noutra localidade, enquanto somente três inquiridos revelaram a intenção de se fixar e trabalhar numa empresa local e outros dois afirmaram preferir outro tipo de ocupação em Coimbra. Considerando também a grande mobilidade dos jovens estudantes, concluímos que a

(34) A separação entre alunos exteriores e autóctones atenta ao critério de origem. Para termos uma imagem mais concreta da distribuição dos alunos da UC pelo seu distrito de origem, utilizámos os dados fornecidos pelos Serviços de Documentação e Publicações (SDP) da UC em relação aos alunos matriculados em 1993/94. Há dois conceitos de origem utilizados nos dados compilados pelo SDP: a naturalidade e a residência. É difícil escolher entre os dois, pois há estudantes naturais dos distritos exteriores ou do estrangeiro mas já residentes em Coimbra mesmo antes de se matricularem na UC e há residentes que se vêm fixar em Coimbra simplesmente pela perspectiva de acesso à Universidade. Nenhum dos critérios é inequívoco para fazer a subdivisão da população estudantil. Todavia, os resultados (ver Quadro II-3) indicam-nos que entre os 16 642 alunos registados, 29% são naturais de Coimbra, 50% vêm de outros distritos, e 21% são de naturalidade estrangeira. Pelo critério de residência, 36% dos alunos residem em Coimbra com a família, 43% sem a família e 22% residem fora de Coimbra. Observamos uma grande diversidade nas origens dos alunos da UC.

quase totalidade dos alunos se deslocaria para outra região na ausência da UC, prosseguindo os seus estudos. Assim sendo e, desta forma, os influxos monetários de todos os estudantes, originais ou não de Coimbra, devem ser englobados no cálculo do impacto pelas despesas.

Dos 154 inquiridos apurados *a posteriori*, resultou que a idade média é de 22 anos, e o ano lectivo “médio” em que um inquirido típico se encontra é 2,8. Entre os inquiridos, 44% são rapazes, e 17% da amostra estudantil é originária do concelho de Coimbra, percentagens que, em nosso entender, se aproximam da realidade.

QUADRO II-3 REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ALUNOS DA UC, EM 1993, SEGUNDO A NATURALIDADE E A RESIDÊNCIA

| | RES. EM COIMBRA | | TOTAL | RES. FORA COIMBRA | | TOTAL | TOTAL GLOBAL | |
|------------------------------|-----------------|-----------|-------|-------------------|-----------|-------|--------------|------|
| | C/FAMÍLIA | S/FAMÍLIA | | C/FAMÍLIA | S/FAMÍLIA | | | |
| NATURAIS DE COIMBRA | 3723 | 954 | 4677 | 157 | 23 | 180 | 4857 | 29% |
| NATURAIS DE OUTROS DISTRITOS | 1139 | 4509 | 5648 | 2529 | 114 | 2643 | 8291 | 50% |
| TOTAL NACIONAIS | 4862 | 5463 | 10325 | 2686 | 137 | 2823 | 13148 | |
| ESTRANGEIROS | 958 | 1742 | 2700 | 746 | 48 | 794 | 3494 | 21% |
| TOTAL GLOBAL | 5820 | 7205 | 13025 | 3432 | 185 | 3617 | 16642 | |
| PERCENTAGEM | 35% | 43% | 78% | 21% | 1% | 22% | 100% | 100% |

A maior fonte de rendimento vem do apoio directo das famílias, com que 71% dos alunos inquiridos vivem, logo seguida pelas bolsas de estudo e subsídios de origens diversas (17%). Os estudantes-trabalhadores são reduzidos em percentagem (12%) mas não desprezíveis. Em termos do valor monetário, existem discrepâncias consideráveis, mesmo entre rendimentos médios: enquanto um aluno da Faculdade de Direito declara ter um rendimento mensal de 75313 escudos, um “economista” só diz receber mensalmente 52611 escudos (22702 escudos a menos em relação ao seu colega jurista). A discrepância ainda é maior quando fazemos a leitura dos montantes gastos por cada aluno no concelho de Coimbra: por mês, o futuro médico tem um dispêndio de 75713 escudos, enquanto que um psicólogo gasta somente 51375 escudos, de longe o mais poupador de todos os alunos.

Curiosamente, o valor do rendimento médio mensal não coincide com as despesas médias mensais. Isto explica-se, por um lado, pelo facto de os estudantes terem uma propensão a consumir acima dos seus rendimentos, graças ao seu poder de endividamento para com os pais. Por outro lado, o facto de muitos alunos receberem as suas mensalidades em quantia e com periodicidade bastante irregulares, dificulta o apuramento do rendimento recebido por mês. Todavia, temos uma maior confiança nas estimativas feitas em relação às despesas, e são estes valores estimados que utilizaremos na análise posterior.

Em média, um aluno da UC gasta 64687 escudos no concelho de Coimbra. Supondo que, durante 10 meses, os estudantes fiquem em Coimbra, então, em 1995/96, com uma população de 19651 estudantes, as despesas anuais do conjunto de alunos da UC deverão rondar os 12711642370 escudos, um importante estímulo para a economia concelhia. Considerando o facto de a maior parte dos estudantes pagarem rendas nos dois meses em que estão ausentes, podemos ainda elevar este valor para 13448947890 escudos. No entanto, o nosso cálculo tanto pode subestimar como sobrestimar o valor real, mas caso a nossa extrapolação seja correcta, podemos esperar que esta estimativa esteja próxima da realidade.

Dos 13,45 milhões de contos apurados, mais de 30% são para as rendas e 25% para a alimentação. Para nossa surpresa, pela positiva, descobrimos que os estudantes universitários gastam mais com os materiais de estudo (13%) do que com a cultura e o lazer (10%) ou com o vestuário/calçado (12%); o que pode comprovar o empenho dos alunos da UC e justificar os títulos honrosos para Coimbra de “cidade cultural” ou de “universitária” .

ii) *Docentes e Funcionários da UC*

Este grupo funcional não é numeroso mas é certamente o mais influente em termos económicos. Discutimos o impacto económico deste grupo com base no papel que a Universidade desempenha como um pólo de emprego regional e na massa salarial que a Universidade injecta nos circuitos económicos locais.

(a) **O Complexo Universitário de Empregos**

Simon (1981) empregou a noção de “complexo de empregos” para enfatizar a variedade e interligação entre os empregos universitários, tal como a “diversidade de status, do posicionamento, dos sistemas de administração (...) e do orçamento”. Segunda a Folha de Processamento de Salários da UC, de Julho de 1996, facultada pela Administração, existe um vasto leque de empregos que vão desde canalizador, jardineiro ou técnico de fotografia até aos altos cargos de administração universitária.

Classificamos os empregos universitários em quatro categorias *grosso modo* (ver Quadro II-4). O primeiro grupo contém os ALTOS CARGOS ADMINISTRATIVOS como reitor, vice-reitores e administradores. É um grupo de reduzida dimensão numérica (41), como seria de esperar. No segundo grupo, dos DOCENTES, contamos com os professores de todos os escalões (assistentes, investigadores e os professores requisitados ao ensino secundário). É este o grupo mais numeroso, com 902 pessoas. Mas em termos de efectivos, o segundo maior grupo é o dos FUNCIONÁRIOS (771). A categoria dos CARGOS ACUMULADOS é residual, dado que são pessoas já com função principal de ensino ou investigação mas que,

durante algum período, assumem outras responsabilidades administrativas ou académicas (são exemplos desta categoria os pró-reitores ou os presidentes dos conselhos directivos e pedagógicos das faculdades). Como acontece com o primeiro grupo, os cargos acumulados são também escassos (36).

QUADRO II-4 EFECTIVOS DA UC EM JULHO DE 1996

| CATEGORIA | Nº DE EFECTIVOS (A)Σ | Nº DE EFECTIVOS AO SERVIÇO EM 07/96 (B)Y | ENCARGO ANUAL (C) | ENCARGO ANUAL MÉDIO POR EFECTIVO (C/B) |
|-------------------------|----------------------|--|-------------------|--|
| CARGOS ADMINISTRATIVOS* | 41 | 40 | 177 464 000\$ | 4 436 600\$ |
| PROFESSORES | 287 | 282 | 1 792 844 200\$ | 6 357 604\$ |
| ASSISTENTES | 551 | 545 | 1 607 594 800\$ | 2 949 715\$ |
| PROF. REQ. ENS. SEC.º | 30 | 30 | 125 231 400\$ | 4 174 380\$ |
| INVESTIGADORES | 34 | 34 | 205 891 000\$ | 6 055 618\$ |
| FUNCIÓNÁRIOS | 771 | 749 | 1 525 167 980\$ | 2 036 272\$ |
| CARGOS ACUMULADOS* | 36 | 31 | 22 887 200\$ | 738 297\$ |
| TOTAL | 1750 | 1711 | 5 457 080 580\$ | 3 189 410\$ |

*Reitor, Secretário-Geral e afins

ºProfessores Requisitados ao Ensino Secundário

ªDirectores de Faculdades e afins

Fonte: Processamento de Salários da U.C. de Julho de 1996.

No total, temos 1750 efectivos, sem contar com os que se encontram na FCTUC, devido à autonomia financeira adquirida por esta faculdade depois do ano 1993.

Σ O número de efectivos apresentado refere-se a totais absolutos, i. e., não são considerados como ETI - Equivalente Tempo Integral.

Y Os efectivos remunerados em Julho de 1996.

Sem a possibilidade de obter os dados afins relativos à FCTUC, fazemos uma projecção do número de efectivos aí empregados segundo as informações disponíveis.

No Quadro II-5, temos a distribuição do pessoal docente, por faculdade, da UC em 1993/94.

QUADRO II-5 DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DOCENTE DA UC POR FACULDADE EM 1993/94

| PESSOAL DOCENTE NA UC SEGUNDO A CATEGORIA PROFISSIONAL (1993/1994) | | | | | |
|--|-----------|------------|--------|-------|-------|
| | PROFESSOR | ASSISTENTE | LEITOR | OUTRA | TOTAL |
| U.C. | 489 | 814 | 27 | 87 | 1417 |
| FCTUC | 240 | 287 | 1 | 69 | 597 |
| FDUC | 22 | 50 | | | 72 |
| FEUC | 25 | 73 | | 3 | 101 |
| FFUC | 19 | 49 | | 9 | 77 |
| FLUC | 74 | 136 | 26 | | 236 |
| FMUC | 81 | 168 | | 1 | 250 |
| FPCE | 25 | 45 | | 3 | 73 |
| CCDEF | 3 | 6 | | 2 | 11 |

A FCTUC emprega 597 docentes, ou seja, 42,13% do total (1417) do pessoal docente da UC. Supondo que esta proporção não se tenha modificado nos últimos três anos e esta relação se aplica igualmente aos funcionários da FCTUC e da UC em conjunto ⁽³⁵⁾, podemos então chegar à seguinte conclusão para o ano 1996: no total, a

(35) Essencialmente estamos a propor um crescimento equiproporcional do corpo docente e do pessoal (funcionários) em todas as faculdades da UC, no período 1993-1996. É uma hipótese pouco provável mas, dado o curto prazo em consideração e a abordagem *incrementalista* da determinação do orçamento, podemos acreditar que a hipótese nos pode oferecer uma boa aproximação à realidade.

Universidade emprega 3025 pessoas, dos quais 1559 são professores ou docentes e 1466 são funcionários.

Em conclusão, a Universidade emprega, em 1996, aproximadamente 3025 pessoas na prossecução dos seus objectivos institucionais de ensino universitário. Segundo o Censo 91 do INE (1993), o concelho de Coimbra tinha uma população activa empregada de 61264. Supondo que este número permaneceu inalterado durante os últimos cinco anos, então a UC, em 1996, utilizará 4,94% da totalidade dos recursos humanos em actividade no concelho. Deste modo a UC constitui a maior entidade patronal do concelho de Coimbra. E a estes devemos adicionar ainda os empregos induzidos pela presença universitária no sector privado ou público, tais como os empregos nos HUC. Além de ser o maior pólo de emprego concelhio, a UC tem também o mérito de fornecer empregos extremamente seguros, estáveis e bem remunerados. Tal facto é particularmente apreciável, sobretudo numa conjuntura desfavorável de crescente desemprego estrutural.

(b) A Dimensão e Distribuição da Massa Salarial

Segundo as especificações das Contas Universitárias, as despesas da UC com o pessoal passaram de 8528827703 escudos em 1993, para 5396661916 escudos em 1994 e 5603299864 escudos em 1995⁽³⁶⁾. Em 1996, sem contar com as despesas da FCTUC e com base na Folha de Processamento de Salários da UC de Julho de 1996, a Universidade gastará em conjunto 5457080580 escudos em vencimentos de docentes e funcionários.

A UC, com exclusão da FCTUC, tem com os 1680 efectivos⁽³⁷⁾ um encargo mensal *per capita* de 270690 escudos. As remunerações médias mensais registarão portanto um montante elevado, tendo em conta que é prática corrente entre muitas

(36) Note-se que os dados orçamentais da UC referidos reportam-se ao conjunto da UC em 1993, enquanto que nos anos seguintes se exceptuam os valores que passaram a ser administrados pela FCTUC (uma vez que estes dados não nos foram facultados, como já tivemos oportunidade de salientar).

(37) São subtraídos 36 cargos acumulados ao total de efectivos remunerados em Julho de 1996.

entidades patronais o pagamento do vencimento mínimo legal⁽³⁸⁾. No entanto, há discrepâncias significativas nos vencimentos individuais pagos pela UC, um montante dependente da função que cada um desempenha e do escalão em que se encontra. Se utilizarmos mais uma vez o método de projecção do número de efectivos para a universidade, incluindo a FCTUC, podemos apurar *grosso modo* que a UC em 1996 gastará 9 631 079 700 escudos em despesas com o pessoal. Trata-se de uma contribuição ainda mais valiosa para a economia concelhia⁽³⁹⁾, em termos monetários, se se atender a que os 4,94% da população activa concelhia empregue na UC recebe uma remuneração muito acima da média.

Contudo, não é a totalidade deste montante que entra nos circuitos económicos locais, porque uma parte vai para os cofres do Estado para pagar os impostos e a segurança social⁽⁴⁰⁾, e uma outra parte vai para despesas no exterior do concelho.

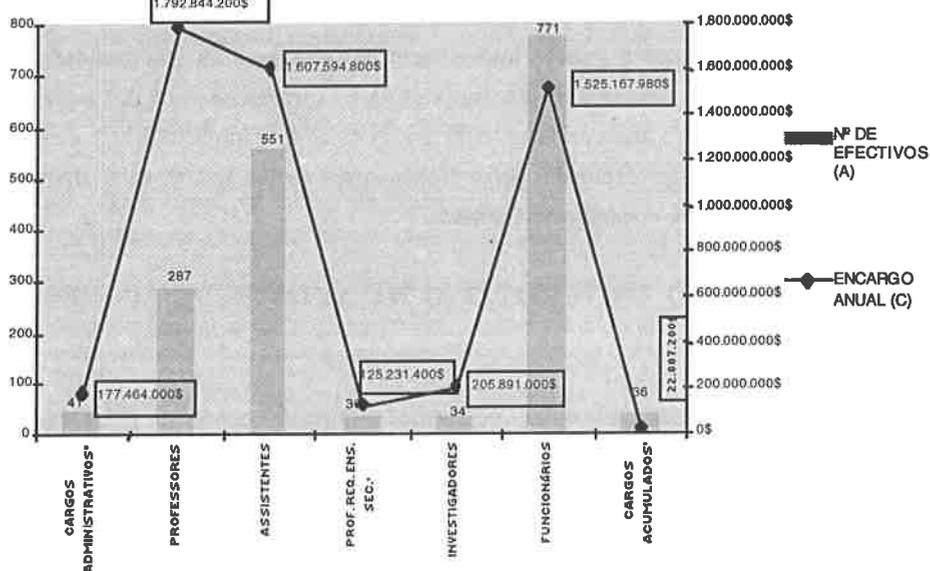
Quanto aos professores e pessoal com altos cargos administrativos da Universidade, que representam mais de 36% da fatia do bolo (ver Gráfico II-8), as suas despesas são particularmente voláteis. Tal sucede dado que, detendo um rendimento elevado, não só uma grande parte do seu consumo tem de ser satisfeito fora do concelho de Coimbra, como também uma porção importante dos vencimentos vai formar a poupança pessoal ou ser encaminhada para as diversas formas de aplicação financeira. Enquanto a fraca propensão a consumir dos professores compromete o impacto universitário pelas despesas da UC, a formação da poupança e as aplicações financeiras poderão vir a estimular os investimentos na região, se estas quantias forem canalizadas para actividades produtivas locais.

(38) Note-se que este valor seria ainda superior se se considerasse o pessoal em regime ETI.

(39) A título de exemplo compare-se este valor com os 2 174 726 contos despendidos, igualmente com pessoal, pela Câmara Municipal de Coimbra em 1993.

(40) Trata-se no entanto de montantes pouco significativos no cômputo geral.

GRÁFICO II-8 NÚMERO DE EFECTIVOS POR CATEGORIA E RESPECTIVO ENCARGO ANUAL SUPORTADO PELA UC



iii) *Turistas e Visitantes da UC*

Este grupo de pessoas inclui essencialmente os turistas, estrangeiros e nacionais, que vêm visitar o concelho de Coimbra motivados pela presença das instalações históricas da Universidade, e os familiares ou amigos dos estudantes, docentes ou funcionários que visitam Coimbra devido à presença da família. Dada a ausência de qualquer outra atracção turística equiparável no concelho de Coimbra, o turismo concelhio deve-se muito à presença histórica da UC.

Não nos foi possível obter dados específicos sobre a incidência económica dos turistas e visitantes nas actividades concelhias, nem tão pouco sobre a sua dimensão numérica. Os inquéritos podem ser úteis neste caso mas também extremamente falíveis, notando a grande diversidade geográfica, linguística e mesmo financeira dos visitantes.

Além disso, temos de confessar que possuímos poucos conhecimentos deste

grupo *a priori*, o que não favorece o uso de inquéritos. Todavia, sabemos que, só em 1993, a Reitoria da UC recebeu mais de 46 mil contos referentes a visitas turísticas e, em 1995, este valor ascendia a mais de 47 mil contos. Podemos assim ter uma ideia da grandeza do impacto económico dos visitantes da UC.

Até agora vimos a grande importância das despesas da Universidade, das faculdades e dos grupos funcionais constituintes da UC, traduzida em valor monetário. Na próxima subsecção, vamos analisar, com algum detalhe, o impacto destas despesas, em particular as despesas efectuadas pelos alunos matriculados na UC, sobre diferentes sectores da economia do concelho de Coimbra.

II.E. O IMPACTO UNIVERSITÁRIO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA LOCAL

Nas últimas duas subsecções, analisámos o impacto económico pelas despesas universitárias na perspectiva da procura. Vamos analisar agora as influências concretas destas despesas nas actividades económicas locais e no emprego. Em particular, vamos considerar os sectores de comércio a retalho, de restauração, de construção, de serviços bancários e de turismo concelhio.

Por muitas décadas a população estudantil e docente da UC tem sido o principal elemento dinamizador do comércio a retalho no concelho. Os estudantes procuram fazer as suas compras com alguma “agressividade” e tendem a introduzir novos padrões de consumo na região. No Quadro II-6, verificamos que, em 1994, o concelho de Coimbra possuía 69 livrarias e papelarias, 101 lojas de vestuário e 54 lojas de móveis, números elevados considerando a reduzida dimensão do concelho. Existe também um número elevado de centros comerciais, mercearias, supermercados (incluindo duas grandes superfícies comerciais) e outros estabelecimentos afins.

QUADRO II-6 NÚMERO DE VÁRIOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS EM COIMBRA

| | |
|----------------------------|-----|
| ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS | 242 |
| RESTAURANTES | 120 |
| VESTUÁRIO | 101 |
| LIVRARIA, PAPELARIA | 69 |
| LOJA DE MÓVEIS | 54 |

Fonte: Inventário Municipal da Região Centro - 1994

Muitos estabelecimentos comerciais prosperam à custa da presença dos estudantes e docentes, tais como as livrarias e papelarias, as *omnipresentes* lojas de fotocópias, as lojas de informática, de desporto, de óptica, de electrodomésticos e os *stands* de automóveis. Segundo o nosso inquérito, um estudante gasta mensalmente, em média, 8005 escudos em vestuário e calçado, o que nos dá uma estimativa de 1573062550 escudos de despesas anuais⁽⁴¹⁾ com roupas e calçado no concelho de Coimbra. De igual forma, as despesas anuais dos estudantes com materiais de estudo rondam os 1599394890 escudos por ano, valores importantes para os pequenos comerciantes locais.

A ligação entre a presença universitária e o sector de restauração concelhio é a mais fácil de estabelecer. A animação da vida nocturna coimbrã patenteia-se nos bares e cafés da Praça de República e no Largo de Sé Velha, e são os jovens estudantes quem marca a maior, senão exclusiva, presença. No concelho de Coimbra, em 1994, existiam 242 estabelecimentos de bebidas e 120 restaurantes em funcionamento. Ainda há que ter em conta os cinemas, teatros e discotecas que existem no concelho, em grande parte, devido à presença dos estudantes. Estimamos que anualmente os alunos da UC gastam 3241825470 escudos em alimentação e 1381465300 escudos em cultura e lazer,

(41) Efectuámos o cálculo das despesas anuais multiplicando a despesa mensal *per capita* por 19651 (o número total de alunos matriculados em 1995) e por 10 (consideramos o ano lectivo em vez do ano civil para melhor aproximação à realidade). No entanto, o resultado pode sobrestimar as despesas anuais devido a vários factores já mencionados.

embora tenhamos que descontar os efeitos “negativos” das cantinas, do Bar D. Dinis e do Teatro Gil Vicente sobre os comerciantes do concelho.

Os estabelecimentos do sector de restauração não sobressaem meramente pela quantidade, mas também pela sua qualidade e pelo seu carácter inovador. Existe uma grande variedade de bares e cafés, desde os mais vulgares até bares de *jazz*, bares com fado de Coimbra ao vivo, bares artísticos com exposições permanentes e os *karaoke*s. Não são poucas as sociedades comerciais organizadoras de festas, e mesmo os restaurantes são diversificados: há sete restaurantes chineses em Coimbra, com serviços à mesa e de *fast delivery* completos, um número só inferior ao de Lisboa e do Porto.

Os estudantes e docentes que vêm do exterior e se fixam temporariamente em Coimbra precisam de alojamento com as mínimas condições de conforto. Alguns chegam mesmo a comprar casas ou apartamentos para residir e, por vezes, alugar divisões a outros estudantes, mas a maioria dos estudantes procura alugar um quarto numa casa particular ou partilhar um apartamento. Apuramos que os alunos da UC entregam por ano 4423 833 120 escudos aos proprietários locais, os quais são de longe os mais beneficiados pela presença da população estudantil. Estas “imigrações” de longa duração (pelo menos de 4 ou 5 anos) impulsionam o sector concelhio de construção e de arrendamento.

Em 1994 (ver Quadro II-7), 5,2% do total do crédito concedido no concelho de Coimbra destinou-se à habitação, uma percentagem muito acima das que se verificaram no País (3,3%), na Região Centro (3,3%) e no Baixo Mondego (2,2%).

QUADRO II-7 PERCENTAGEM DE CRÉDITO À HABITAÇÃO NO TOTAL DO CRÉDITO CONCEDIDO, EM 1994

| | |
|--------------------|-------|
| CONTINENTE E ILHAS | 3,3% |
| REGIÃO CENTRO | 3,3% |
| BAIXO MONDEGO | 2,2% |
| AVEIRO | 3,09% |
| LEIRIA | 2,80% |
| COIMBRA | 5,2% |

Fonte: INE-1995

No mesmo ano (1994), do valor do crédito à habitação concedido na Região Centro, 17% refere-se ao concelho de Coimbra (ver Quadro II-8), uma percentagem elevada considerando o dinamismo industrial de Leiria (8,44%) e de Aveiro (9,99%), duas cidades importantes da região.

QUADRO II-8 DADOS DO SECTOR BANCÁRIO EM COIMBRA, EM 1994

| | |
|--|-------|
| Nº DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS | 58 |
| PESSOAL AO SERVIÇO DESTES | 841 |
| % DE DEPÓSITOS DO BAIXO MONDEGO REALIZADOS EM COIMBRA | 50% |
| % DE CRÉDITO CONCEDIDO À HABITAÇÃO RELATIVAMENTE À REGIÃO CENTRO | 17,3% |

Fonte: INE-1995

Há ainda outras actividades terciárias que foram igualmente afectadas pela presença da UC. Existem 58 estabelecimentos bancários no concelho de Coimbra, nos quais estão empregadas 841 pessoas, denotando o peso que o sector bancário tem nesta cidade em termos de emprego. Além disso, metade dos depósitos do Baixo Mondego

foram realizados em Coimbra⁽⁴²⁾. No entanto, não podemos esquecer o facto dos pais de muitos estudantes vindos do exterior abrirem uma conta à ordem no seu local de residência, pondo à disposição dos filhos a movimentação livre de uma quantia⁽⁴³⁾, e ainda outros que preferem as entregas sucessivas de mesadas em numerário, diminuindo assim o conjunto de depósitos disponíveis para os estabelecimentos bancários de Coimbra. O que realmente pesa nos serviços bancários locais são as contas da Universidade, de faculdades e de outros órgãos relacionados com a UC e a fruição de produtos bancários pelos funcionários e docentes.

Segundo Lucas e Ramos (1995), há dois factores principais que explicam o desempenho das variáveis concelhias: o indicador per capita do poder de compra e o factor dinamismo relativo (FDR). O Factor Dinamismo Relativo, como referimos anteriormente (ver nota de rodapé 19), mede “a tendência, em termos de dinâmica comercial e habitacional, que subsiste depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos (regiões) do país”. O FDR é um bom indicador da capacidade de atracção turística de alguns concelhos.

Ao concelho de Coimbra foi atribuído, de algum modo surpreendente, um valor negativo de -0,6527, inferior ao FDR para o país (-0,2857), mas superior aos valores do FDR de Lisboa e do Porto (ver Quadro II-6 e Quadro II-7). Os concelhos algarvios, como seria de esperar, alcançaram valores muito elevados (2,6843). Isto significa que, embora o turismo contribua para a economia concelhia de Coimbra, está

(42) Refira-se que em Coimbra os Depósitos à Ordem têm uma importância relativa maior do que nas outras cidades da Região Centro. Deste modo, Coimbra, representa um significativo 13,91% do total de Depósitos à Ordem efectuados na Região Centro.

(43) Refira-se a propósito que, em Coimbra, se registaram 17,46% dos levantamentos efectuados nas Caixas Multibanco da Região Centro em 1995 (apesar de, no mesmo período, os montantes levantados se quedarem em 15,72% do total da Região Centro).

longe de ser uma das fontes mais importantes do rendimento local⁽⁴⁴⁾. Todavia, o fenómeno turístico, por mais fraco que seja, deve-se muito à presença histórica da UC, a qual em 1995 colheu mais de 47 mil contos de receitas turísticas como já referimos⁽⁴⁵⁾. Para além disso, os benefícios estendem-se às empresas locais, nomeadamente àquelas empenhadas nos serviços de restauração.

As deslocações frequentes, muitas vezes semanais, entre Coimbra e o local de residência dos estudantes ou docentes que não residam no concelho, contribuem para o sucesso dos transportes rodoviários e ferroviários inter-regionais. Os taxistas locais também beneficiam com o transporte de alunos dentro da zona urbana. Segundo o nosso inquérito, em cada ano os alunos da UC contribuem com 1 229 366 560 escudos para o sector do transporte local. Além disso, a venda de automóveis novos e usados e a provisão de combustíveis também têm uma clientela universitária bastante estável. A aquisição de automóveis pela UC e as procuras derivadas como, por exemplo, a dos serviços de escolas de condução orientadas aos estudantes da Universidade, e a dos serviços locais de aluguer de viaturas, também não podem ser ignoradas.

Um outro impacto notável da Universidade sobre as indústrias locais resulta da sazonalidade da sua presença. A cidade vive à custa do dinamismo universitário e muitos sectores são directamente afectados pelos calendários académico e estudantil. O sector de restauração, por exemplo, prepara-se para entrar em plena actividade em Setembro ou Outubro, com a chegada dos alunos ao novo ano lectivo, *arrefece* um pouco durante as férias do Natal e a época dos exames em Fevereiro e atinge o seu auge durante a semana da Queima das Fitas; depois entra na “recessão” com a chegada de

(44) Mesmo assim, Coimbra alojou, em 1994, 17,37% dos hóspedes de Estabelecimentos Hoteleiros da Região Centro. Os Estabelecimentos Hoteleiros de Coimbra tiveram 141 238 hóspedes em 1994, dos quais 47% foram nacionais. Tenha-se ainda em conta que a capacidade de alojamento em Hotéis e Pensões em 31/07/1992 em Coimbra era de 1783 (em Leiria, para um número de hóspedes igual a 67124, essa capacidade era de 1930). Ver INE (AERC), 1993 e 1995.

(45) Considerando o dito montante de receitas, o preço de uma visita à universidade e o total de visitantes de museus em Coimbra em 1994 (142 785), podemos afirmar que, anualmente, a UC é visitada por mais de 100 000 pessoas.

uma nova vaga de exames em Junho/Julho e das férias do Verão. Durante o mês de Agosto, até os transportes públicos concelhios têm de suprimir algumas linhas e diminuir a intensidade dos serviços, devido a uma queda de 40% nos passageiros transportados⁽⁴⁶⁾, segundo os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

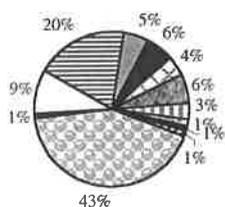
Uma repartição de actividades económicas em sectores ajuda à compreensão das particularidades da economia do concelho de Coimbra. Podemos, em primeiro lugar, considerar o Gráfico II-9, em que o número de pessoas ao serviço em sociedades sediadas em Coimbra é repartida em 11 sectores distintos e 1 residual (N.I. - Não Identificado).

Reparamos nalguns traços marcantes da economia concelhia: em 1993, 36,5% das pessoas estavam empregadas no sector das indústrias transformadoras, abaixo das percentagens verificadas para o país (43%), Região Centro (57%) e Baixo Mondego (41,9%). Mas é nos serviços que se observam as melhores *performances*. O comércio por grosso e a retalho fornece 31,6% dos empregos concelhios, muito acima dos 20% verificados no território nacional, dos 19% na Região Centro e dos 25,8% no Baixo Mondego. Também os sectores de serviços colectivos, sociais e pessoais e de alojamento e restauração têm uma participação superior no emprego concelhio do que no emprego nacional ou regional, como é fácil de verificar.

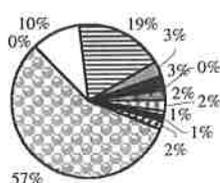
(46) No entanto, o mês de Agosto também é o período de férias para uma grande parte da população activa de Coimbra, e a influência dos comportamentos migratórios sobre os transportes públicos sazonais têm que ser descontados.

GRÁFICO II-9 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PESSOAS AO SERVIÇO EM SOCIEDADES, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EM 31/12/1993

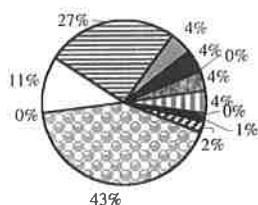
CONTINENTE E ILHAS



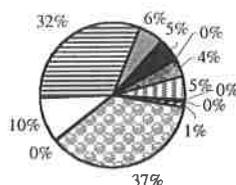
REGIÃO CENTRO



BAIXO MONDEGO



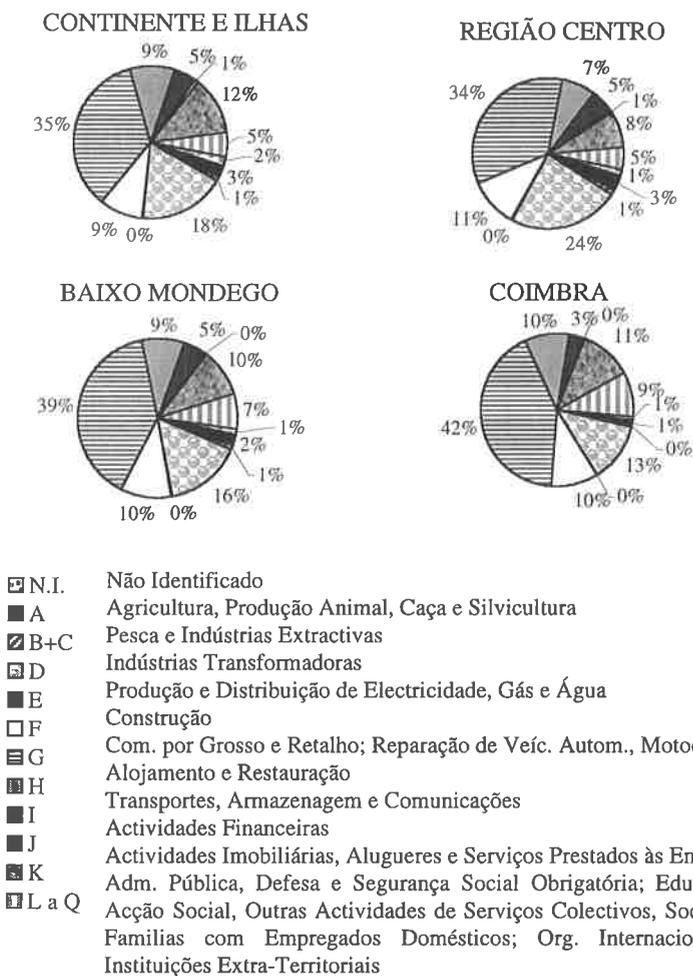
COIMBRA



- ☐ N.I. Não Identificado
- A Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- ▨ B+C Pesca e Indústrias Extractivas
- ▩ D Indústrias Transformadoras
- E Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
- F Construção
- ▨ G Com. por Grosso e Retalho; Reparação de Veíc. Autom., Motociclos e Bens
- ▩ H Alojamento e Restauração
- I Transportes, Armazenagem e Comunicações
- ▨ J Actividades Financeiras
- ▩ K Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- ▨ L a Q Adm. Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; Educação; Saúde e Acção Social, Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais; Famílias com Empregados Domésticos; Org. Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

No Gráfico II-10, as sociedades sediadas em Portugal, em 1994, estão repartidas de forma similar, mas com um maior desequilíbrio a favor dos serviços.

GRÁFICO II-10 DISTRIBUIÇÃO GEÓGRÁFICA DE SOCIEDADES, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EM 31/12/1994



É predominante o peso do comércio por grosso e a retalho (41,6%), do alojamento e restauração (9,5%) e dos serviços colectivos, sociais e pessoais (9,3%). O dinamismo das actividades terciárias no concelho de Coimbra em muito se deve à presença da Universidade e de outros nove estabelecimentos de ensino superior de menor importância⁽⁴⁷⁾, a qual constitui um primordial elemento diferenciador do concelho de Coimbra em relação à maioria dos concelhos do país. A Universidade, em si mesma, constitui um agente importante do sector terciário e é a maior entidade empregadora do concelho, para além dos seus impactos pelas despesas e dos seus grupos constituintes.

Porém, nem todos os impactos da UC sobre a economia concelhia têm sido positivos. O ponto de vista tradicional de uma relação complementar entre as universidades e as actividades comerciais locais tem sido fortemente contestado. Alguns autores apontam uma possível relação concorrencial e os efeitos negativos provocados pelas práticas comerciais das universidades.

A Universidade de Coimbra, as faculdades e outros órgãos autónomos como a A.A.C. fornecem aos seus alunos um leque vasto de serviços, incluindo: oito restaurantes (cantinas) universitários, nove residências universitárias, uma lavandaria, um talho-charcutaria, um infantário e um jardim infantil, um teatro, um centro cultural de convívio académico (D. Dinis), uma agência de turismo, lojas de desporto, livrarias e papelarias, lojas de fotocópias e ainda os serviços médicos universitários. Excepto os serviços de tipo *contract-out*, a UC é isenta de impostos e taxas. Assim, os serviços auxiliares da Universidade devem ser entendidos como uma forma de “concorrência desleal” por parte de uma entidade sem fins lucrativos.

Todavia, além dos objectivos institucionais de apoio social aos alunos da Universidade, os serviços auxiliares universitários não constituem a preocupação

(47) No ano lectivo 1993/94, existiam em Coimbra oito estabelecimentos universitários públicos subordinados à Universidade de Coimbra, seis estabelecimentos politécnicos e três instituições universitárias particulares. Todavia, naquele ano lectivo, a Universidade tinha 19 153 alunos matriculados, as nove instituições restantes tinham em conjunto 6022 alunos matriculados, somente 23,92% do total dos alunos matriculados nos estabelecimentos do ensino superior no Concelho de Coimbra.

principal dos comerciantes locais. Hedrick *et al.* (1990) efectuaram um estudo seccional sobre nada menos do que 3100 concelhos⁽⁴⁸⁾ e 3300 instituições do ensino superior nos Estados Unidos e chegaram à seguinte conclusão: embora as actividades comerciais das universidades reduzam o emprego no sector privado dos concelhos de pequena dimensão, os efeitos negativos da “concorrência desleal” tendem a ser diminutos. O crescimento da população estudantil e das despesas universitárias aumentam o nível de emprego local e mais do que compensam esses efeitos negativos. O impacto líquido das universidades continua a ser positivo e os serviços auxiliares universitários não afectam todos os sectores ou concelhos da mesma forma.

Para findar a análise do impacto universitário pelas despesas, podemos afirmar sem hesitação que a Universidade não só fornece um número elevado de empregos públicos estáveis e bem remunerados, como também induz e promove outros empregos locais no sector privado do concelho de Coimbra. Pela sua simples presença e pelas dinâmicas de consumo demonstradas por vários dos seus grupos constituintes, a Universidade de Coimbra contribui positiva e significativamente para a economia concelhia.

(48) No texto original, fala-se de *counties*, a divisão administrativa mais desagregada dos Estados Unidos, provavelmente equivalentes aos concelhos portugueses.

III. O IMPACTO PELA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

III.A. A METODOLOGIA DO ESTUDO DO IMPACTO PELA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS

Até agora temos analisado o impacto económico das despesas universitárias. Os gastos efectuados pela Universidade, pelos docentes e funcionários, pelos estudantes e pelos que visitam a UC são muito importantes para a economia local. Porém, uma universidade não tem como função principal o consumo de bens e serviços locais, mas sim a produção e difusão de conhecimentos. É o impacto regional pelo processo de produção de conhecimentos que vamos estudar nesta secção.

Uma universidade pode ser vista como uma empresa com três tipos de “produtos” principais: a criação e manutenção de um stock de recursos humanos, a produção científica através das actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), e os serviços ao exterior tais como a contratação de ensino ou investigação ou a transferência de conhecimentos para a comunidade não universitária, através de consultoria. É uma empresa de natureza específica, dado que os seus produtos patenteiam as características de bens públicos, nomeadamente a não-exclusividade (i.e., a impossibilidade de excluir qualquer indivíduo do gozo do bem) e a não-rivalidade no consumo (i.e., o custo marginal nulo em acrescentar mais um indivíduo ao consumo do bem; a não-rivalidade origina-se na indivisibilidade do produto). Devido às externalidades ou efeitos *spill-over* dos bens públicos, a provisão privada do ensino superior sofre falhas de mercado e não pode ser eficiente⁽⁴⁹⁾. Justifica-se, por isso, a intervenção governamental no ensino superior e nas actividades de I&D.

(49) Isto não significa que não possam existir universidades privadas. Como sabemos, estas são extremamente populares nos Estados Unidos. No entanto, os objectivos académicos destas universidades são claramente separados dos fins lucrativos, tal como sucede nas instituições universitárias particulares e cooperativas portuguesas. Os diplomas legais que regem as universidades privadas são evidentemente diferentes daqueles que regem as empresas privadas.

O impacto regional pela produção e difusão de conhecimentos é de primeira importância para uma avaliação global dos contributos de uma instituição universitária para a economia local. Muitos economistas apontam que este impacto é de longe mais significativo do que o impacto pelas despesas. No entanto, existem imensas dificuldades em medir este impacto dado que não existe propriamente um mercado livre, com um mecanismo de preço regulador das transacções para os *outputs* das instituições universitárias. Uma forma de determinar o equivalente monetário dos *outputs* é adicionar todos os custos monetários dos *inputs* adquiridos para a produção universitária. Mas este método subestima certamente o impacto pelo conhecimento, dada a existência de externalidades na produção de conhecimentos e de outros efeitos geradores de crescimento económico. A procura de uma metodologia mais adequada exige-nos introduzir algumas teorias básicas subjacentes ao nosso tema actual.

(a) Teoria do Capital Humano

Segundo esta teoria, o crescimento económico depende em grande parte do crescimento do stock de capital humano, em termos quantitativos e qualitativos, existindo diferenças na produtividade porque os trabalhadores apresentam diferentes níveis de ensino. Se for válida a hipótese neoclássica de que os trabalhadores e capitalistas são remunerados segundo as suas produtividades diferenciadas, então, os diferenciais salariais observados na realidade podem ser atribuídos à heterogeneidade laboral e, por sua vez, ao ensino. Assim, a contribuição universitária pode ser avaliada pelas “recompensas do ensino”, ou seja, o valor descontado dos futuros fluxos de rendimento acrescido dos licenciados, mestrados e doutorados que fiquem a trabalhar na região acolhedora da universidade.

Este método de estimar o rendimento adicional atribuível ao ensino universitário tem as suas limitações. Em primeiro lugar, é quase impossível isolar este rendimento adicional daquele que é resultado das capacidades inatas de um indivíduo e daquele que é atribuível ao ensino pré-universitário, ou a outro tipo de ensino, tal como a frequência de cursos de línguas ou de informática. Os talentos e competências pessoais não coincidem com o ensino universitário. O método conduz a uma tendência para sobre ou subestimar os contributos universitários. Existem ainda as tendências

seculares nos diferenciais salariais as quais têm que ser devidamente subtraídas no estudo. Além disso, há que lidar com o difícil problema de avaliar as regalias, privilégios e outros benefícios não pecuniários e efeitos de *spill-over* dos licenciados no seu local de trabalho. Em último lugar, a hipótese neoclássica subjacente à teoria é algo contestável e a sua invalidez desfaz a linha de raciocínio de toda a teoria.

(b) Teoria dos Factores de Localização

O factor de localização é, sobretudo, aquele que é “susceptível de diferenciar o espaço para a empresa”. A teoria dos factores de localização sugere que o espaço onde se organizam as actividades económicas é heterogéneo e muitos factores espaciais, económicos ou não, agem em conjunto para determinar a heterogeneidade espacial e influenciar a decisão empresarial da localização da produção.

Entre os factores de localização convencionais citam-se os custos de transporte, a proximidade de matérias primas, a abundância e mobilidade de trabalho, a proximidade de mercados, a existência de um conjunto amplo e diversificado de indústrias e de serviços financeiros, a disponibilidade de uma infra-estrutura de alta qualidade e de construções adequadas, as atracções locais e a atitude da comunidade local em relação às actividades empresariais e, finalmente, a fiscalidade da região e os apoios públicos. Todavia, devido à forte concorrência internacional e às recessões sucessivas, as antigas actividades industriais criam cada vez menos unidades de produção, e são as novas indústrias que dominam a preocupação dos planificadores da organização espacial das actividades. Uma grande parte das empresas inovadoras são de reduzida dimensão e têm de recorrer aos serviços universitários. Assim, a produção de novas tecnologias perturba o equilíbrio regional de localização e aponta para novos factores de produção.

Um dos novos factores mais referenciados tem sido a presença de uma universidade com elevada capacidade inovadora. A universidade não só fornece, de uma forma contínua, uma grande quantidade de trabalho qualificado e oportunidades de formação contínua, como também promove as actividades I&D e cria um ambiente cultural propício à localização de empresas de tecnologia avançada. O apoio tecnológico universitário é de particular relevo para as pequenas e médias empresas

(PME), que na sua maioria não possuem laboratórios próprios e dependem da criatividade dos investigadores universitários. Dado o grande dinamismo das PMEs e a sua importância na economia portuguesa, não se deve ignorar a criação de condições de cooperação mutuamente proveitosas.

O raciocínio da teoria dos factores de localização é simples: a presença de uma universidade cria uma fonte permanente e abundante de licenciados e fornece boas perspectivas de inovação tecnológica, atraindo desta forma as empresas mais inovadoras e fazendo com que a região acolhedora da universidade também receba investimentos do exterior. O rendimento regional vai aumentar, novos postos de trabalho vão ser criados e muitos licenciados vão ser empregados localmente. Uma boa perspectiva de trabalho, por sua vez, repercute-se numa maior procura pela colocação na universidade e a universidade expande-se ainda mais. Este processo desenvolve-se sucessivamente, chegando-se a um ciclo virtuoso regional.

No entanto, é muito difícil de aceitar que a teoria dos factores de localização consiga explicar, por si só, a localização das indústrias de tecnologia avançada. Por mais importante que seja, o factor da presença universitária tem que se combinar com outros factores para ajudar a decisão empresarial acerca da localização. Além disso, há evidência empírica que o conhecimento científico se propaga mais de uma forma *hierárquica* do que por *contágio*⁽⁵⁰⁾, e as empresas continuam a localizar-se nos principais centros urbanos. Em vez de estimular o investimento regional, a produção e difusão de conhecimentos pela universidade ajuda a promover o investimento nestes

(50) Existem, geralmente, duas formas de difusão ou propagação de conhecimentos de uma universidade para o sector produtivo: a **difusão por contágio** e a **difusão hierárquica**. No caso da difusão por contágio, a transferência de conhecimentos concentra-se nos arredores da universidade, a fonte original, e a intensidade de difusão diminui rapidamente com o aumento da distância universidade-empresa. Na difusão hierárquica, a transferência de conhecimentos passa primeiro pelos principais centros urbanos e só depois é que se alastra sucessivamente aos lugares de menor importância. Se for dominante a difusão por contágio, é de esperar que a actividade económica se aglomere em redor de uma ou de um conjunto de universidades. Pelo contrário, se predomina a difusão hierárquica, a actividade económica concentrar-se-á nos maiores centros urbanos.

centros urbanos. A difusão hierárquica de conhecimentos é ainda encorajada pelos admiráveis avanços tecnológicos no sector de telecomunicações.

(c) Teoria Neoclássica do Crescimento Económico Regional

Uma outra forma de encarar o contributo universitário para a economia regional é a aplicação da teoria neoclássica do crescimento económico no contexto regional. A teoria sugere que, em equilíbrio, a taxa de crescimento económico q é a soma das taxas de crescimento do trabalho efectivo l e do crescimento do stock de capital k , com um elemento autónomo a , representante de avanços tecnológicos e de outros factores residuais. Expressamos o *output* agregado regional Q como uma função de factores de produção regionais e da tecnologia predominante At

$$Q_t = At f(R_t, K_t, L_t) \quad (\text{Eq. III-1})$$

onde R representa a terra e outros recursos naturais da região, K é o stock de capital e L o conjunto de trabalho efectivo. Por simplificação, só consideramos dois factores de produção K e L . Se a função de produção adopta a *forma Cobb-Douglas*, ou seja, $Q_t = AtK_t^bL_t^w$, então podemos derivar a seguinte equação:

$$q = a + bk + wl \quad (\text{Eq. III-2})$$

b e w representam aqui as participações relativas do capital e do trabalho no crescimento, respectivamente. Na abordagem neoclássica procura-se estimar o valor do célebre e igualmente controverso residual de Solow. Num contexto regional em que se insere a universidade, se a área geográfica for suficientemente restrita, como é o caso do nosso estudo, podemos contar com uma participação fulcral da instituição universitária pública no residual de Solow. A participação universitária neste residual pode ser salientada através da subtracção sucessiva de um conjunto de outros factores propícios ao crescimento da economia regional⁽⁵¹⁾, tais como os contributos das actividades I&D privadas, e dos ensinos básico, secundário, médio e politécnico. No entanto, é de notar que o apuramento do contributo universitário não é uma tarefa fácil, dada a interdependência entre os diversos factores em consideração.

(51) Este método de apuramento ou desagregação do residual de Solow é conhecido como a abordagem contabilística do crescimento regional.

Até aqui ponderámos apenas a hipótese de tecnologia *desincorporada*⁽⁵²⁾, no entanto, se a tecnologia for *incorporada*, podemos desagregar tanto o capital como o trabalho em componentes conceptualmente superiores. Se, por exemplo, incorporamos a melhoria na qualidade ou na produtividade do trabalho na função produção, a taxa de crescimento de trabalho l pode ser desagregada em crescimento quantitativo de trabalho t , em taxa de melhoria na eficiência do trabalho d e num factor de mudança de idade média dos trabalhadores y . Temos, então, $l = t + d - dy$. Assim a taxa de crescimento da economia regional é:

$$q = a + bk + wt + wd - wdy \quad (\text{Eq. III-3})$$

onde wd pode ser tratado como um substituto próximo do contributo do ensino universitário regular, de cursos de formação e de outras formas de ensino e instrução.

O modelo neoclássico de Solow caracteriza-se por uma função de produção com rendimentos de escala constantes e enquadra-se num mundo de concorrência perfeita. O crescimento depende de um factor acumulável, o capital, um factor não acumulável, o trabalho, e de um factor alheio ou exógeno. Na ausência do factor exógeno de progresso tecnológico e do crescimento efectivo do trabalho, não é possível um crescimento a longo prazo dada a presença dos rendimentos marginais decrescentes do capital. Para ultrapassar estas limitações, é necessário dispor de uma outra estrutura teórica.

(d) Modelo Regional de Crescimento Endógeno

A endogeneização do progresso tecnológico começou com a identificação de efeitos de aprendizagem e curvas de experiência por Kaldor e Arrow. As mudanças tecnológicas são endógenas porque os agentes económicos investem nas actividades de I&D e na formação humana. O crescimento é sustentado a longo prazo porque estas despesas endógenas conduzem a rendimentos de escala crescentes e a efeitos *spill-over* no processo de acumulação do capital. Neste modelo, são ainda tomadas em conta as

(52) Na terminologia anglo-saxónica, é denominada a hipótese de "*disembodied technology*". O contrário é a chamada hipótese de "*embodied technology*".

preferências dos consumidores que explicam a diferenciação dos produtos e a concorrência imperfeita observada na realidade.

São identificados vários factores importantes de crescimento: o investimento no modelo de Romer, a inovação tecnológica e os recursos consagrados às actividades I&D no modelo multisectorial de Romer e no modelo de Aghion e Howitt, a acumulação de capital humano no modelo de Lucas e a provisão de bens públicos e o investimento nas infra-estruturas pelo Estado no modelo de Barro. Se é possível estimar a participação do sector universitário na inovação tecnológica e na formação humana, e se podemos estabelecer uma relação quantitativa exacta entre os factores acima citados e o crescimento da economia numa região, não será difícil de determinar a contribuição universitária no crescimento regional.

A produção e difusão de conhecimentos eram analisados, no fundo, como um fenómeno temporal, e o seu impacto concentra-se no crescimento do rendimento ao longo do tempo. Porém, a “tendência anti-espacial” anglo-saxónica foi desafiada nas últimas décadas e a análise espacial passou a ser tida em consideração. Embora tenha uma característica temporal imprescindível, a produção e difusão de rendimentos influencia as economias regionais de uma forma desigual e as quatro teorias explicitadas acima podem servir como uma base dos nossos estudos espaciais do impacto universitário.

Há sobretudo dois grupos de técnicas empíricas que servem para os estudos do impacto regional universitário no tocante à sua produção e difusão de conhecimentos:

(A) TÉCNICAS AD-HOC

Este tipo de técnicas baseiam-se principalmente nos inquéritos e nas entrevistas com empresários ou especialistas e na comparação de um conjunto expressivo de indicadores disponíveis. Podem-se obter informações muito ricas, no entanto o resultado do estudo depende muito da opinião subjectiva do investigador.

(B) TÉCNICAS ESTRUTURADAS

Neste grupo de técnicas distinguem-se duas abordagens principais: a abordagem micro, que estuda os efeitos de políticas regionais, incluindo a política educativa através de *experimentação* ou *quasi-experimentação* para com os agentes

económicos⁽⁵³⁾; e a abordagem macro, que usa os dados agregados e estima os efeitos de políticas regionais através de análises estatísticas ou econométricas.

A escolha de técnicas a utilizar não é uma questão pacífica. Muitos autores argumentam que o impacto universitário pela produção de conhecimentos é melhor avaliado de uma forma qualitativa e principalmente através de inquéritos e entrevistas. Mas estes métodos têm os seus limites, como salientámos acima. Não obstante o impacto pelo conhecimento ser qualitativo por natureza, uma quantificação estatística ou econométrica do impacto é sempre esclarecedora e por isso desejável. No entanto, a aplicação de técnicas estatísticas ou de modelos econométricos nem sempre é possível, devido aos limites impostos pela disponibilidade de dados estatísticos e à sua insuficiente desagregação sectorial e regional. Assim, na próxima sub-secção vamos prosseguir o nosso estudo com uma abordagem *ad-hoc*, que se baseia numa análise comparativa de indicadores que nos permita extrair informações sobre a dimensão e a qualidade do impacto da produção de conhecimentos pela Universidade de Coimbra, sobre o concelho de Coimbra.

(53) Na **experimentação controlada**, os efeitos de políticas regionais são avaliados num ambiente controlado, ou seja, consiste na observação dos mesmos grupos afectados pelas políticas ao longo do tempo. Na **quasi-experimentação**, são os agentes susceptíveis de se expor às políticas que fornecem as informações necessárias. No estudo **não experimental**, são avaliados directamente os efeitos de políticas regionais.

III.B. UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO IMPACTO UNIVERSITÁRIO PELO CONHECIMENTO

O impacto universitário pela produção e difusão de conhecimentos pode ser avaliada de uma forma qualitativa, com base nos indicadores à nossa disposição. Vamos proceder desta maneira, uma vez que os dados estatísticos são extremamente escassos ao nível concelhio ou distrital, particularmente no tocante ao ensino superior e às actividades de I&D: Por outro lado, no nosso estudo, encontramos com alguma frequência o fenómeno de “supressão de dados”⁽⁵⁴⁾, o que não permite uma observação contínua e uniforme de factos económicos regionais. Para contornar estes obstáculos, decidimos aproveitar todas as informações disponíveis e adequadas ao nosso objecto de estudo, quer seja ao nível regional, distrital ou concelhio. Alguns dados são secundários, enquanto que outros são recolhidos e compilados a partir das Contas Universitárias. A vantagem é que, quanto maior for o nível de desagregação, mais detalhadas e fiéis serão as estatísticas compostas.

Como salientámos acima, a actividade principal de uma universidade é composta por três componentes principais: o ensino ou transmissão de conhecimentos adquiridos, a prática de actividades I&D e os variados serviços ao exterior. O impacto universitário pelos conhecimentos assenta na progressiva acumulação destas três componentes. A Universidade de Coimbra também se coaduna neste quadro de análise. Vamos portanto, analisar o impacto pelos conhecimentos da UC segundo as três categorias da sua actividade ou função principal.

(54) Na terminologia anglo-saxónica, *data supression* refere-se a rupturas temporais ou seccionais num conjunto de dados estatísticos. Para remediar a deficiência nos dados, é comum projectar os dados necessários utilizando outras fontes disponíveis, com uma divisão geográfica possivelmente diferente.

i) *Ensino Universitário ou Transmissão de Conhecimentos*

Para estudar o impacto pela simples transmissão de conhecimentos, recorremos à teoria do capital humano e utilizamos as informações contidas nos estudos de Sérgio Claudino (1995) e de Tavares (1992). Não vamos estimar a soma descontada dos futuros rendimentos de todos os licenciados e mestrados da Universidade, mas sim avaliar qualitativamente a formação e manutenção do stock de capital humano no distrito de Coimbra.

Em primeiro lugar, verificamos que, de acordo com Claudino (1995), entre 1983 e 1987, há uma queda sensível na percentagem de diplomados do país que fixam a sua residência na zona do Baixo Mondego (de 7,3% a 5,1%). Comparando com o resto do país, o Baixo Mondego continua a ser uma das zonas de residência preferidas pelos diplomados. A orientação dos fluxos de diplomados parece depender da sua capacidade de “inserção nos sistemas de emprego locais”. Grande Lisboa e Grande Porto lideram, como era de prever, na lista de destinos dos diplomados do ensino superior.

Em 1983, no distrito de Coimbra, o número de diplomados com residência dominante até cinco anos, por população residente com 20-24 anos, era de 59,0 a 60,9 por mil habitantes, valor só inferior ao registado em Lisboa. Em 1991, a relação entre diplomados empregados e população activa no distrito de Coimbra só era excedida pelos valores de alguns distritos alentejanos. Tudo isto indica que a presença, neste distrito, da Universidade, a par de um conjunto de outras instituições universitárias de menor importância, faz com que Coimbra disponha de um grande *stock* de capital humano.

Uma outra conclusão de Sérgio Claudino é que “as universidades clássicas têm um recrutamento e um impacto geograficamente mais diversificados, particularmente a Universidade de Coimbra”. Enquanto que os diplomados das Universidades de Aveiro e do Porto residem quase exclusivamente na Região do Norte e, em particular, nos distritos do Porto e de Aveiro, os diplomados da UC distribuem-se por todo o país, embora se concentrem mais nas Regiões do Norte e do Centro. Este facto é confirmado pelo estudo realizado por Tavares (1992), no qual descobriu que as instituições universitárias situadas no distrito de Coimbra “produziram” 15,5% dos graduados do

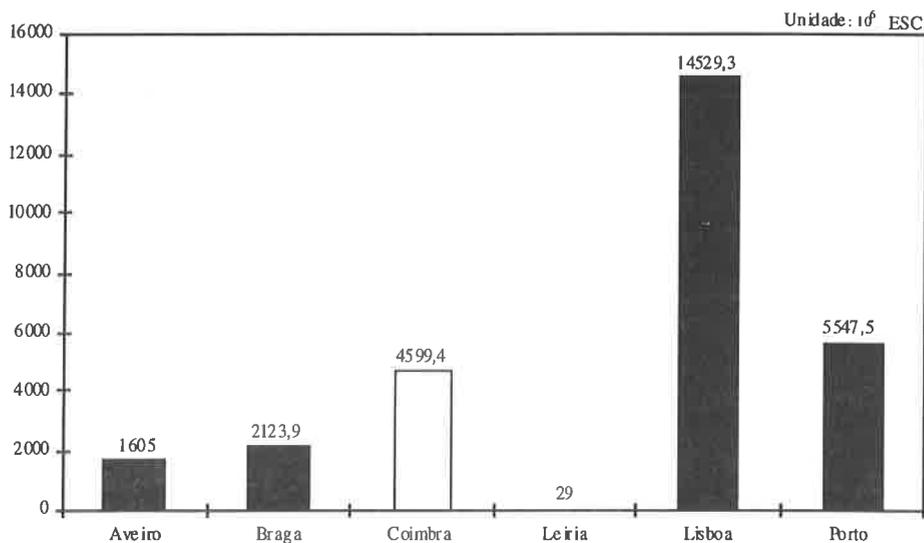
território nacional, enquanto que o distrito só conseguiu segurar 4,4% dos empregos para licenciados. Dos graduados do distrito de Coimbra, 66,6% ficaram a trabalhar no próprio distrito, 16% deslocaram-se para o distrito de Aveiro e 9% para o distrito do Porto. Assim, “Coimbra University is the major provider of graduates for jobs in the Coimbra and Aveiro regions” and “graduates from Coimbra also have a large share of jobs in the other districts of the Lisbon or central regions”.

Podemos afirmar que a UC tem um impacto significativo senão determinante no processo de acumulação e gestão do stock de capital humano no concelho e/ou no distrito de Coimbra. Todavia, como vimos, a Universidade de Coimbra ainda tem um âmbito geográfico alargado e serve um leque vasto de regiões do país. À medida que a Universidade se concentra mais na cobertura regional, o seu impacto pela gestão de recursos humanos na zona acolhedora torna-se cada vez maior.

ii) *Actividades I&D*

Uma segunda categoria de funções universitárias dizem respeito a actividades I&D praticadas pela Universidade de Coimbra. O impacto universitário pelas actividades I&D não pode ser estimado com exactidão, pelas razões já adiantadas. Uma forma de avaliação é somar os custos de todos os *inputs* necessários para proceder às investigações, embora este método subestime os impactos intermediário e final das actividades de I&D.

Apesar de dispormos das Contas Universitárias, não nos é possível isolar os custos de investigação na UC, em cada faculdade e nos centros de investigação autónomos a ela subordinados. O que fazemos é abordar a questão utilizando alguns dados contidos num estudo de Bonfim (1995) realizado para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Esta análise é, de certo modo, deficiente para os nossos fins, mas pretendemos com ela delinear os aspectos qualitativos do impacto da UC pelas suas actividades I&D.

GRÁFICO III-1 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, POR DISTRITOS, EM 1992

Fonte: JNICT (1995)

No Gráfico III-1, verificamos que as despesas em I&D feitas no sector do ensino superior no distrito de Coimbra são de 4599,4 mil contos. Este valor só é superado pelos de Lisboa (14529,3 mil contos) e do Porto (5547,5 mil contos). Ao encontrar valores muito fracos para os distritos de Aveiro e de Leiria, podemos supor que as actividades I&D de Coimbra servem as indústrias de toda a Região Centro, não se limitando ao concelho ou ao distrito de Coimbra.

No Gráfico III-2 e no Gráfico III-3, observamos que em quase todos os distritos uma grande parte de despesas foram para as remunerações do pessoal. Tal facto revela o peso relativo dos recursos humanos nas actividades de I&D.

É de notar que uma parte não negligenciável (%) das despesas em I&D no distrito de Coimbra foi para a aquisição de terrenos, construções e instalações, possível consequência das obras no Pólo II da Universidade.

GRÁFICO III-2 DESPESAS EM I&D NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA POR DISTRITOS, EM 1992

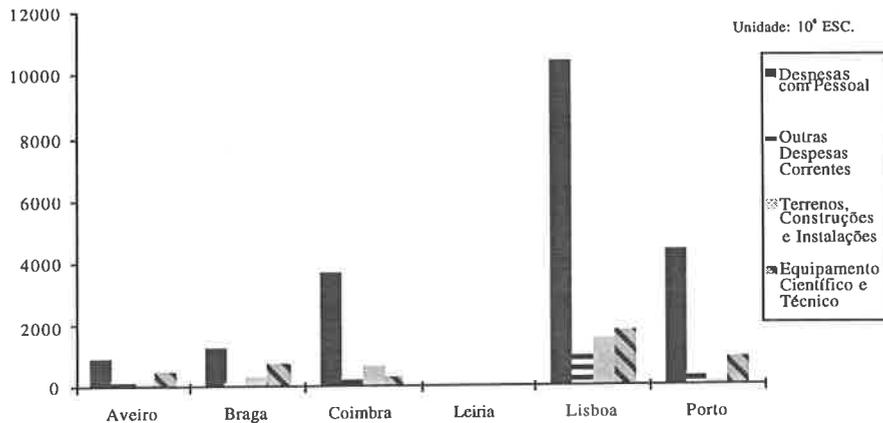
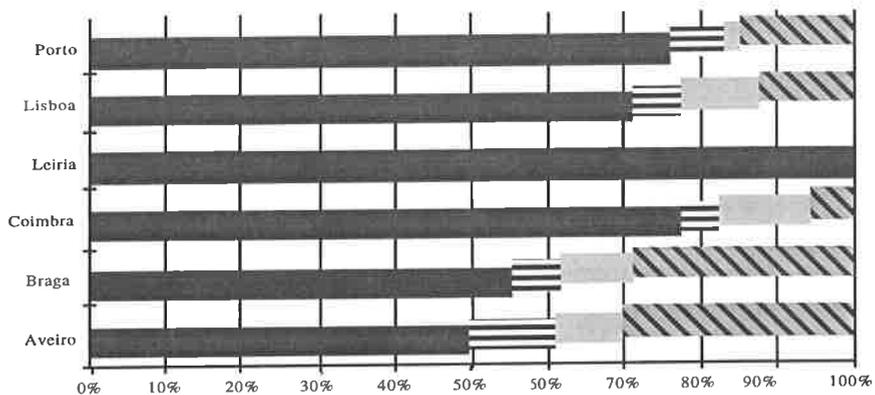
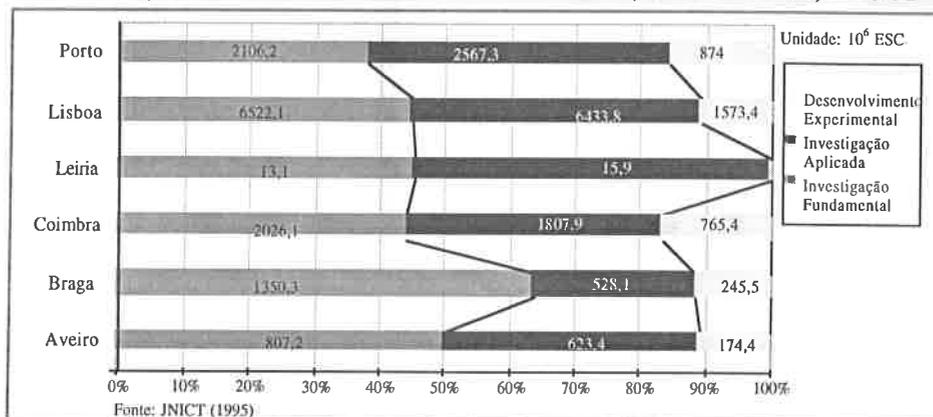


GRÁFICO III-3 DESPESAS EM I&D NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA POR DISTRITOS, EM PORCENTAGEM



Segundo a categoria de actividade⁽⁵⁵⁾, vemos no Gráfico III-4 que, na maior parte dos distritos, a investigação fundamental constitui a maior preocupação do sector do ensino superior. Em Coimbra, cerca de 2,0261 milhões de contos (44,05%) foram gastos nesta categoria, enquanto que 39,31% e 16,64% das despesas coimbrãs em I&D foram gastas na investigação aplicada e no desenvolvimento experimental, respectivamente. Coimbra tem a maior proporção das despesas no desenvolvimento experimental em relação a outros distritos no país.

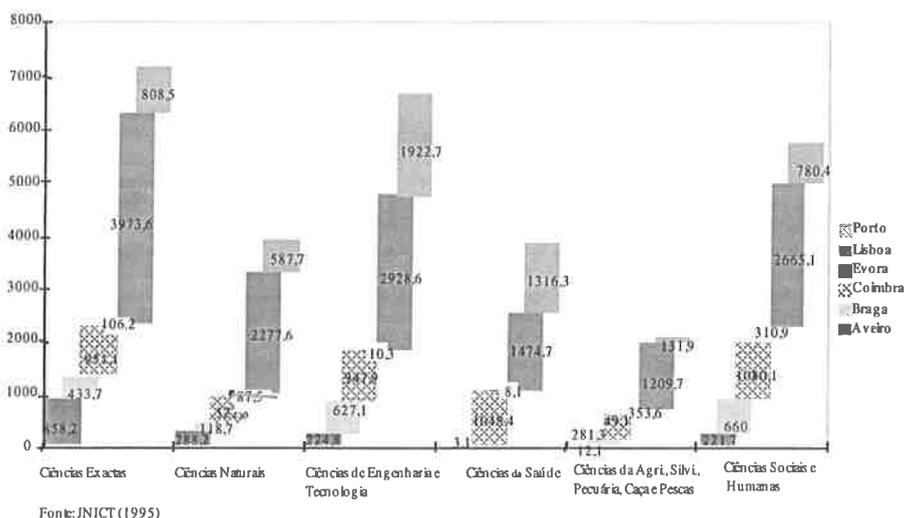
GRÁFICO III-4 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A CATEGORIA DE ACTIVIDADE, POR DISTRITOS, EM 1992



(55) As três categorias de actividades são definidas de uma forma funcional: o **desenvolvimento experimental** consiste na "utilização sistemática de conhecimentos existentes, obtidos por investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos produtos materiais, produtos ou dispositivos, estabelecimento de novos processos, sistemas ou serviços, ou para melhoria significativa dos já existentes"; a **investigação aplicada** consiste em "trabalhos originais efectuados tendo em vista a aquisição de novos conhecimentos, com uma finalidade ou um objectivo pré-determinados" e a **investigação fundamental** consiste em "trabalhos, experimentais ou teóricos, empreendidos com a finalidade de obtenção de novos conhecimentos científicos sobre os fundamentos de fenómenos e factos observáveis, sem objectivo específico de aplicação prática". Ver Bonfim (1992).

Em 1992, o sector do ensino superior do distrito de Coimbra aplicou 23,48% e 22,79% das suas despesas em I&D nas ciências sociais e humanas e nas ciências de saúde (ver Gráfico III-5). As despesas em ciências de saúde foram particularmente significativas em relação ao nível nacional (11,9%). Mesmo em valor absoluto, foi gasta em Coimbra (1,0484 milhões de contos) uma quantia ligeiramente inferior à de Lisboa (1,4747 mil contos) e à do Porto (1,3163 milhões de contos). Enquanto que Coimbra investe em ciências humanas e sociais e em medicina, as ciências exactas e de engenharia e tecnologia constituem as principais preocupações de Lisboa e do Porto, provavelmente em resultado da forte concentração industrial nestes dois distritos.

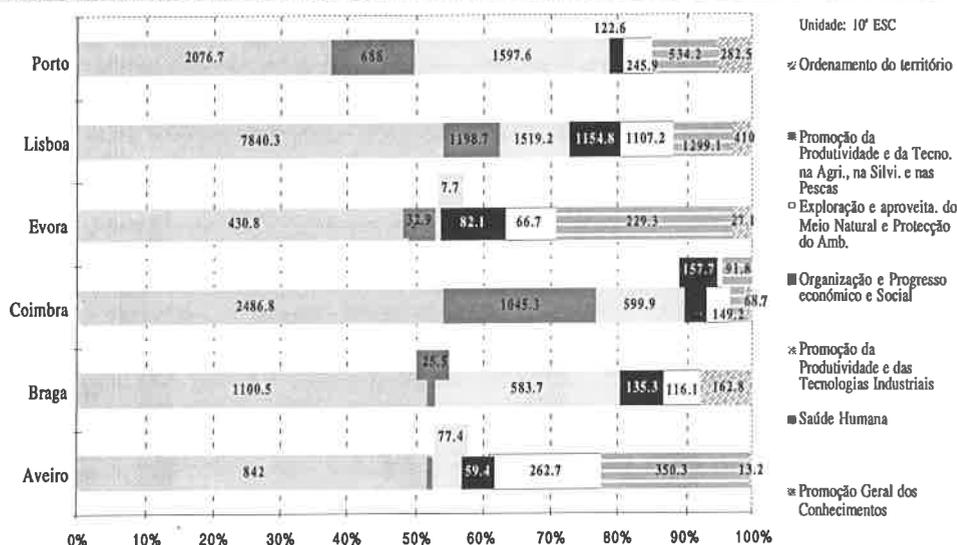
GRÁFICO III-5 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, POR DISTRITOS (1992)



No Gráfico III-6, as despesas em I&D no sector do ensino superior são repartidas segundo o objectivo sócio-económico. Em todos os distritos, a promoção geral de conhecimentos consome a maior fatia do bolo e Coimbra, em conjunto com

Lisboa, comanda as despesas para este fim sócio-económico, tanto em valores absolutos (2,4868 e 7,8403 milhões de contos) como em percentagens (54,07% e 53,97%). Em conformidade com os resultados anteriores, além das despesas destinadas à promoção geral de conhecimentos, o sector do ensino superior do distrito de Coimbra dedica-se à saúde humana (22,73%), enquanto que Lisboa e Porto prestam uma maior atenção à promoção da produtividade e das tecnologias industriais.

GRÁFICO III-6 DESPESAS EM I&D, A PREÇOS CORRENTES, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A O OBJECTIVO SÓCIO-ECONÓMICO, POR DISTRITOS, EM 1992

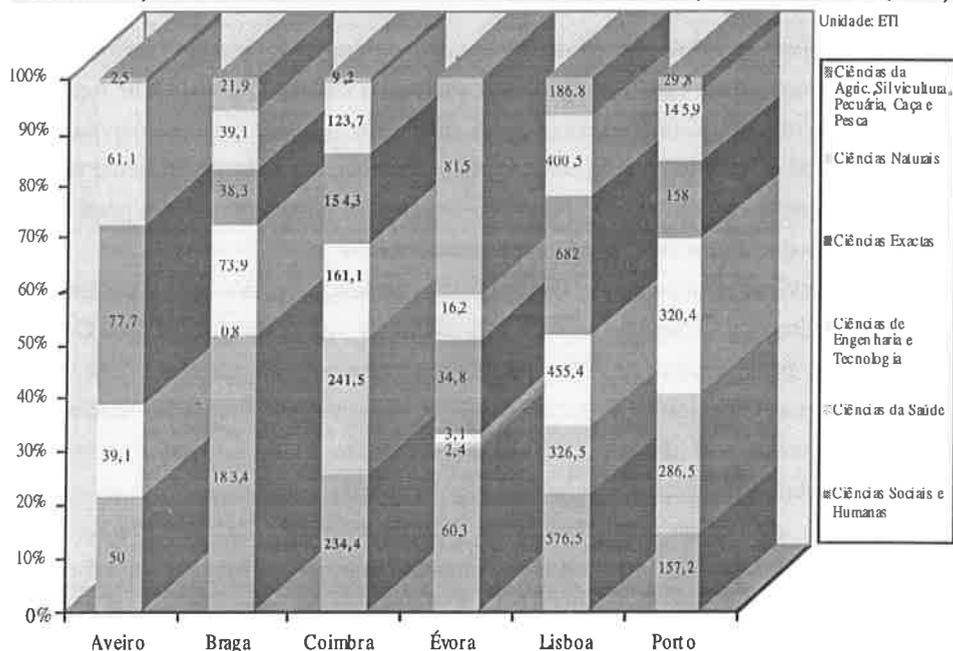


Fonte: JNICT (1995)

No tocante à distribuição distrital de recursos humanos empenhados em actividades I&D (ver Gráfico III-7), verificamos que as ciências da saúde e as ciências sociais e humanas ocupam 26,13% e 25,36% dos recursos humanos especializados no distrito de Coimbra. Em termos percentuais, em 1992, este distrito empregou 14,79% do total de recursos humanos nacionais canalizados para actividades de I&D, uma

proporção não desprezível, tendo em conta as percentagens respectivas de Lisboa (42,05%) e do Porto (17,57%).

GRÁFICO III-7 RECURSOS HUMANOS EM ACTIVIDADES DE I&D, NO SECTOR ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, POR DISTRITOS (1992)



EPI - Equivalente a Tempo Integral

Fonte: JNICT(1995)

Está subjacente às actividades de I&D praticadas pelas universidades a teoria do crescimento endógeno. Embora fosse impossível de quantificar, no nosso caso, o impacto destas actividades universitárias no crescimento regional, através dos dados estatísticos acima explicitados, podemos ter uma ideia da importância das actividades de I&D praticadas pela Universidade de Coimbra para a Região Centro e para o distrito de Coimbra. Todavia, o impacto concelhio destas actividades deve ser relativamente

diluído, dado que os resultados de investigações científicas e tecnológicas são assimiladas, na sua maior parte, por uma área geográfica muito superior ao concelho.

iii) *Serviços à Comunidade Concelhia*

A Universidade de Coimbra fornece um conjunto de serviços de natureza académica à comunidade exterior, alguns dos quais se revestem de grande relevo para o desenvolvimento local. Como nos dois casos anteriores, o impacto destes serviços ao exterior é difícil de quantificar. Os efeitos *spill-over* mencionados anteriormente fazem com que o impacto económico pela prestação de serviços universitários, em geral, seja muito maior do que as transacções correntes podem revelar.

Os serviços à comunidade efectua-se, normalmente, nos vários centros de investigação administrativamente dependentes do Reitor ou nas faculdades. Nas Contas Universitárias, estes serviços (1,03%) não ocupam uma posição relevante. Isto dá-se porque, por um lado, estes serviços ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento e são de reduzida dimensão. Além disso, muitos centros de investigação obtêm um estatuto de autonomia financeira que lhes permite processar contas fora do alcance da contabilidade da Administração da UC. Entretanto, para efeitos de quantificação das infra-estruturas universitárias de investigação científica⁽⁵⁶⁾, existem 28 centros de investigação e 15 associações, institutos e laboratórios de apoio à comunidade, de dimensão diversa. Estes centros de investigação contribuem não só para a economia concelhia mas principalmente para toda a Região Centro mesmo nos seus efeitos económicos mais directos.

A Universidade, e as faculdades em particular, promovem e organizam cursos de formação para os indivíduos em início ou no decurso de carreira. Preparam, assim, a população para os mais diversos empregos com a maior exigência de *savoir-faire* e adequam a capacidade dos trabalhadores às constantes mutações do ambiente

(56) Ver o Prospecto da Universidade de Coimbra 1995/96, pp. 251-283.

tecnológico e social. Na Faculdade de Letras, os cursos de formação, especialmente aqueles orientados para a formação de professores do ensino secundário, são bastante activos e a UC contribui desta maneira para o desenvolvimento sócio-económico de longo prazo do seu meio envolvente.

Os serviços de consultoria fornecidos pelos vários centros de investigação e pelas faculdades são ainda um outro aspecto do impacto universitário pelos seus conhecimentos. A permanência de muitos graduados da UC no concelho, para se dedicarem à prática de profissões liberais, tais como a advocacia ou a medicina, ainda alargou mais a dimensão, diversidade e profundidade dos serviços de consultoria, neste caso a título privado.

Muitos centros ou faculdades assinam acordos de cooperação com as empresas ou organizações de utilidade pública para mútuo benefício: os centros conseguem diversificar as fontes de financiamento dos seus projectos e as empresas sem capacidade própria de investigação podem obter inovações tecnológicas significativas recorrendo aos serviços universitários. Porém, os centros de investigação têm de equilibrar as considerações de rentabilidade com os seus objectivos académicos fundamentais, para não serem levados a desviar-se demasiado das preocupações qualitativas.

De uma forma sumária e para efeitos de exemplificação, utilizamos as Contas Universitárias de 1994 para esclarecer alguns dos pontos enunciados, atendendo à realidade da UC. No decorrer deste ano, a Universidade (excluída a FCTUC) arrecadou um total de 87043910 escudos em prestação de serviços de natureza científica. Dentro destas receitas, os meios complementares de diagnóstico ocupam uma posição de destaque (52,82%), enquanto que os acordos de cooperação (24,61%) e as acções de formação (18,63%) foram menos expressivos. Os serviços de investigação, que oferecem uma maior possibilidade de inovação, são manifestamente insignificantes (3,95%). Muitas actividades I&D ainda estão a ser realizadas no âmbito de projectos de apoio estatal ou comunitário.

Acima de tudo, podemos concluir que a Universidade de Coimbra, através das suas funções originais de ensino universitário ou da transmissão de conhecimentos, das actividades de I&D e dos serviços ao exterior contribui significativamente para o desenvolvimento regional de médio e longo prazo. Contudo, estas contribuições

universitárias são difíceis de quantificar, não só porque a estrutura teórica ainda se encontra imperfeita e muito incompleta, mas também porque não existem nem uma metodologia uniforme e operacional, nem os dados estatísticos essenciais a uma análise mais aprofundada. Mesmo assim, não hesitamos em dizer que, numa perspectiva de factores de localização e de capital humano, o concelho e distrito de Coimbra gozam de uma vantagem comparativa em termos de recursos humanos e infra-estruturas de investigação científica, em comparação com a maior parte das localidades do País. Se as teorias de factores de localização e do crescimento endógeno são válidas para o contexto regional ou local, então podemos esperar que o impacto universitário pela produção e transmissão de conhecimentos será de longo alcance e muito duradouro.

IV. CONCLUSÃO

A POLÍTICA ECONÓMICA REGIONAL E O FUTURO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

Analisar o impacto regional da Universidade de Coimbra é uma tarefa complicada, não só por causa da ausência de estrutura teórica e de metodologia uniformes e capazes de orientar os estudos empíricos, mas também porque ao nível concelhio ou distrital existem poucos dados estatísticos imediatamente disponíveis. Em várias ocasiões tivemos de recorrer a alternativas face à inexistência de dados e a inquéritos de uma escala relativamente modesta.

No decorrer do trabalho, as dificuldades em recolher conjuntos completos de estatísticas universitárias e regionais impediram-nos de quantificar, de modo inequívoco, os impactos da UC no concelho ou no distrito de Coimbra e de testar, estatisticamente, a relação causal entre a presença de uma instituição universitária e o desenvolvimento económico da região acolhedora. Procedemos com a metodologia de Caffrey e Isaacs, estimando, através da contabilização dos custos universitários, o impacto regional da UC. Apesar das suas deficiências teóricas, entendemos que esta abordagem contabilística em conjunto com a apresentação de indicadores adequados, eram a única forma que nos permitia prosseguir com o trabalho.

O estudo deu conta da origem e evolução da Universidade de Coimbra, porquanto era um ponto fundamental para compreender o objectivo deste trabalho. O maior ênfase foi dado ao período 1911-1996, em que se verificou, embora lentamente e com vicissitudes, a conversão da UC de uma instituição de âmbito nacional numa instituição de vocação regional.

A regionalização anda de mãos dadas com o processo universal de (des)centralizações⁽⁵⁷⁾ das universidades europeias. Testemunhámos o estabelecimento, nas últimas décadas, de um sistema de ensino superior dual e a criação de instituições de ensino superior particular e cooperativo. Este processo de expansão, diversificação e dinamização do ensino superior tem fortes implicações de longo prazo para o desenvolvimento sócio-económico do país e das regiões acolhedoras de instituições universitárias. No contexto actual de cortes orçamentais, inclusivé no orçamento para as universidades, de incerteza económica e de desemprego crónico, é do interesse de todos indagar a contribuição concreta das universidades para a economia local. Quantificar o impacto regional da Universidade de Coimbra ajuda os governos central e autárquico no processo decisório da política económica regional e da política educativa do ensino superior.

Definimos o concelho de Coimbra como a área geográfica alvo do estudo, embora não fosse possível manter uniforme a área alvo ao longo do trabalho. Foram analisados, em primeiro lugar, os impactos sócio-culturais da UC no concelho de Coimbra. Apresentámos um conjunto de indicadores para explicitar o impacto da UC sobre os subsistemas demográfico, político, educativo, cultural e social do concelho. Podemos afirmar que a Universidade, pela sua presença histórica, melhora as condições de vida dos conimbricenses e tem sido a principal força dinamizadora das actividades sócio-culturais, forjando uma identidade concelhia peculiar.

Dividimos os impactos económicos da UC em impacto pelos gastos universitários e impacto pela produção e difusão de conhecimentos. O primeiro impacto

(57) Florax (1992) resumiu quatro tipos de descentralizações: 1) A descentralização **funcional** refere-se à implantação de um sistema dual do ensino superior; 2) A descentralização **organizacional** descreve o processo da proliferação e diversificação do sector do ensino superior, traduzido no aumento do número de estabelecimentos universitários e politécnicos; 3) A descentralização **geográfica** é entendida como a dispersão geográfica ou a regionalização do ensino superior; 4) A descentralização **da gestão** refere-se à tendência de transferir os poderes de decisão do governo central para as universidades, faculdades e escolas ou para os governos regionais e locais. Estas formas de descentralização foram observadas em Portugal nas últimas duas décadas.

diz respeito às despesas vindas do exterior atribuíveis à presença da Universidade. São sobretudo os gastos da Universidade, faculdades e órgãos autónomos, dos estudantes, dos funcionários e docentes e dos que visitam a Universidade. Verificámos que estes gastos são importantes para a estimulação e manutenção das actividades económicas concelhias.

Por mais importante que seja o impacto pelas despesas universitárias, a consideração do impacto universitário pela prática das suas funções principais não pode ser ignorado. Concluímos que as actividades de I&D da UC são um factor imprescindível, entre outros elementos geradores de crescimento regional sustentado. O impacto pelos conhecimentos tem um alcance geográfico mais extenso, servindo também as principais zonas industriais do país.

O estudo dos impactos sócio-económicos da Universidade de Coimbra sobre o seu meio envolvente imediato permite-nos tirar conclusões importantes e fornecer algumas ideias úteis em relação ao futuro funcionamento da velha Universidade e às políticas económicas regionais. Estas ideias podem ser estruturadas em quatro grupos.

i) Política do Ensino Superior e a UC

A política do ensino superior é aquela que mais directamente afecta os desempenhos da UC. Um conjunto de problemas preocupam os decisores da política: a qualidade do ensino, a sua adequação à vida profissional e a criação de boas condições de trabalho para docentes e alunos. Para nós, a Universidade de Coimbra enfrenta duas questões essenciais.

A primeira questão é saber como satisfazer o aumento incessante da procura de mão-de-obra especializada e manter um equilíbrio entre a especialização e o domínio perfeito dos conhecimentos básicos. A sociedade portuguesa está a ultrapassar um período de transformação e modernização, a integração europeia exige que as escolas do ensino superior forneçam um stock de pessoal técnico especializado em quantidade suficiente. A UC tem a árdua tarefa de recrutar um número cada vez mais elevado de alunos dentro das suas restrições orçamentais.

Um estudo recente de Koshal e Koshal (1995) revela que existem economias de escala no ensino superior e a escala mínima eficiente (EME) varia entre 11 758 e

30957 alunos. Não obstante, a EME depende directamente da qualidade do ensino superior, a qual por sua vez depende dos investimentos educativos ou custos médios do ensino. Quanto melhor for a qualidade do ensino, maiores serão os custos médios mas também a EME, e a universidade tem a vantagem de poder diminuir os custos através de aumentos no rácio aluno/faculdade ou aluno/docente. Mantendo-se a tendência secular de aumento das matrículas na UC, se a Universidade conseguir elevar a qualidade do ensino, acompanhando a expansão da população estudantil, pode aproveitar as economias de escala crescentes recrutando um maior número de alunos.

QUADRO IV-1 RÁCIOS ALUNO / DOCENTE POR FACULDADE, NO ANO LECTIVO 1993 - 1994

| | PESSOAL DOCENTE NA UC POR FACULDADE, EM 1993-1994 | TOTAIS ALUNOS | RÁCIO ALUNO / DOCENTE |
|------------|---|------------------|--------------------------|
| FPCEUC | 73 | 781 | 10,70 |
| FMUC | 250 | 1245 | 4,98 |
| FLUC | 236 | 3985 | 16,89 |
| FFUC | 77 | 688 | 8,94 |
| FEUC | 101 | 2175 | 21,53 |
| FDUC | 72 | 2680 | 37,22 |
| FCTUC* | 597 | 7288 | 12,21 |
| CURSO CDEF | 11 | 67 | 6,09 |
| TOTAIS | 1417 | 18909 | 13,34 |

Uma outra questão refere-se à qualidade do ensino na UC. A expansão da Universidade permite um óptimo aproveitamento da capacidade já existente, mas por outro lado, um aumento do rácio aluno/docente pode-se tornar um facto preocupante. Comparando o Quadro IV-1 com as informações de Correia (1989), o desequilíbrio inter-faculdades permaneceu inalterado no período 1980/81 - 1993/94 excepto o desvio

da Faculdade de Direito. É essencial que a universidade contrate professores e assistentes de qualidade comprovada para que o aumento dos alunos matriculados não venha a baixar o nível do ensino.

Também é urgente a inovação dos cursos e a introdução de cadeiras interdisciplinares para adequar os licenciados à procura do mercado de trabalho. O conteúdo curricular tem de ser suficientemente flexível para que os alunos adquiram um núcleo de conhecimentos básicos e a capacidade da aplicação prática. Um objectivo da política educativa tem de ser, por conseguinte, manter o equilíbrio entre o conhecimento geral e a necessária adequação dos cursos ao uso profissional imediato.

ii) *Política Económica regional e a UC*

A consideração económica assume cada vez maior relevo no sistema do ensino superior. Isto deve-se, por um lado, à regionalização e diversificação do sector universitário e, por outro lado, à crescente preocupação por parte da comunidade local pela contribuição universitária para a economia e o desenvolvimento locais.

Um aspecto notável da política económica é o controlo do crescente desemprego estrutural. O desemprego está a tornar-se um fenómeno persistente na maioria das sociedades europeias e Portugal não é excepção. Como já vimos anteriormente, a UC, como maior entidade empregadora do concelho, contribui decisivamente para o combate ao desemprego. Isto não só porque a Universidade fornece um grande número de empregos relativamente bem remunerados, mas também porque os empregos da UC têm um carácter público e de um modo geral são assaz estáveis. Além disso, as despesas universitárias induzem um número elevado de empregos noutros sectores locais. Por estes motivos, pensamos que a autarquia teria todo o interesse em apoiar e mesmo financiar uma expansão contínua e saudável da UC.

Como já salientámos, a presença da Universidade estimula as actividades económicas do concelho. Considerando a natureza periférica da Região Centro em relação às metrópoles de Lisboa e Porto, é fundamental criar uma *cidade nodal*, que possa ser a força motriz da economia da região e do vasto interior. Situando-se na ligação rodoviária (auto-estrada) e ferroviária Lisboa-Porto, Coimbra surge como uma boa candidata. Tem melhor acesso ao interior e à Espanha e, essencialmente, tem uma

das melhores infra-estruturas educativas do país. A construção de um pólo baseado em indústrias de alta tecnologia e de telecomunicações seria uma perspectiva atraente para a Região Centro.

Todavia, a “imigração” dos estudantes e docentes para Coimbra traduz-se na vinda de fluxos monetários de outras regiões para o concelho. Estes influxos promovem a economia coimbrã, ao passo que reduzem as despesas potenciais noutras regiões. O que é um ganho para Coimbra é uma perda líquida para outros concelhos. No entanto, não se trata de um jogo de soma nula. Os gastos dos alunos universitários são um merecido investimento no futuro para as suas regiões de origem. Aliás, a inviabilidade de implantar instituições universitárias em todos os concelhos significa que os concelhos vizinhos sem universidades têm toda a vantagem em apoiar o ensino universitário de Coimbra.

iii) *Política de Investigação Científica e Tecnológica e a UC*

Para muitos, a ciência e tecnologia são o motor do crescimento económico. A capacidade científica depende do investimento público e privado nas actividades de I&D. Recentemente a atenção das universidades ocidentais começou a orientar-se para a capacidade de resolução de problemas práticos, perspectivando a ciência como uma oportunidade estratégica única na consecução destes fins.

Relativamente aos seus parceiros europeus, Portugal dispõe de uma política de investigação científica e tecnológica (IC&T) mal conceituada e “subdesenvolvida”. Ao nível regional e local, as instituições de investigação têm tido os olhos fechados às necessidades das indústrias locais e a infra-estrutura de transmissão de conhecimentos das instituições investigadoras para as empresas é particularmente defeituosa. Esta situação prejudica o desenvolvimento regional a longo prazo.

A política de IC&T tem de assentar numa melhor estrutura de interligação universidade-empresa que, por um lado, recolha informações sobre as necessidades de todo o complexo empresarial e as transmita para os docentes e alunos e, por outro lado, explique ao exterior os “produtos” universitários disponíveis e facilite a difusão tecnológica. É necessário, por exemplo, estabelecer uma rede regional de agências difusoras de conhecimentos, dentro e fora da UC, que vise melhorar o acesso aos

avanços tecnológicos mais recentes, especialmente para as pequenas e médias empresas sem orçamentos próprios para actividades de I&D. A Universidade e as associações estudantis poderiam organizar, com alguma regularidade, uma série de seminários, conferências e encontros que promovessem o contacto permanente entre os docentes, alunos e o vasto meio empresarial da região e do país.

A concepção de uma política de IC&T completa é uma tarefa urgente que merece acrescida atenção. A competitividade da economia portuguesa depende da sua capacidade científica, e a inovação industrial é fundamental para o crescimento económico. Se não é viável criar e desenvolver um parque científico ao redor da Universidade de Coimbra, seria ao menos possível proporcionar, num futuro próximo, um sistema regional de difusão de conhecimentos. A UC tem a obrigação de conceptualizar e promover um tal sistema e de procurar uma política coerente de IC&T junto com a autarquia local e o governo central.

iv) Regionalização do Controlo Universitário e Supervisão Aberta das Contas da UC

O processo de expansão e diversificação do sistema do ensino superior português está longe da sua conclusão, ficando ainda muitos problemas por resolver, como a qualidade do ensino superior privado. Um aspecto a realçar neste processo é a regionalização do sector universitário, não só através da criação de novas universidades de âmbito regional, mas também da introdução de objectivos regionais e locais na gestão das universidades clássicas.

A importante contribuição da UC para o desenvolvimento regional e local é comprovada ao longo do nosso trabalho. Por conseguinte, é imprescindível que o elemento universidade entre no planeamento económico regional. Por outro lado, a evolução da UC não pode desprezar os valores e objectivos regionais. Acima de tudo, é essencial a congruência e consistência entre o programa de desenvolvimento regional e o planeamento universitário.

Ao longo dos anos a UC tem adquirido uma notável autonomia em matéria científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, mas em termos de financiamento, a Universidade mostra-se extremamente débil: “no passado os orçamentos faziam-se segundo critérios de arrastamento. Em cada ano, o orçamento das

instituições tinha como base as dotações do ano anterior, somadas de um acréscimo, por vezes corrigido". É difícil de acreditar que este método incrementalista de determinação orçamental seja ajustado às constantes mudanças nas necessidades de financiamento da Universidade. As decisões correntes estão sempre na dependência das decisões anteriores, com ajustamentos marginais, tornando os novos programas muito difíceis de conceptualizar. Conquanto este procedimento sequencial e iterativo tivesse a vantagem de ser menos custoso e mais fácil de implantar, evitando grandes modificações, dispendiosas e incertas, ele é por natureza conservador e reage com lentidão às novas oportunidades, permitindo revisões de reduzida escala. Além disso, os erros nas decisões passadas podem-se acumular e exercer efeitos nefastos a médio e longo prazo.

Consequentemente, é imperativo dispor de outras formas modernas de imputação orçamental, tal como o método da análise custo/benefício, o de *programme planning and budgeting systems* (PPBS) e o de *zero-based budgeting* (ZBB)⁽⁵⁸⁾, para melhorar a eficiência do processo de determinação do orçamento. Além disso, é urgente a criação de uma agência independente de avaliação da qualidade global das instituições do ensino superior ao nível nacional e de uma agência universitária de apreciação da *performance* das faculdades e dos serviços da UC. Os *scores* atribuídos por estas agências serviriam para definir uma distribuição eficiente e justa do orçamento estatal, premiando as entidades mais eficazes na obtenção dos resultados previstos.

A supervisão das contas universitárias só poderá ser completa com a implantação de um sistema aberto a todos os interessados. Na realização do nosso trabalho, tivemos de ultrapassar imensas dificuldades para obter e reunir informações acerca das contas da UC, as quais podem ser entendidas à luz da teoria da burocracia. Segundo Niskanen, o burocrata é um maximizador da utilidade com uma função que engloba o seu salário, o prestígio, o número de funcionários sob a sua chefia, as suas regalias e o seu poder ou *status*. A satisfação do burocrata pode ser directamente

(58) Os sistemas contabilísticos PPBS e ZBB visam "relacionar os custos de *inputs* com os *outputs* ou actividades empenhadas pelo sector público". Medem com alguma regularidade a eficácia dos programas funcionais em relação aos objectivos específicos e procuram racionalizar o processo de determinação orçamental.

relacionada com a maximização do orçamento sujeita às restrições impostas pelo seu responsável político⁽⁵⁹⁾. Para maximizar os seus ganhos e ultrapassar os limites impostos pelo Ministério de Educação, o burocrata tem todo o interesse em manter no máximo sigilo os detalhes das contas universitárias. No entanto este secretismo em nome da autonomia financeira não é saudável, sobretudo para a evolução da universidade.

Para reduzir, senão eliminar completamente a eficiência-X e a ineficiência na afectação de recursos, induzidas pelo comportamento burocrático, sugerimos um sistema aberto das contas universitárias. Mais concretamente, a UC deve compilar e publicar, periodicamente, através dos seus serviços de estatística, as suas contas de uma forma detalhada. Isto não só contribuirá para uma correcta distribuição do orçamento, mas também para uma gestão eficiente da própria Universidade.

Ao mesmo tempo podem-se implantar na UC sistemas de avaliação de eficiência, de auditoria e de gestão financeira departamental. Para Crespo (1993), a “prestação de contas correcta, atempada e associada à transparência nas despesas” concorre para “uma maior dignificação do ensino superior” e é uma das “condições essenciais para o correcto desenvolvimento da autonomia do ensino superior”. Um sistema de supervisão aberto convida à participação activa de todos os interessados, incluindo os especialistas e mesmo as autarquias locais, na discussão do correcto e eficiente funcionamento da universidade.

(59) Aqui encontramos uma relação-tipo **principal-agente**, em que o principal é o responsável político no poder e o agente é o burocrata (no nosso caso concreto, os responsáveis pela universidade). Existe o problema de **informação assimétrica** em que o político responsável para com os eleitores tem pouco conhecimento prático do processo produtivo universitário mas tem o poder legislativo para autorizar o orçamento, enquanto que o burocrata monopoliza a informação concreta sobre os custos de produção mas tem pouco incentivo para a revelar. O político maximiza a quantidade de *output* enquanto o burocrata maximiza o orçamento. O conflito resolve-se por compromissos bilaterais, que resultam na procura induzida pelos fornecedores e perdas no bem-estar social.

A regionalização do controlo do ensino superior é ela própria uma faceta importante do processo de descentralização. Não implica uma diminuição na autonomia das universidades, mas sim uma maior participação das autarquias nos assuntos que a ambas dizem respeito. No momento em que se procede a modificações profundas no sector universitário, é quase inevitável a transmissão dos objectivos do desenvolvimento económico regional para a UC. A participação regional na gestão universitária visa tornar os seus administradores mais responsáveis perante os terceiros envolvidos. Esta participação pode-se alcançar através de uma transferência do poder de supervisão do governo central para o governo local, o que traz consigo a dupla vantagem de diminuir os custos de informação e de controlo e aumentar a eficácia da supervisão graças a um acompanhamento mais próximo e quase permanente.

Além dos quatro aspectos políticos que analisámos até agora, ainda há duas questões concretas a considerar: a diversificação das fontes do financiamento da UC e a melhoria dos serviços de apoios sociais aos alunos. A nossa análise das fontes de financiamento da UC aponta para uma dependência crónica do orçamento e de outros apoios do Estado. Esta dependência faz da UC uma instituição de algum modo comprometida pelas políticas do governo central e incapaz de responder às necessidades dos alunos, docentes, empresas e autarquias locais. É preciso diversificar as fontes de financiamento para poder sair do “espartilho” estatal e para, por outro lado, aliviar o governo central das restrições orçamentais impostas pelo Tratado de Maastricht.

Para além das receitas provenientes dos serviços prestados a empresas e entidades públicas, a UC pode dispor ainda dos meios de financiamento das autarquias e dos pagamentos de propinas. O valor das propinas tem de ser suficientemente grande para poder cobrir uma parte significativa dos custos da UC, mas não pode ser tão exorbitante que comprometa a capacidade de pagamento das famílias e o poder de compra dos alunos: não podemos esquecer que as despesas dos estudantes universitários contribuem significativamente para as actividades económicas do concelho de Coimbra.

É ainda possível recorrer às empresas com interesses na Região Centro para negociar patrocínios ou bolsas de estudo consignadas a formações específicas adequadas às necessidades destas empresas. Os acordos de cooperação universidade/empresa em termos de investigação científica ou de formação permanente

ficam ainda por explorar. Os antigos alunos da UC também poderiam participar em esquemas variados de financiamento. As ideias são múltiplas, o que é importante é criar condições para as pôr em prática.

O sucesso escolar dos alunos é fundamental para a produção universitária e depende dos apoios sociais da Universidade e da autarquia local. Devido à falta das contas relativas aos Serviços de Acção Social, não foi possível avaliar a situação concreta destes apoios na UC. A Universidade deve, contudo, consignar uma proporção substancial do seu orçamento aos serviços sociais (residências, cantinas, salas de estudo, locais de lazer e equipamentos culturais) para os estudantes se poderem inserir adequadamente na cidade e desfrutar de um ambiente cultural enriquecedor.

Alguns serviços sociais universitários de natureza comercial revelam-se insuficientes ou de baixa qualidade, outros ainda muito desajustados às necessidades e reivindicações dos alunos. Os serviços auxiliares da UC não podem justificar os seus desempenhos insatisfatórios pelos objectivos institucionais que lhes foram atribuídos. A ineficiência poderá ser eliminada pela responsabilização directa ou pelo *contracting-out* destes serviços. Será melhor deixar ao sector privado ou a outras entidades públicas locais, os serviços comerciais que a UC não tenha possibilidade de gerir com eficiência. Os alunos poderiam beneficiar duplamente: os serviços seriam melhor conduzidos e a concorrência eliminaria as ineficiências do sector universitário.

As bolsas de estudo devem abranger uma maior proporção da população estudantil e prover uma quantia razoável que satisfaça as necessidades dos alunos. Simultaneamente, poder-se-ia implantar um sistema de empréstimos escolares com taxas de juro bonificadas ou um esquema de restituição de fundos após a licenciatura. Os vários órgãos de poder local também poderiam colaborar de uma forma activa com a UC, ajudando a solucionar os problemas de alojamento, transportes e refeitórios⁽⁶⁰⁾. O meio empresarial pode promover um sistema de estágios remunerados que facilite a fixação local dos licenciados. Estas formas de apoio não só ampliam o impacto

(60) O Restaurante Sereia incorporado nas instalações da Casa de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra constitui um bom exemplo da intervenção autárquica em termos dos apoios sociais aos estudantes.

universitário pelo acréscimo de despesas, mas também o impacto pelos conhecimentos, visto que um maior e melhor *stock* de capital humano passa a estar à disposição da comunidade local.

Depois de 1986, ano em que Portugal iniciou o longo processo da integração económica europeia, o desejo por um crescimento económico acelerado, combinado com a procura por resultados concretos na investigação aplicada, levaram a uma lenta mas progressiva revisão das orientações tradicionais das universidades portuguesas⁽⁶¹⁾.

Este processo de revisão está longe de estar consumado. Para melhor conduzir as revisões necessárias, é imperativo efectuar uma série de estudos económicos para “identificar e avaliar os impactos, explícitos e implícitos, das abordagens ao desenvolvimento universitário sobre as economias regionais onde as universidades se situam”.

O nosso estudo mostra que a UC pode dar soluções ou pelo menos facilitar a resolução de alguns problemas económicos reais no concelho e no distrito de Coimbra. A participação universitária no desenvolvimento regional passa por uma cooperação íntima entre a Universidade, os poderes locais e o meio empresarial. A reforma e re-orientação da UC serão tanto mais eficazes, quanto mais os interesses locais podem intervir no processo de decisão da Universidade, assim como a coordenação entre a UC e os vários níveis de governo poderá contribuir para uma resposta mais flexível e atempada, por parte da UC, aos problemas existentes no seu meio envolvente. Os esforços universitários para enfatizar as suas preocupações locais melhoram, necessariamente, a relação entre a Universidade e a comunidade local.

(61) Gibson identificou cinco factores que explicam as revisões na orientação universitária americana para um “novo ênfase no *cash flow* e no desenvolvimento regional”: 1) a concorrência na recolha de fundos; 2) a redução no número de alunos matriculados; 3) a concorrência pelos fundos de investigação; 4) a tendência inflacionista; e 5) a crescente consciência da importância da interligação universidade/indústria. Outros factores podem ser adiantados: a crescente concorrência estrangeira nos bens de alta tecnologia, a pressão política e financeira para que as universidades mostrem a sua competência e contribuição para a economia local, para merecer o seu financiamento estatal.

No entanto, a nova orientação da UC deve levá-la a passar de uma instituição académica com impactos económicos meramente subsidiários, para uma entidade que promova, de forma efectiva, o crescimento económico local. Tendo a universidade um papel activo a desempenhar na economia regional⁽⁶²⁾, os seus docentes devem aceitar a orientação do mercado para o processo de produção universitário, sem por isso perder a sua liberdade académica. A nova orientação exige um maior ênfase da UC nos impactos universitários de curto prazo que responda às exigências imediatas da comunidade local, e ainda, um reforço da investigação aplicada e desenvolvimento experimental directamente ligados ao mundo dos negócios.

As faculdades devem conceder uma maior liberdade de acção aos seus membros e conceber estruturas de remuneração que se ajustem à promoção da cooperação individual docente/empresário. Os administradores e docentes da UC podem-se tornar efectivamente um tipo de *empresários académicos* que se preocupam com a rentabilidade económica do seu trabalho. Todavia, existem diferenças importantes entre uma universidade e uma empresa privada maximizadora do lucro, tanto em termos de objectivos como das suas práticas. A nova orientação não pode, de maneira nenhuma, prejudicar os objectivos institucionais de longo prazo da UC.

O nosso estudo dos impactos da Universidade de Coimbra no meio que a circunda, não é completo nem sólido do ponto de vista teórico, sobretudo devido às deficiências estatísticas e à insuficiência de instrumentos de análise. Porém, conseguimos tirar algumas conclusões importantes e deixar algumas recomendações, que julgamos construtivas. Com este trabalho, esperamos poder invocar um maior interesse do mundo académico e do público em geral pelos estudos económicos da contribuição universitária para o desenvolvimento regional. A Universidade de Coimbra terá de ser uma instituição dinâmica, atenta às mutações conjunturais e estruturais da economia em geral. É por isso importante descobrir o melhor caminho que a conduza a

(62) Anders (1992) descreveu cinco tarefas principais para uma universidade moderna: 1) a localização de novas indústrias; 2) atrair investimentos do exterior; 3) desenvolvimento rural; 4) encorajar a participação dos grupos minoritários; e 5) apoiar as iniciativas do desenvolvimento económico local.

uma rápida adaptação ao mundo real. Tal intenção só será possível com o desenvolvimento de uma estrutura teórica e metodológica adaptada a este tipo de estudos, com uma melhor gestão da informação universitária e, essencialmente, com a realização permanente de um volume elevado de estudos empíricos de alto nível. Esperamos que o nosso trabalho forneça um ponto de partida proveitoso para todos aqueles que se interessem por este tema.

ANEXO

TABELA 1 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1993 (EM ESCUDOS)

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas c/ Pessoal | Despesas de Capital | Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| REITORIA | O.E. | 881 997 746 | 32 306 450 | 39 500 177 | 211 926 761 | 67 135 184 | 1 232 866 318 |
| | Tesouro | 32 509 369 | 33 910 039 | 21 528 263 | 51733495,5 | 57 300 190 | 196 981 356 |
| | PIDDAC | | 167 863 897 | | 24 747 509 | | 192 611 406 |
| | Proj. O. A. | 5 959 852 | 30 608 919 | 2 077 | 1 856 718 | 32 158 689 | 70 586 254 |
| | PRODEP | | 1 876 933 419 | 126 143 | 33 865 526 | | 1 910 925 088 |
| | Proj. I&DE | 132 039 | 5 142 305 | 3 950 555 | 2 747 966 | 3 600 832 | 15 573 696 |
| Sub-total | | 920 599 006 | 2 146 765 029 | 65 107 214 | 326 877 975 | 160 194 895 | 3 619 544 118 |
| % | | 25% | 59% | 2% | 9% | 4% | 26,2% |
| BGUC | O.E. | 149 015 418 | 959 990 | 7 752 174 | 11 713 666 | 1 155 631 | 170 596 879 |
| | Tesouro | 1 283 762 | 2 813 425 | 2 174 275 | 6 782 008 | | 13 053 469 |
| | PIDDAC | | 9 524 051 | | | | 9 524 051 |
| Sub-total | | 150 299 180 | 13 297 465 | 9 926 449 | 18 495 674 | 1 155 631 | 193 174 398 |
| % | | 78% | 7% | 5% | 10% | 1% | 1,4% |
| ARQUIVO | O.E. | 47 673 442 | 523 664 | 943 447 | 2 562 998 | 301512 | 52 005 062 |
| | Tesouro | | 341 360 | 467 759 | 2 683 433 | 148 975 | 3 641 527 |
| | PIDDAC | | | | 3 137 143 | | 3 137 143 |
| | Proj. O. A. | 750 000 | | | 580 000 | | 1 330 000 |
| Sub-total | | 48 423 442 | 865 024 | 1 411 206 | 8 963 573 | 450 487 | 60 113 732 |
| % | | 81% | 1% | 2% | 15% | 1% | 0,4% |
| F. LETRAS | O.E. | 1 236 499 697 | 13 474 977 | 18 593 092 | 29 222 076 | 810 648 | 1 298 600 490 |
| | Tesouro | 27 702 643 | | 1 299 161 | 9 591 445 | 7 741 870 | 46 335 119 |
| | PIDDAC | | 1 478 961 | | 20 274 332 | | 21 753 293 |
| | Proj. O. A. | | 1 181 262 | 500 000 | 800 000 | 180 000 | 2 641 262 |
| | PRODEP | 52 393 404 | 13 287 798 | 8 112 878 | 12 413 179 | 121 879 418 | 208 086 677 |
| | Proj. I&DE | 448 000 | | 3 012 123 | 1 922 209 | 3 092 700 | 8 475 031 |
| Sub-total | | 1 317 043 744 | 29 402 998 | 31 517 254 | 74 223 240 | 133 704 636 | 1 585 891 871 |
| % | | 83% | 2% | 2% | 5% | 8% | 11,5% |
| F. DIREITO | O.E. | 351 583 492 | 662 129 | 18 724 987 | 31 498 783 | 667 793 | 403 137 184 |
| | Tesouro | 6 885 995 | 533 600 | 35 935 | | | 7 455 530 |
| | Proj. O. A. | 5 516 000 | | | | | 5 516 000 |
| Sub-total | | 363 985 487 | 1 195 729 | 18 760 922 | 31 498 783 | 667 793 | 416 108 714 |
| % | | 87% | 0,3% | 5% | 8% | 0,2% | 3,0% |
| F. MED. | O.E. | 1 201 444 433 | 13 165 124 | 16 705 102 | 39 661 863 | 4 930 468 | 1 275 906 989 |
| | Tesouro | 11 391 459 | 9 930 335 | 10 359 200 | 4 550 623 | 299 648 | 36 531 265 |
| | PIDDAC | | 3748278,5 | | | | 3 748 279 |
| | Proj. O. A. | 137 900 | 25 990 337 | 6 928 027 | 3 353 563 | 386 084 | 36 795 911 |
| | PRODEP | 1 315 000 | 676 496 | 1 769 733 | 4 033 203 | 16 694 189 | 24 488 621 |
| Sub-total | | 1 214 288 792 | 53 510 571 | 35 762 061 | 51 599 252 | 22 310 389 | 1 377 471 064 |
| % | | 88% | 4% | 3% | 4% | 2% | 10,0% |

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas c/ Pessoal | Despesas de Capital | Outras Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| F.C.T.U.C. | O.E. | 3 300 950 566 | 137 542 348 | 217 830 298 | 189 315 547 | 11 098 856 | 3 856 735 613 |
| | Tesouro | 7 737 751 | 18 588 140 | 3 624 167 | 8 373 888 | 50 000 | 36 383 946 |
| | PIDDAC | | 49 588 569 | | 44 922 472 | | 94 491 041 |
| | Proj. O. A. | 260 000 | 164 517 983 | 1 122 852 | 22 237 801 | 42 370 820 | 230 509 256 |
| | Pro. Ciência | | 296 362 752 | 15 556 084 | 7 416 524 | 2 326 278 | 321 661 637 |
| | PRODEP | 18 582 089 | 803 637 | 19 838 067 | 21 254 268 | 63 213 309 | 123 691 270 |
| | Proj. I&DE | 24 392 278 | 167 625 892 | 33 316 350 | 80 853 789 | 15 148 079 | 321 336 187 |
| Sub- total | | 3 351 922 684 | 835 019 020 | 291 287 616 | 372 374 288 | 134 205 342 | 4 984 808 949 |
| % | | 67% | 17% | 6% | 7% | 3% | 36,1% |
| F. FARM. | O.E. | 406 370 488 | 8 430 229 | 17 691 815 | 14 778 601 | 927 588 | 448 198 720 |
| | Tesouro | 553 212 | 933 915 | 11 432 881 | 641 918 | 100 940 | 13 662 866 |
| | PIDDAC | | 39 381 266 | | | | 39 381 266 |
| | PRODEP | | | 300 005 | | 840 000 | 1 140 005 |
| | Proj. I&DE | 522 892 | 11 854 802 | 3 672 516 | 654 956 | | 16 705 166 |
| Sub- total | | 407 446 592 | 60 600 212 | 33 097 217 | 16 075 475 | 1 868 528 | 519 088 023 |
| % | | 78% | 12% | 6% | 3% | 0,4% | 3,8% |
| F. ECONO. | O.E. | 390 664 551 | 5 179 184 | 17 844 159 | 21 728 674 | 2 378 010 | 437 794 578 |
| | Tesouro | 3 729 894 | | | | | 3 729 894 |
| | PIDDAC | | 63 417 850 | | | | 63 417 850 |
| | PEDIP | 14 322 734 | 5 920 762 | 3 054 008 | 33 623 608 | 56 443 357 | 113 364 468 |
| | PRODEP | 1 014 332 | 375 000 | 1 326 858 | 7 680 710 | 6 000 000 | 16 398 900 |
| Sub- total | | 409 731 511 | 74 892 796 | 22 225 024 | 63 032 991 | 64 821 367 | 634 703 689 |
| % | | 65% | 12% | 4% | 10% | 10% | 4,6% |
| F. PSICO. | O.E. | 336 835 020 | 3 313 896 | 11 125 086 | 11 203 226 | 424 584 | 382 901 612 |
| | Tesouro | 508 950 | 136 242 | 18 354 | | | 663 546 |
| | PIDDAC | | | | 1 506 028 | | 1 506 028 |
| | PRODEP | 7 743 295 | | 603 277 | 10 900 652 | 19 732 400 | 38 979 623 |
| | Proj. I&DE | | | 1 084 848 | 1 516 774 | 612 420 | 3 214 042 |
| Sub- total | | 345 087 265 | 3 449 938 | 12 831 564 | 25 126 679 | 20 769 404 | 407 264 850 |
| % | | 85% | 1% | 3% | 6% | 5% | 3,0% |
| Total | | 8 528 827 703 | 3 218 998 780 | 521 926 526 | 988 267 930 | 540 148 469 | 13 798 169 406 |
| % | | 62% | 23% | 4% | 7% | 4% | |

TABELA 2 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1994 (EM ESCUDOS)

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas c/ Pessoal | Despesas de Capital | Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| REITORIA | O.E. | 972 837 093 | 65 465 054 | 20 418 607 | 236 831 283 | 74 338 133 | 1 369 888 170 |
| | Tesouro | 52 214 135 | 141 822 574 | 1 116 780 | 41 770 108 | 14 825 758 | 251 749 355 |
| | PIDDAC | | 460 770 702 | | 11 222 465 | | 471 993 167 |
| | Proj. O. A. | | 75 484 121 | 2 250 | 2 488 126 | 338 912 797 | 416 887 294 |
| | PRODEP | | 447 133 150 | | 3 011 048 | 41 833 610 | 523 650 329 |
| | Proj. I&DE | 5 499 072 | 7 176 853 | | 6 050 701 | 4 296 341 | 12 372 465 |
| Sub-total | | 1 030 550 300 | 1 197 852 454 | 30 599 385 | 338 441 933 | 472 119 674 | 3 069 563 745 |
| % | | 34% | 39% | 1% | 11% | 15% | 36,5% |
| BGUC | O.E. | 154 317 337 | 3 666 869 | 3 625 980 | 12 331 719 | | 173 941 905 |
| | Tesouro | 4 548 795 | 3 400 116 | 765 600 | 14 209 774 | | 22 924 285 |
| | PIDDAC | | 4 947 683 | | | | 4 947 683 |
| | Proj. O. A. | | | 2 500 | 675 918 | | 678 418 |
| | Proj. I&DE | | | | | 147 788 | 147 788 |
| Sub-total | | 158 866 132 | 12 014 668 | 4 394 080 | 27 365 199 | | 202 640 079 |
| % | | 78% | 6% | 2% | 14% | 0% | 2,4% |
| ARQUIVO | O.E. | 50 094 087 | 501 256 | 637 974 | 3 004 275 | 22 682 | 54 260 274 |
| | Tesouro | | 670 000 | 120 008 | 932 877 | | 1 722 885 |
| Sub-total | | 50 094 087 | 1 171 256 | 757 982 | 3 937 152 | 22 682 | 55 983 159 |
| % | | 89% | 2% | 1% | 7% | 0,04% | 0,7% |
| F. LETRAS | O.E. | 1 297 608 888 | 11 497 038 | 1 409 035 | 30 696 198 | 345 863 | 1 341 557 022 |
| | Tesouro | 17 557 807 | 1 227 863 | 4 205 247 | 16 890 700 | 7 345 000 | 47 226 617 |
| | PIDDAC | | 4 616 800 | | | | 4 616 800 |
| | Proj. O. A. | 4 364 158 | 14 630 078 | 327 114 | 6 722 736 | 5 986 200 | 32 030 283 |
| | PRODEP | 24 154 316 | 8 583 390 | 12 771 575 | 27 160 118 | 72 213 813 | 144 883 211 |
| | Proj. I&DE | 284 221 | 16 308 038 | 729 085 | 4 578 380 | 5 641 880 | 27 541 604 |
| Sub-total | | 1 343 969 388 | 56 863 207 | 19 442 055 | 86 048 132 | 91 532 756 | 1 597 855 537 |
| % | | 84% | 4% | 1% | 5% | 6% | 19,0% |
| F. DIREITO | O.E. | 349 610 864 | 10 195 522 | 5 441 837 | 19 426 625 | | 384 674 848 |
| | Tesouro | 11 280 980 | 520 368 | | | | 11 801 348 |
| | PIDDAC | | | | 6 434 276 | | 6 434 276 |
| | PRODEP | | 4 557 434 | 1 680 895 | 8 892 364 | | 15 130 693 |
| | Proj. O. A. | 9 304 920 | | | | | 9 304 920 |
| Sub-total | | 370 196 764 | 15 273 323 | 7 122 732 | 34 753 265 | | 427 346 084 |
| % | | 87% | 4% | 2% | 8% | 0% | 5,1% |
| IF. MED. | O.E. | 1 200 128 509 | 19 091 076 | 6 050 629 | 24 560 756 | | 1 249 830 969 |
| | Tesouro | 20 561 378 | 9 763 165 | 9 227 366 | 7 107 641 | | 46 659 550 |
| | Proj. O. A. | | | | 394 748 | | 394 748 |
| | Proj. I&DE | | 40 522 | 2 301 473 | 865 027 | 62 853 | 3 269 875 |
| | PRODEP | | 1 320 049 | 11 161 726 | 20 709 977 | | 33 191 752 |
| Sub-total | | 1 220 689 887 | 30 214 812 | 28 741 193 | 53 638 149 | 62 853 | 1 333 346 893 |
| % | | 92% | 2% | 2% | 4% | 0,005% | 15,9% |

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas c/ Pessoal | Despesas de Capital | Outras Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| F.C.T.U.C. | Proj. O. A. | | 27 869 646 | 6 390 | | | 27 876 036 |
| | Pro. Ciência | | 50 828 481 | | 1 943 500 | | 52 771 981 |
| | Proj. I&DE | | 175 800 294 | | | | 175 800 294 |
| | Sub- total | | 254 498 421 | 6 390 | 1 943 500 | | 256 448 311 |
| % | | 0% | 99% | 0% | 1% | 0% | 3,1% |
| F. FARM. | O.E. | 431 460 903 | 5 559 907 | 3 069 140 | 12 541 212 | 263 496 | 452 894 658 |
| | Tesouro | 120 774 | 1 152 167 | 21 665 678 | 2 655 098 | | 25 593 717 |
| | PIDDAC | | 15 819 960 | | | | 15 819 960 |
| | PRODEP | | 1 089 875 | 8 742 043 | 8 290 504 | | 18 122 422 |
| | Proj. O. A. | | | | | 20 363 | 20 363 |
| | Proj. I&DE | 939 199 | 4 661 563 | 5 613 570 | 1 187 804 | | 12 402 136 |
| Sub- total | | 432 520 876 | 28 283 472 | 39 090 431 | 24 674 618 | 283 859 | 524 853 256 |
| % | | 82% | 5% | 7% | 5% | 0,1% | 6,2% |
| F. ECONO. | O.E. | 426 836 317 | 10 041 087 | 4 026 431 | 20 691 558 | 2 006 690 | 463 602 082 |
| | Tesouro | 7 530 877 | 699 060 | 1 985 885 | 4 489 440 | 30 000 | 14 735 262 |
| | PIDDAC | | 3 031 899 | | | | 3 031 899 |
| | PEDIP | 5 391 | 525 000 | 140 | 53 760 | 1 651 655 | 2 235 946 |
| | PRODEP | 2 176 839 | 7 937 802 | 5 175 898 | 7 093 468 | | 22 384 007 |
| Sub- total | | 436 549 424 | 22 234 848 | 11 188 354 | 32 328 226 | 3 688 345 | 505 989 196 |
| % | | 86% | 4% | 2% | 6% | 1% | 6,0% |
| F. PSICO. | O.E. | 352 868 738 | 15 908 658 | 2 998 181 | 16 039 477 | 2 441 383 | 390 256 437 |
| | Cont. Ordem | 206 995 | 7 463 931 | 146 950 | 5 067 883 | | 12 885 759 |
| | PIDDAC | | | | 9 032 224 | | 9 032 224 |
| | PRODEP | 149 325 | 302 395 | 93 264 | 5 664 670 | 2 381 769 | 8 591 423 |
| | Proj. O. A. | | 1 476 265 | 386 195 | 3 814 185 | 536 303 | 6 212 948 |
| | Proj. I&DE | | 75 601 | 54 092 | 1 565 139 | 972 729 | 2 667 561 |
| Sub- total | | 353 225 058 | 25 226 850 | 3 678 682 | 41 183 578 | 6 332 183 | 429 646 351 |
| % | | 82% | 6% | 1% | 10% | 1% | 5,1% |
| Total | | 5 396 661 916 | 1 643 633 310 | 145 021 283 | 644 313 748 | 574 042 352 | 8 403 672 608 |
| % | | 64% | 20% | 2% | 8% | 7% | |

TABELA 3 RESUMO DOS MAPAS DE COMPROMISSOS A PAGAR, POR CENTROS DE CUSTO, EM 1995 (EM ESCUDOS)

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas com Pessoal | Despesas de Capital | Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| REITORIA | O.E. | 876 699 179 | 33 570 572 | 22 084 905 | 244 395 786 | 77 845 259 | 1 254 595 701 |
| | Con. Ordem | 53 784 496 | 37 562 693 | 445 481 | 51 209 181 | 37 685 444 | 180 687 295 |
| | PIDDAC | | 478 813 717 | | 2 418 511 | | 481 232 228 |
| | Proj. O. A. | 746 771 | 13 189 161 | 145 376 | 3 890 953 | 27 062 843 | 45 035 104 |
| | PRODEP | | 917 443 538 | 2 500 | 36 365 092 | 102 486 205 | 1 056 297 335 |
| | Proj. I&DE | 231 920 | 1 434 955 | 897 792 | 1 651 039 | 8 280 000 | 12 495 706 |
| Sub- total | | 931 462 366 | 1 482 014 636 | 23 576 054 | 339 930 562 | 253 359 751 | 3 030 343 388 |
| % | | 31% | 49% | 1% | 11% | 8% | 35,3% |
| BGUC | O.E. | 167 503 476 | 4 764 422 | 3 214 096 | 14 846 111 | 651 177 | 190 979 281 |
| | Con. Ordem | 7 627 158 | 12 710 823 | 386 100 | 3 460 796 | | 24 184 877 |
| | Proj. I&DE | | | | 182 815 | | 182 815 |
| Sub- total | | 175 130 634 | 17 475 245 | 3 600 196 | 18 489 721 | 651 177 | 215 346 973 |
| % | | 81% | 8% | 2% | 9% | 0,3% | 2,5% |
| ARQUIVO | O.E. | 54 711 630 | 187 630 | 883 321 | 1 798 547 | 19 710 | 57 600 838 |
| | Tesouro | | | 308 702 | 476 158 | | 784 860 |
| Sub- total | | 54 711 630 | 187 630 | 1 192 023 | 2 274 705 | 19 710 | 58 385 698 |
| % | | 94% | 0,3% | 2% | 4% | 0,03% | 0,7% |
| F. LETRAS | O.E. | 1 394 387 311 | 25 389 458 | 5 528 509 | 54 460 540 | 157 740 | 1 479 923 558 |
| | Tesouro | 21 795 575 | 15 520 529 | 1 191 285 | 19 297 820 | 2 700 000 | 80 505 209 |
| | Proj. O. A. | 7 447 486 | 4 296 847 | 1 064 018 | 31 551 790 | 1 314 400 | 45 674 540 |
| | PRODEP | | 2 486 400 | | | | 2 486 400 |
| | Proj. I&DE | 333 720 | 12 962 028 | 409 341 | 4 751 927 | 2 580 000 | 21 037 016 |
| Sub- total | | 1 426 450 492 | 58 168 862 | 8 193 152 | 110 062 077 | 6 752 140 | 1 609 626 722 |
| % | | 89% | 4% | 1% | 7% | 0,4% | 18,7% |
| F. DIREITO | O.E. | 374 163 359 | 23 661 253 | 3 797 773 | 35 201 514 | | 436 823 899 |
| | Tesouro | 3 536 237 | 4 336 507 | 50 303 | 5 406 206 | | 13 329 253 |
| | PIDDAC | | | | 251 408 | | 251 408 |
| | Proj. O. A. | 1 962 092 | 3 877 713 | 49 023 | 2 057 780 | 11 179 772 | 19 126 380 |
| Sub- total | | 379 661 688 | 31 875 473 | 3 897 099 | 42 916 908 | 11 179 772 | 469 530 940 |
| % | | 81% | 7% | 1% | 9% | 2% | 5,5% |
| F. MED. | O.E. | 1 248 466 455 | 31 896 913 | 15 306 981 | 35 925 619 | 1 801 016 | 1 333 396 984 |
| | Tesouro | 16 708 795 | 980 902 | 20 211 339 | 6 566 795 | 600 | 44 468 431 |
| | PIDDAC | | 2 784 000 | | | | 2 784 000 |
| | Proj. O. A. | | 103 521 | 84 548 | 2 082 318 | 6 524 903 | 8 795 290 |
| | Proj. I&DE | | 132 662 | 4 227 580 | 2 147 809 | | 6 508 051 |
| Sub- total | | 1 265 175 250 | 35 897 998 | 39 830 448 | 46 722 541 | 8 326 519 | 1 395 952 756 |
| % | | 91% | 3% | 3% | 3% | 1% | 16,2% |

| Centros de Custo (CC) | Fontes de Financiamento | Despesas com Pessoal | Despesas de Capital | Despesas Correntes | | | Sub-totais, Totais e % de cada CC no Total da UC |
|-----------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | | Compras | Fornecimentos e Serviços | Outros Custos e Perdas | |
| F.C.T.U.C. | Proj. O. A. | | 207 832 548 | 3 867 | 280 | | 207 836 695 |
| Sub- total | | | 207 832 548 | 3 867 | 280 | | 207 836 695 |
| % | | 0% | 99,998% | 0,002% | 0,0001% | 0% | 2,4% |
| F. FARM. | O.E. | 463 816 593 | 23 220 903 | 15 149 571 | 23 105 704 | 1 222 689 | 526 515 459 |
| | Tesouro | 1 261 319 | 5 422 295 | 18 390 110 | 2 771 195 | 260 624 | 28 105 542 |
| | PIDDAC | | 2 361 336 | | | | 2 361 336 |
| | Proj. I&DE | 868 097 | 2 722 152 | 4 551 197 | 6 719 899 | 50 300 | 14 911 645 |
| Sub- total | | 465 946 009 | 33 726 686 | 36 090 878 | 32 596 797 | 1 533 613 | 571 893 982 |
| % | | 81% | 6% | 7% | 6% | 0,3% | 6,7% |
| F. ECONO. | O.E. | 499 409 445 | 11 713 084 | 8 550 270 | 31 679 683 | 3 850 535 | 555 203 017 |
| | Tesouro | 12 056 700 | 11 552 507 | 3 135 324 | 8 864 093 | 461 820 | 36 070 444 |
| | PIDDAC | | 465 660 | | | | 465 660 |
| | Proj. O. A. | 399 373 | | | 715 052 | 670 345 | 1 784 770 |
| | Proj. I&DE | | 68 285 | | 31 415 | | 99 700 |
| | PRODEP | | 2 310 663 | | 2 020 261 | | 4 330 924 |
| Sub- total | | 511 865 518 | 26 110 199 | 11 685 594 | 43 310 504 | 4 982 700 | 597 954 514 |
| % | | 86% | 4% | 2% | 7% | 1% | 7,0% |
| F. PSICO. | O.E. | 390 080 104 | 9 689 632 | 2 088 242 | 18 615 235 | 347 991 | 420 821 204 |
| | Cont. Ordem | 1 868 355 | 4 414 938 | 449 687 | 1 933 942 | 390 786 | 9 057 707 |
| | Proj. O. A. | 461 450 | 521 624 | 257 355 | 3 155 611 | | 4 396 040 |
| | Proj. I&DE | 55374 | 155 050 | 133 231 | 3 549 617 | 356 860 | 4 250 132 |
| Sub- total | | 392 465 283 | 14 781 244 | 2 928 515 | 27 254 405 | 1 095 636 | 438 525 082 |
| % | | 89% | 3% | 1% | 6% | 0,2% | 5,1% |
| Total | | 5 602 868 870 | 1 908 070 518 | 132 997 825 | 663 558 499 | 287 901 017 | 8 595 396 728 |
| % | | 65% | 22% | 2% | 8% | 3% | |

QUADRO II-2 RESULTADOS RESUMIDOS DO INQUÉRITO AOS ALUNOS DA UC, REALIZADO DE ABRIL A JULHO DE 1996

| Faculdade | Sexo | | Origem | | Fontes de Rendimento | | | | Rendimento médio |
|-------------------------|------|-----|--------|--------|----------------------|-----|-----|-----|------------------|
| | H | M | C. COI | F. COI | FAM | TCO | TCP | B/S | |
| FCT | 33 | 21 | 17,4% | 85,2% | 31 | 2 | 2 | 5 | 57121 |
| FL | 11 | 31 | 23,8% | 73,8% | 10 | 1 | 0 | 6 | 63412 |
| FD | 6 | 13 | 10,5% | 89,5% | 8 | 0 | 1 | 1 | 75313 |
| FE | 8 | 5 | 7,7% | 92,3% | 6 | 2 | 2 | 4 | 52611 |
| FM | 7 | 7 | 21,4% | 78,6% | 7 | 0 | 0 | 0 | 54583 |
| FPCE | 1 | 3 | 25,0% | 75,0% | 0 | 0 | 0 | 0 | 57500 |
| FF | 1 | 6 | 14,3% | 85,7% | 3 | 0 | 1 | 0 | 67333 |
| % | 44% | 56% | 17% | 83% | 71% | 5% | 7% | 17% | |
| <i>Total</i> | 67 | 86 | 26 | 126 | 65 | 5 | 6 | 16 | |
| <i>Média per capita</i> | | | | | | | | | 61216 |

| Fac. | Alojamento | | | | | Renda | Despesas | | | | | | Despesa média total |
|--------------------------------|------------|-----|-----|-----|-------|-------|----------|---------|-----------|-------|-------|---------------|---------------------|
| | RES. | L/R | QA | CP | AG.F. | | TRANS. | ALIM. | MAT. EST. | CULT. | LAZ. | VEST. / CALÇ. | |
| FCT | 5 | 1 | 29 | 6 | 13 | 18387 | 7412 | 14476 | 7125 | 1722 | 3863 | 8410 | 61395 |
| FL | 1 | 3 | 19 | 3 | 14 | 18164 | 6200 | 14041 | 8368 | 4633 | 4620 | 7542 | 63569 |
| FD | 0 | 3 | 12 | 2 | 1 | 21240 | 1983 | 24118 | 7842 | 3250 | 3906 | 10375 | 72714 |
| FE | 0 | 0 | 8 | 4 | 1 | 17863 | 7250 | 17985 | 6500 | 2318 | 2333 | 3625 | 57874 |
| FM | 0 | 2 | 8 | 1 | 2 | 17450 | 4355 | 21923 | 13538 | 3182 | 6615 | 8650 | 75713 |
| FPCE | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 21167 | 2000 | 18000 | 2833 | 1750 | 2625 | 3000 | 51375 |
| FF | 0 | 0 | 6 | 1 | 0 | 19000 | 6600 | 11583 | 10000 | 1000 | 3667 | 15500 | 67350 |
| % | 5% | 6% | 57% | 11% | 21% | | | | | | | | |
| <i>Total</i> | 7 | 9 | 85 | 17 | 31 | | | | | | | | |
| <i>Média per capita</i> | | | | | | 18760 | 6 256 | 16 4 97 | 8 139 | 2 880 | 4 150 | 8 005 | 64687 |
| <i>% do total das despesas</i> | | | | | | 29% | 10% | 26% | 13% | 4% | 6% | 12% | 100% |

FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia
 FL - Faculdade de Letras
 FD - Faculdade de Direito
 FE - Faculdade de Economia
 FM - Faculdade de Medicina
 FPCE - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
 FF - Faculdade de Farmácia
 C. COI - Concelho de Coimbra
 F. COI - Fora de Coimbra
 FAM - Família
 TCO - Trabalho por conta de outrem
 TCP - Trabalho por conta própria
 B/S - Bolsa / Subsídio

RES. - Residência
 CULT. - Cultura e Desporto
 LAZ. - Lazer
 VEST./CALÇ. - Vestuário e calçado
 L/R - Lar / República
 QA - Quarto alugado
 CP - Casa própria
 AG.F. - Agregado familiar
 TRANS - Transportes
 ALIM - Alimentação
 MAT. EST. - Materiais de estudo

Bibliografia

- Amable, Bruno e D. Guellec, "Les Théories de la Croissance Endogène", *Revue Économique Politique*, 102:3, 1992, pp. 314-377.
- Anders, Gary C., "The Changing Role of the Public University in Local Economic Development", *Economic Development Review*, Fall 1992, pp. 76-79.
- Aydalot, Philippe, *Economie Régionale et Urbaine*, Economica, Paris, 1985, pp. 69-99.
- Beck, Roger, D. Elliott, J. Meisel e M. Wagner, "Economic Impact Studies of Regional Public Colleges and Universities", *Growth and Change*, Vol. 26, Spring 1995, pp.245-260.
- Bonfim, J. Brito (coord.), *I&D, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional: Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos*, Série Sumários Estatísticos JNICT/GPE, Lisboa, Junho 1995.
- Brown, C. V. e P. M. Jackson, *Public Sector Economics*, 4th Edition, Blackwell, Oxford, 1990.
- Claudino, Sérgio, *Ensino Superior Português, Diplomados e Desenvolvimento Regional: Uma Abordagem*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1995.
- Correia, M. A. Bebianco (coord.), *Dados Estatísticos da U.C.*, Cadernos da Assessoria de Planeamento, Coimbra, 1989.
- Crespo, Vítor, *Uma Universidade para os Anos 2000: O Ensino Superior numa Perspectiva de Futuro*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1993.
- DGES, *Despesas do Orçamento de Funcionamento do Ensino Universitário Público: Contributo Para a Análise da sua Evolução no Período de 1984 a 1989*, Direcção Geral do Ensino Superior, Ministério da Educação, Lisboa: DGES, 1991.
- DPGF, *Estatísticas da Educação 94 Portugal*, Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério de Educação, Lisboa, 1996.
- Florax, Raymond, *The University: A Regional Booster?* Avebery, Hants, 1992.
- Grossin, François, "Les Relations Université-Region, Les Relations Université-Entreprises", *Actes du Colloque "Poitiers 1981"*, Département de Géographie, Université de Poitiers, Poitiers, 1981.
- INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, Direcção Regional do Centro, Instituto Nacional de Estatística, 1992, 1993, 1994 e 1995.
- INE, *Cadernos Regionais: Região Centro*, Direcção Regional do Centro, Instituto Nacional de Estatística, Número 3, 1995.

INE, *Censos 91 Resultados Definitivos: Região Centro*, Instituto Nacional de Estatística, Outubro 1993.

Koshal, R. K. e M. Koshal, "Quality and Economies of Scale in Higher Education", *Applied Economics*, 27:3, August 1995, pp. 773-778.

Lopes, A. Simões, *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, 3ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

Lucas, V. H. e Pedro N. Ramos, *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, Gabinete de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro, INE, Nº 2, 1995.

SDPUC (Serviços de Documentação e Publicação da Universidade de Coimbra), *Prospecto da Universidade de Coimbra: Ano Lectivo 1995-96*, Simão Guimarães, Filhos, Lda., Porto, 1995.

Simon, Gildas, "La Participation de L'Université de Poitiers à L'Économie de la Ville et de sa Region", *Actes du Colloque "Poitiers 1981"*, Département de Géographie, Université de Poitiers, Poitiers, 1981.

Tavares, L. Valadares, "Issues and Trends in Higher Education", in OECD (ed.), *From Higher Education to Employment, Volume IV: Portugal, United Kingdom, Sweden, Switzerland*, OECD, Paris, 1992, pp. 7-19.

Zarza, E. Garcia, *La Funcion Universitaria: Su Incidencia Geográfica en Salamanca*, Ediciones Universidad de Salamanca, 1983.



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO